

**A Identidade Marítima Portuguesa: Onda ou Maré?
Estudo Comparativo entre o Estado Novo e a Democracia**

Lúcio Lopes Hanenberg

**Dissertação de Mestrado em
Ciência Política e Relações Internacionais
(Especialização em Ciência Política)**

Outubro, 2021

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, Especialização em Ciência Política, realizada sob a orientação científica da Prof^a. Doutora Ana Santos Pinto

Agradecimentos

Se cada ato, pessoa e ajuda que devia agradecer nestas linhas fossem uma gota, teria outro oceano para analisar até ao fundo das suas profundezas. Pelo caminho, muitas correntes foram-me influenciando até chegar ao porto que culmina neste trabalho.

Em primeiro lugar, queria agradecer à Prof. Doutora Ana Santos Pinto, que sem ela este projeto nunca teria começado, pela orientação e motivação prestada e o entusiasmo pelo espírito crítico ao longo desta rota. Vários professores ajudaram-me durante a minha viagem a formar uma perspetiva analítica sobre a sociedade, e ter a capacidade de pensar de forma “ciências sociais” – em todas as suas vertentes – e podendo, assim, realizar esta análise política, mas profundamente interdisciplinar de uma identidade marítima: – a interdisciplinariedade, uma experiência de enorme qualidade que o departamento de estudos políticos a cada momento proporciona. Entre várias outras fortes influências, gostava de agradecer ao Prof. Doutor Rui Branco, cujo conhecimento do método comparativo me faz ter a certeza que é incomparável, e ao Prof. Doutor Diogo Ramado Curto, cuja fonte de sabedoria nunca se esgota. Também quero agradecer à Prof^a. Doutora Catherine Moury, por me ter dado a oportunidade em começar noutras travessias que fazem parte da experiência académica, pelo que estarei sempre grato.

Mas também fora de mentores e professores gostava de agradecer aos amigos, familiares e colegas, que sempre me souberam apoiar e que não consigo mencionar todos aqui. Pelas décadas de amizade e em símbolo do tempo pré-universitário, a primeira palavra tem de ser ao Lucas Naumann. A João Gaio *Bohoc* e Silva, assim como Pedro Nunes, mentes brilhantes cujo futuro só poderá ser tremendo, pela aventura em Florença, pelas discussões e conversações sobre o mundo, e pelo crescimento que tive graças a eles, um grande obrigado. Margarida Oliveira, pela energia que transmite a cada passo, Diana Ribeiro, cuja criatividade faz pensar mais longe, Bárbara Barbosa, que é a descrição de companheirismo em pessoa, foram e são pessoas a que estarei sempre grato. Bruno Rocha, João Conduto, André Marinha (o mestre dos mestres), mais sábios e mais experientes, sempre admirarei como exemplos para o futuro. E com Afonso Carvalho, Ani Davidova e Margarida Estevão, agradeço ainda a um trio de mentes (pouco mais) jovens e inspiradoras, sabendo que merecem um mar de rosas no futuro.

Por fim, agradecer às minhas relações mais próximas, que nestes tempos de correntes incertas me ajudaram a manter o barco firme. À minha avó, por todo o carinho. Aos meus pais, pelos incentivos, pelas leituras e revisões, tudo, que são a fonte principal da sorte do meu contexto.

À Carina, cuja ode que a descreva como merece ainda está por escrever.

A IDENTIDADE MARÍTIMA PORTUGUESA: ONDA OU MARÉ? ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O ESTADO NOVO E A DEMOCRACIA

LÚCIO LOPES HANENBERG

Resumo

A presente investigação pretende compreender se a narrativa de uma identidade marítima no discurso político português se altera entre os regimes do Estado Novo e o atual período democrático. Embora a própria designação tenha sido utilizada na última década pelos partidos políticos, o imaginário é apresentado como uma visão duradoura e permanente da história portuguesa, cuja promoção se encontra de forma recorrente em toda a sociedade, incluindo trabalhos académicos. O estudo investiga o que se pode designar como as componentes da identidade marítima, assim como avalia se o discurso dos regimes em causa deteve alguma semelhança, tendo em especial consideração a revolução social que marcou a fase de transição. A partir dos principais estudos académicos sobre a identidade e a narrativa, a operacionalização da investigação adota uma veia construtivista. A metodologia do trabalho segue, nessa linha, a prática de análise de discurso, identificando os atores, o contexto e as principais categorias discursivas que compõem a identidade marítima. O papel do mar é contextualizado em ambos regimes para categorizar os principais imaginários a que o discurso político se pode referir. De seguida, o principal contributo do trabalho é analisar, no prisma de uma abordagem do quotidiano do discurso, as intervenções parlamentares em ambos os regimes sobre o mar. Os três períodos de análise representam momentos cruciais para os regimes em estudo e são a VII legislatura da Assembleia Nacional do Estado Novo (1957-1961), a fase de transição (1974-1976, através das Assembleias Nacional, Constituinte e da República) e a XXI legislatura do período democrático (2015-2019). Através de sete palavras-chave – mar; marítimo; marinha, ultramar; ultramarinos; oceano; Atlântico – e seis contextos – político, economia, identidade, defesa, investigação e diversos – identifica-se a evolução do discurso, comparando os três períodos e os dois regimes. As principais conclusões do trabalho identificam o foco da identidade marítima do Estado Novo na legitimação e exploração colonial, enquanto no período democrático o discurso se alastra por mais temáticas, principalmente tentando desenvolver o potencial económico do mar. Enquanto alguns conceitos, como o ultramar, acabaram por desaparecer do discurso, e outros ganharam outros contextos, como o oceano, muitos permaneceram, contudo, na mesma narrativa de uma visão historicista da grandiosidade de Portugal, reforçando o imaginário do mar como metáfora da versão nacional da história. De facto, independentemente de o discurso identificado em democracia ter variado no seu pendor de justificação, as bases narrativas da identidade marítima permaneceram no seu papel de diferenciação da identidade nacional. Embora o estudo tenha as suas limitações, principalmente pelos períodos de análise e contextos abordados, esta conclusão propõe à academia discutir a possibilidade de mecanismos de alteração de narrativas nacionais no futuro. A investigação permite identificar um discurso transformado entre os dois regimes, em que, todavia, a narrativa da identidade marítima permanece e serve como um traço contínuo do contexto português.

Palavras-Chave: Discurso, Mar, Identidade Marítima, Estado Novo, Democracia

PORTUGUESE MARITIME IDENTITY: WAVE OR TIDE?
A COMPARATIVE STUDY BETWEEN THE ESTADO NOVO AND
DEMOCRACY

LÚCIO LOPES HANENBERG

Abstract

The goal of this research is to understand if the narrative on the so-called maritime identity in the Portuguese political discourse changes between the regime of the Estado Novo and the current democratic period. Although the expression has been used by political parties in the last decade, the imaginary is presented as an enduring and permanent vision of Portuguese history, whose promotion is easily found in the whole of society, including academic works. The research investigates what this maritime identity may entail as its core components and analyses the discourse of each regime to investigate similarities, giving special attention to the social revolution that marked the phase of transition. Following major works in the fields of identity and narrative, the operationalisation of the analysis adopts a constructive perspective, building on the methodology of discourse analysis. The main actors, the context and the discursive categories of the maritime identity are framed, and both regimes are also contextualized to identify the imaginaries to which political discourse refers. Embracing an analysis of the mundane discourse of everyday politics, this work analyses the parliamentary speeches of three distinct periods, that together shape the picture of both regimes' perspective on maritime identity. The first period is the VII legislature of the Assembleia Nacional of the Estado Novo (1957-1961), the second is the phase of transition (1974-1976) and spans the Assembleia Nacional, the Constitutional Assembly as well as the start of the Assembleia da República, and the third phase is the last completed legislature of the current democratic period, (XXI, 2015-2019). Seven key words in Portuguese – mar; marítimo; marinha, ultramar; ultramarinos; oceano; Atlântico (roughly sea, maritime, navy, oversea, overseas, ocean, Atlantic) – and six contexts – politics, economy, identity, defence, research, and others – collectively identify the evolution of the political discourse and allow for a qualitative comparison between the periods and regimes. The main conclusions identify that during the Estado Novo the focus of the maritime identity was in justifying the colonial empire, both in terms of exploitation and legitimacy, while the democratic regime focusses its discourse on a larger array of themes, mostly in regard to the potential economic development of the sea and its resources. While some concepts, like ultramar, cease to exist in the discourse, and others gained thematic relevance, like oceano, many remained in the same historicist narrative on the greatness of Portugal, reinforcing the sea as a metaphor for Portuguese national history. Even though the discourse changed in the sense of justification to appeal to the democratic regime, the base narrative remained as a factor of identitarian differentiation. While this study has some limitations, in its period of analysis and categorisations, the conclusion proposes that future research may discuss the possibility for mechanisms of change in national narratives in the future. The research therefore identifies a transformed discourse between the two regimes but confirms that the narrative on maritime identity remained a feature of continuity in the Portuguese context.

Keywords: Discourse, Sea, Maritime Identity, Estado Novo, Democracy

Índice

1. Introdução	1
2. Narrativa e Identidade	9
2.1. A narrativa como conhecimento.....	9
2.2. Delimitar a identidade	14
3. O Estado Novo e o Mar	23
3.1. O Regime e o Mar	23
3.2. Salazar e o Mar.....	33
4. O Mar em Democracia	45
4.1. O Mar na Sociedade	45
4.2. O Mar na Política	51
5. O Discurso Parlamentar sobre o Mar	58
5.1. Discurso no Estado Novo	62
5.2. Discurso na Transição	76
5.3. Discurso em Democracia.....	91
5.4. Comparação e Discussão.....	106
6. Considerações Finais	114
Fontes	121
Bibliografia	128
Lista de Tabelas e Figuras	136
Lista de Anexos	137

Lista de Abreviaturas

BE	Bloco de Esquerda
CDS	Centro Democrático Social
CPLP	Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa
ENM	Estratégia Nacional para o Mar
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAN	Pessoas Animais Natureza
PCP	Partido Comunista Português
PPD	Partido Popular Democrático
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
UDP	União Democrática Popular

1. Introdução

“Da minha Língua vê-se o mar”, disse o escritor português Vergílio Ferreira. E foi nessa Língua - partilhada por 260 milhões de falantes e pelos nove Estados-membros da CPLP, que celebra o seu 20º aniversário - e inspirado pelo mar que nos une – o meu Atlântico e o seu Pacífico - que aqui quis falar e lhe desejo os maiores sucessos na sessão que iniciamos e na qual apoiamos a sua liderança (Rebello de Sousa, 2016).

É através de citações como a apresentada, proferida por Marcelo Rebello de Sousa, na altura recentemente eleito Presidente da República Portuguesa, frente à Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova Iorque, que se encontram as primeiras indicações para um tema que parece ser recorrente como a maré nas costas de Portugal. Tal como a corrente, sem que haja grande espanto ou esforço, acaba sempre por voltar. É o próprio mar que se vai reencontrando como painel de exposição de auto-perceção portuguesa. Aparenta ter uma longa história, começando com a suposta criação visionária da marinha portuguesa por D. Dinis, permanecendo ao longo da chamada expansão marítima e nunca desaparecendo verdadeiramente da arquitetura, arte e literatura, como aliás se pode comprovar pelo próprio discurso de Rebello de Sousa, que já em si cita um dos principais autores portugueses da contemporaneidade, Vergílio Ferreira, para comunicar o papel importante do mar em Portugal, e até na língua portuguesa em geral.

Em particular, o papel do mar é também reflexo do século XX perturbado que Portugal experienciou. Na maior parte desse tempo, o mar era símbolo do poder colonial que o país dispunha, e com o Estado Novo, seja com António de Oliveira Salazar ou com Marcelo Caetano, a função da propaganda política passava em comunicar a uma população largamente analfabeta o imaginário importante do mar, seja através da imagem do pescador, ou com a construção do padrão dos descobrimentos. A essência portuguesa era, segundo esse regime, dependente das colónias, e o mar era o espelho do desempenho chave ao longo da história portuguesa. Com o 25 de Abril, e com a queda da propaganda do Estado Novo, é de assumir que também o mar seguisse a corrente e acabasse por se alterar face a uma revolução tão transformadora, pressupondo desde logo a importância das independências tardias das ex-colónias portuguesas. Mas como se viu, o tema acabou por não afundar, e permaneceu de uma forma ou outra na consciência social e societal portuguesa. Essa permanência é, contudo, um espaço ainda por estudar dentro do discurso político português. O interesse particular reflete-se, portanto, em que sentido a transição portuguesa de um sistema autocrático com colónias

para uma democracia afetou o discurso português sobre o mar. Tendo em conta que essa transição, que para efeitos da presente investigação se pode balizar pelos anos entre 1973 e 1976, já foi designada como um processo culminante de uma revolução social (Fishman 2011), torna-se relevante entender como o mar enquanto fator identitário se modificou nesse mesmo período, não só dadas as circunstâncias, como as consequências dessa transformação. Em concreto, a alteração do regime político, que inclui novos agentes e uma nova delimitação do país, literalmente também em questões geográficas, são potenciais estruturas de reflexão desse papel. Nos últimos anos, a política portuguesa tem vindo a expor a importância da promoção de uma identidade marítima nacional. É essa promoção, e as consequentes fontes de onde os atores se inspiram para a criar, que serão o foco deste trabalho.

Um tema com uma profundidade oceânica como este requer um claro delineamento do estudo em questão. Antes de mais, a origem deste conceito agregador não é meramente um pressuposto do trabalho, como também uma expressão utilizada na política portuguesa na última década. A utilização reflete-se tanto em promessas partidárias (PS 2009) como em resultantes medidas, principalmente as várias Estratégias Nacionais para o Mar (ENM 2007, ENM 2014, ENM 2020). Consequentemente, parte deste trabalho será analisar exatamente esses planos, para estabelecer um contributo para o entendimento dessas medidas para a identidade marítima portuguesa. Mas a promoção de uma identidade não se pode resumir a uma pequena coletânea de documentos oficiais, que pouco ou nada traria como contributo para o entendimento evolutivo desta suposta identidade.

O passo lógico, portanto, passa por estabelecer uma base metodológica que permita trabalhar os objetivos deste trabalho. É certo que o contexto em análise já teve influência anterior, mas o presente trabalho concentra-se em avaliar dois regimes: O Estado Novo e o regime democrático atual, conhecido como a Terceira República. A investigação funda-se na pergunta de partida de como é que o discurso político português em relação à identidade marítima se alterou entre o Estado Novo a Terceira República.

A partir desta pergunta, delineiam-se os objetivos gerais claros. Por um lado, requer um bom entendimento do papel do mar na vida política tanto do Estado Novo como da Terceira República, passando o relevo do discurso não só na sua vertente oratória, como imaginária, através de promoção de uma ideografia do mar, tanto como vertente da essência do quotidiano, como de legitimação do próprio regime, no sentido da narrativa de uma identidade fazer parte da identidade nacional, que, ultimamente, acaba por parecer obrigar certas decisões políticas. Embora o papel do discurso, e com ele da narrativa, seja desenvolvido adiante, é evidente que

esta análise exige uma vertente altamente qualitativa e interpretativa, expondo em ambos regimes o que tem sido estudado na promoção da imagem do mar na propaganda, na promoção de eventos culturais e muito mais. Sem essa vertente, o discurso político não só fica por desvendar na sua totalidade, como também não tem a base necessária para se avaliar os processos inerentes à construção discursiva e narrativa, desde a particularidade de alguma metáfora à imaginação de um mar português. Sem um contexto estabelecido, que à data tem sido bem estudado, é impossível entender o discurso político.

Como contributo inovador, este trabalho acaba por trazer a vertente mais clássica do discurso político, focando-se em intervenções orais. Embora este campo em geral tenha potencial de estudo na sua totalidade, este exercício acaba por também experimentar uma certa inovação ao não se focar exclusivamente nos agentes políticos principais, isto é, o chefe de estado e chefe de governo. Embora esse estudo também fosse de interesse, e alguns momentos desses atores sejam utilizados para complementar a análise, a presente investigação defende que através do estudo da assembleia política regente, ao longo de um maior espaço de tempo, se possa extrair mais eficazmente e inteiramente o fenómeno. Tendo como ponto de partida as assembleias, ganha-se não só a particular vantagem de ter um maior leque de escolha de análise, podendo examinar vários anos de forma regular, como também permite explorar o tema para além dos momentos mais evidentes. Por outras palavras, num momento em que um país decide invocar um evento de grande dimensão na promoção do que se pode designar seja uma identidade marítima portuguesa, tal como ambos regimes o fizeram, é evidente que o discurso à volta desses instantes seja de concentração da valorização do mar. O estudo da assembleia em momentos de maior duração permite escapar a esta tendência de enviesamento de captar momentos singulares. Por isso, o trabalho não procura todos os momentos em que a hipótese do mar seja possível de encontrar, selecionando de maneira exclusiva momentos de debate evidentes sobre o tema, mas sim avaliar, através de um meio termo de situações de relevo e momentos de normalidade legislativa, o relevo do mar na política quotidiana.

É, portanto, no quotidiano que se procura o relevo de uma temática no discurso político. Quantas vezes mais aparecer em momentos em que não seja evidente a sua descoberta, mais importante se torna para a sociedade em geral, e não só nos momentos cruciais. Contudo, o âmbito deste trabalho, e a sua operacionalidade, não permite uma exaustiva análise da totalidade das intervenções nas várias câmaras ao longo de todos os anos do regime. Por isso, é necessário escolher uma seleção de anos e âmbitos.

O último pressuposto limitador do trabalho é resultante da pergunta de partida. O período de transição já referido terá um particular interesse na análise, como potencial de alteração da narrativa. Esta é, de facto, a hipótese de estudo principal, que a revolução tenha contribuído para a referida modificação sobre o discurso da identidade marítima. Para além de um estudo do Estado Novo como base de partida e da situação atual para permitir um estudo comparativo, adiciona-se, portanto, a fase de transição, como possível momento de alteração evidente da narrativa.

As escolhas metodológicas resultantes dos pontos de partida apontados são as seguintes, focando-se na parte do contributo inovador do trabalho, para além de uma análise dos contributos atuais que apontem para uma iconografia da promoção da identidade marítima em ambos os regimes. Para analisar os dois regimes em particular, escolheu-se uma legislatura para cada. No caso do Estado Novo, o trabalho avalia a VII legislatura, entre 1957 e 1961. Através desta legislatura é possível estudar o Estado Novo no seu momento de relativa ascensão económica do final dos anos 50, a promoção da importância das então colónias na mesma altura, tal como o breve início da guerra de independência em Angola, que culminará na chamada guerra colonial. Com outros eventos de análise que são desenvolvidos no capítulo respetivo, esta escolha permite, logo, estudar o Estado Novo sobre Salazar em várias vertentes em meramente uma única legislatura. Contudo, para não exceder um certo limite comparativo, só se analisa a Assembleia Nacional. Embora o sistema do Estado Novo tenha sido oficialmente um sistema bicamaral, mesmo em termos formais e informais a Assembleia Nacional é suficiente para conferir a importância política do mar.

No caso da atualidade, acaba por ser simplificada a escolha, visto que existe só uma câmara de representantes, a Assembleia da República, e para ter a componente da atualidade, estuda-se a XXI legislatura, até à data a mais recentemente concluída. O facto de ser a mais próxima do tempo de análise não significa que não tenha momentos de interesse, visto que foi nessa legislatura que o governo do Partido Socialista (PS) de António Costa decidiu incluir um ministério exclusivamente dedicado ao mar, e a continuação da já referida Estratégia Nacional para o Mar, neste caso a referente entre 2013 e 2020 (ENM 2013).

Por fim, a fase de transição, ou seja, os anos entre o fim 1973 e a meio de 1976, correspondem à última legislatura do Estado Novo, que viu o seu fim através do 25 de Abril, a totalidade da Assembleia Constituinte, e o início da primeira legislatura (I) em democracia. Com esta escolha de documentação como fase de transição, aproveita-se a XI legislatura do Estado Novo como breve descrição do Estado Novo com Marcelo Caetano, criando igualmente

a possibilidade de comparação face ao discurso da década anterior, com uma guerra a permanecer e a endurecer o regime. Com a Assembleia Constituinte, que certamente teve maiores preocupações do que assegurar um discurso de identidade marítima, será possível verificar se o tema permanece de alguma forma relevante mesmo quando o contexto parecia indicar que seria das últimas questões a serem discutidas. Finalmente, com o início da I legislatura, capta-se o princípio de uma tentativa de normalidade democrática, que posteriormente servirá igualmente como comparação interna do regime democrático, contrastando-o com a XXI legislatura, praticamente 40 anos depois.

Com estas escolhas, a análise não consegue traçar uma cronologia completa dos regimes, mas permite, independentemente, captar os períodos de regularidade escolhidos. A duração relativa dentro das legislaturas, contudo, deixa ou só indica a importância quotidiana nesses anos em específico. No total, mesmo com a redução a três momentos chave de média duração e a exclusão da câmara corporativa do lado do Estado Novo, encontram-se sobre análise quase 1000 documentos. Embora a sua justificação académica seja mais desenvolvida no capítulo respetivo ao enquadramento conceptual principal, pode designar-se, desde já, a forma específica metodológica do trabalho destes documentos. Tendo em conta o número elevado dos documentos específico em análise, decidiu-se fazer uma análise padrão, num sentido mais quantitativo, analisando o contexto de palavras-chave que possam ser ligadas a um conceito de identidade marítima. Avançar-se-á sobre as considerações académicas no seguinte capítulo, mas pela forma que se vai explorar agora, é evidente que este trabalho se inspira nos trabalhos de análise de discurso (Van Dijk 2018, 2020; Wodak 2015), tendo em conta a importância do contexto, dos atores em questão, que neste caso são os representantes políticos, e a ideia que o discurso pretende construir para uma narrativa, sendo que isto é, como referido, o principal objetivo do trabalho. Por outras palavras, em termos do posicionamento ontológico, mas principalmente epistemológico deste trabalho, assume-se uma posição construtivista e interpretativa em ordem de permitir analisar concretamente o discurso político.

As palavras escolhidas centram-se no papel do mar, divididas em subcategorias de análise. As palavras mar e suas derivadas, como mares, são evidentes. Nesta categoria adicionamos também a palavra além-mar, que se encontra raramente. A palavra marítima, ou marítimo, e os respetivos plurais, já se encontra na própria ideia de identidade. Segue-se a marinha, que também agrega a palavra de marinheiro, na ligação evidente a uma das principais atividades humanas no mar. A palavra ultramar justifica-se pela extrema importância durante o Estado Novo, sendo em toda a altura de análise a designação oficial das colónias portuguesas,

tal como um cargo de ministério, sendo de interesse a perspectiva de enquadramento desta categoria no pós 25 de Abril. De seguida, a palavra ultramarina foi diferenciada de ultramar no âmbito de se poder melhor considerar as diferenças entre uma e a outra, podendo servir mais para situações descritivas da economia colonial, por exemplo. A palavra oceano permite enquadrar outros contextos, sejam de interesse geográfico ou de avaliação mais recente, em que a palavra ganhou relevo pelas alterações climáticas, assim como a categoria de Atlântico, que se justifica por ser o único oceano que permaneceu à volta do imaginário do território português, assim como fruto de algumas expressões que se podem designar identitárias em ambos os regimes, como a ideia do mar lusitano.

Após o reconhecimento destas categorias de palavras nos documentos, identificando o número de cada delas, esses momentos são, adicionalmente, identificados pelo seu contexto. Sem o entendimento do contexto, uma mera enumeração das palavras não iria contribuir com qualquer enriquecimento académico. O contexto em si é dividido por outras 6 subcategorias. Em primeiro lugar, encontra-se o ramo político e institucional do mar. Nesta categoria encontra-se todo o tipo de legislação, assim como cargos políticos e restantes divisões políticas, como por exemplo a referência a uma comissão parlamentar. Para além disso, adiciona-se a questão da independência das antigas colónias a nível político. O contexto económico do mar é evidente, dando aqui o exemplo da pesca, mas pode incluir também planeamentos financeiros para vários tipos de projetos, não obrigatoriamente exclusivamente da marinha mercante. O seguinte contexto é, certamente, o mais importante para a posterior análise qualitativa. Dentro da categoria de identidade e cultura são identificados todos os momentos em que as palavras de análise sejam utilizadas para apontar para uma identidade nacional, invocando algum aspeto cultural ou histórico do país, assim como citações que apontem para o mar ou equivalente como característica essencial. Na categoria de defesa encontram-se referências à marinha de guerra, assim como a defesa durante a guerra colonial, assim como outros aspetos que tenham ligação à defesa nacional, como a própria designação indica. A categoria de investigação agrega estudos científicos que tenham a análise especificamente do mar, desde a hidrografia às consequências das alterações climáticas, para além de institutos que tenham uma das palavras de análise no nome, e consequentemente possam contribuir para o conhecimento científico. É de esperar que esta categoria seja mais relevante nos últimos anos de análise. Por fim, uma última categorização designada por diversos, agrega outros contextos. Todas estas categorias em análise, dividindo por documento, estão conectados com uma descrição que resuma o papel desta categoria no documento, assim como o número de vezes que se encontra no documento.

Passando esta fase agregadora, prossegue-se uma análise qualitativa de cada um dos regimes, apontando situações de relevo, tanto pela enumeração de evidências, como pela presença de citações de relevo para o estudo da identidade marítima. Assim sendo, pode designar-se uma maior atenção a certas expressões utilizadas, e expressando diferenças notadas ao longo dos anos.

Ambos os trabalhos, quantitativo e qualitativo, acabam por, depois, ser comparados entre regimes, identificando semelhanças e diferenças, apontando momentos de principal atenção, e expressões que relacionem as intervenções ao discurso já analisado por outros autores, fazendo uma interligação e correlação entre os dois. Com este padrão metodológico é então possível analisar a hipótese principal, se a transição teve, ou não, impacto na narrativa portuguesa de identidade marítima.

Como referido anteriormente, estas concentrações no estudo das assembleias parlamentares nos anos específicos não implicam que as intervenções de chefe de estado e de governo sejam colocadas de lado, sendo sempre utilizadas como um possível enquadramento do regime em questão, e considerando-os como métodos de apoio à análise referida. Embora esta metodologia possa ter as suas limitações – podiam ser escolhidas outras ou mais palavras, assim como existir um maior detalhe na escolha de categorias de contexto – argumentamos que com esta análise seja possível investigar o ponto fulcral da narrativa, sem detrimento de quaisquer situações de relevo, e sem cair num *conceptual stretching* do próprio conceito, visto que a maior análise, certamente, ou pelo menos assim se o espera inicialmente, seja a do contexto de identidade e cultura. Se estas hipóteses se confirmarem é identificado no capítulo de comparação, assim como na conclusão.

Resumindo, tendo em conta que a pergunta de partida se gere pela hipótese que a identidade marítima portuguesa se alterou com a transição entre o Estado Novo e a democracia atual, identificam-se os objetivos a estudar nos vários regimes, identificar as principais temáticas do discurso, e avaliar se a narrativa teve, ou não, uma alteração significativa na quantidade, variação e importância dela.

De seguida, são analisados os principais conceitos chave para a análise, nomeadamente identificando como a academia tem caracterizado o papel da narrativa e do discurso, e, por consequência, como esses fatores podem, ou não, influenciar a criação, alteração ou manutenção de uma identidade, em especial uma identidade coletiva e política, como se pretende estudar aqui. Esta reflexão, orientada de imediato para o estudo de caso, permite um

enquadramento conceptual necessário no âmbito do debate académico da temática. Posteriormente, desenvolvem-se os principais contributos até à data da importância do mar em ambos os regimes do Estado Novo e da chamada Terceira República, tanto em termos académicos como políticos, explorando as principais temáticas que têm sido identificadas, e interpretando certos aspetos que sejam de ligação ao mar no termo direto ou simbólico da palavra. Com esta secção, assegura-se que os objetivos da investigação estejam devidamente contextualizados, como requer uma análise como esta proposta neste trabalho. Com este enquadramento, será então possível classificar e avaliar as contribuições nas assembleias para o entendimento da criação da identidade marítima em Portugal, podendo responder à pergunta de partida, identificando semelhanças e diferenças no discurso português sobre o mar, e avaliar o seu significado político.

Avança-se, portanto, com uma breve análise conceptual dos dois principais conceitos para o trabalho, a narrativa e a identidade.

2. Narrativa e Identidade

Como referido anteriormente, os conceitos de narrativa e identidade estabelecem a base conceptual necessária para a análise proposta. A escolha reverte-se, no fundo, à problematização da pergunta de partida, no sentido de entender a alteração da identidade marítima entre os regimes do Estado Novo e a democracia atual. Com os atores em análise e o foco dado ao papel político, a compreensão epistemológica do objeto de estudo reverte-se nesta seleção de estudar a identidade marítima como uma narrativa política dos regimes. Neste capítulo, explana-se o papel das narrativas – e os seus discursos correspondentes – na construção das identidades, tendo em especial atenção as identidades nacionais, visto que se pode agrupar a identidade marítima como uma componente dessa identidade nacional portuguesa. A relação entre a narrativa e a identidade (Bamberg 2020, 249–50) é exposta como um pilar essencial para o entendimento do contributo deste trabalho.

2.1. A narrativa como conhecimento

O conceito da narrativa em contexto social tem sido um modelo de inovação na academia nos últimos anos. Contudo, o seu contributo epistemológico e social já se traça para além dos estudos recentes. Como a maioria das inovações teóricas nas ciências sociais, também a teoria da narrativa se alimenta por um cruzamento entre as áreas da filosofia e da sociologia. Embora a evolução em termos da sua aplicação a casos práticos seja inegável, e a sua operacionalização tenha sido compartimentada das mais variadas formas, os pressupostos básicos permanecem numa estrutura semelhante desde o início.

Criar uma narrativa é um processo essencial para a explicação de qualquer conhecimento. De certa forma, ironicamente, esta secção do trabalho cria uma narrativa à volta do conceito adotado. Qualquer sistema de entendimento, tal como o que se apresenta, requer recortar o essencial para poder transmitir a mensagem que se pretende. Como qualquer conceito a partir destes sistemas, é também importante desativar momentaneamente o pensamento normativo – uma narrativa em si não tem qualquer juízo de valor – a não ser que o agente a

utilize, e na maioria dos casos, a crie, para tais fins. Desconstruindo assim, os principais preconceitos sobre a narrativa, constrói-se a base do seu significado.

Uma narrativa pode ser entendida, inicialmente, como um requisito para qualquer raciocínio através da linguagem – de uma história com a sua própria narrativa, com início e desenvolvimento. De facto, a importância da criação de significado através da linguagem nas suas várias vertentes é, certamente, uma das formas mais antigas do conhecimento, não só em forma escrita como na transmissão oral (Laclau e Bhaskar 1998, 9-13). Mas enquanto numa ideia inicial uma narrativa se pode limitar a uma conceção de uma estória – uma ficção – rapidamente se percebeu que tais narrativas são necessárias também para criar um sentido no mundo “real”. E com essa questão em mente, colocou-se o problema ontológico entre o real e a ficção – acabando por influenciar uma das principais discussões nas primeiras tentativas das ciências sociais em utilizar o conceito de narrativa (Khalifa e Mahama 2017, 251).

É geralmente aceite a ideia que as ciências sociais, desde cedo, se permitem dividir em dois campos de tipo-ideal, os positivistas, cujo pai simbólico se pode encontrar em Auguste Comte (2009 [1853]), e os ‘interpretativistas’, seguindo a escola teórica de Max Weber (2002 [1922]). De um modo geral, requerem interpretações diferentes de uma realidade, acentuando a importância de métodos quantitativos e qualitativos, respetivamente. Enquanto o positivismo pretende retirar factos de realidade fixa, pressupondo que se possa provar que certas afirmações são corretas e causais através desses factos, o interpretativismo pretende entender os métodos que influenciam uma certa perceção. Em termos do enquadramento ontológico, o positivismo requer uma noção absoluta que é possível disseminar a realidade em várias componentes, enquanto o interpretativismo apresenta uma tentativa mais ou menos agnóstica da realidade, preferindo descrever correntes a conectar de algum fator de causalidade imediato. Embora esta apresentação em dois campos radicais seja simplista, as ciências foram adaptando os seus estudos mediante a temática e a possibilidade de informação: quanto mais possibilidades de descrever processos através de variáveis quantificáveis, maior o incentivo haveria a uma quantificação positivista da realidade. Mas, pelo simples facto de o objeto de estudo ser a sociedade humana, as ciências sociais (de um modo geral, em modo de contraste com as ditas ciências naturais) tinham de ser ajustar este raciocínio a um mundo com várias possibilidades e conexões difíceis de estabelecer.

Com o crescimento do construtivismo nas ciências sociais, que inicialmente pretendia estabelecer um meio termo epistemológico (Jung 2019, 3), designou-se um pressuposto que se assumiu exatamente essa saliência como estrutura base do conhecimento. O construtivismo

não é uma teoria geral com um claro autor base, e vai variando entre, no fundo, uma justificação metodológica de poder estudar certos aspetos que não são perceptíveis de forma para um estudo positivista, ou para servir como estrutura para um estudo mais crítico da realidade atual, podendo chegar à normatividade (*ibidem*). De certa forma, o construtivismo pode assemelhar-se ao empirismo de Hume (Westphal 2013, 237) no sentido que permite estudar perceções e abstrações, dando-lhe, independentemente, uma formulação empírica. Uma das formas mais influentes, como é possível atestar com a sua utilização recorrente e neste trabalho, tem sido a análise de discurso, e com ela o crescimento do estudo das narrativas foi um passo seguinte lógico.

Pela sua concentração numa construção da realidade através do discurso, o estudo da narrativa é, inerentemente, um estudo que não pode ser considerado positivista. Embora esse estudo seja, na sua forma atual, uma relativa inovação, face aos trabalhos estudados anteriormente, é possível traçar os seus inícios na filosofia contemporânea, como se pode identificar com Gramsci (2000) e a sua crítica cultural do marxismo (Mouffe 1979, 190). Porém, para o presente trabalho faz sentido traçar a genealogia de uma forma mais recente.

Com a escola francesa, nomeadamente Michel Foucault e Pierre Bourdieu, a análise da narrativa tomou nova importância analítica e académica. Foucault (1976 [1963]), como se pode ver abaixo, deixou um legado de exemplos como uma perspetiva narrativa pode evidenciar padrões de controlo na sociedade. No caso de Bourdieu (1986), salienta-se o estudo da narrativa em termos de socialização e diferenciação cultural. A realidade social é construída através de normas, reforçadas pelos autores que dependendo de situação, são tanto agentes no sentido de comunicar a mensagem, como recetores dessa mesma.

Na perspetiva de Foucault, e avançando com académicos mais recentes, é possível estabelecer alguns pontos basilares. Embora, na realidade, várias vertentes da análise de discurso sejam possíveis, todos partilham, para além de uma visão construtivista da realidade, certos parâmetros metodológicos.

Segundo Foucault, o discurso tem várias funcionalidades a que se acrescentam os seus respetivos critérios. No livro *A ordem do discurso* (Foucault 1996 [1971]), numa transcrição de uma intervenção do autor, encontra-se o que se pode considerar uma versão compacta do seu pensamento. A sua influência na perspetiva do discurso hoje obriga uma reflexão mais alongada. Ao longo da intervenção, Foucault reflete sobre os processos de criação, mas também

de exclusão do discurso, salientando as bases do seu pensamento. O próprio resume-o da seguinte forma:

Suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (idem, 8-9)

A intervenção não está, contudo, preocupada em criar uma tipologia de investigação para o discurso, privilegiando uma reflexão filosófica sobre os vários aspetos do discurso e não de uma narrativa. Isto é, parcialmente discute o discurso, cuja agência se encontra difusa, tal como a tentativa de agregar esses discursos, ao mesmo tempo que se discutem as saliências filosóficas que advém, por um lado, da evolução histórico-filosófica do discurso nessa área (*idem*, 61-66) da importância dividir o conhecimento em partes, perdendo a junção do todo, numa (auto-) crítica à academia e a sua separação em disciplinas (*idem*, 31). É, portanto, uma discussão global de uma visão que a realidade, mesmo na possibilidade de que exista numa forma coerente (*idem*, 70), é dependente de discursos e a sua divisão feita pelos agentes, seja de forma propositada ou não. Discursos vivem, portanto, num constante contraste entre si, de forma temporal e espacial (Villadsen 2020, 289). Para este trabalho, a discussão mais importante será a da diferença entre rituais, processos que restringem o modo de ação de forma comportamental (*Foucault 1996 [1971]*, 38), e as sociedades de discurso:

Com forma de funcionar parcialmente distinta há as "sociedades de discurso", cuja função é conservar ou produzir discursos, mas para fazê-los circular em um espaço fechado, distribuí-los somente segundo regras estritas, sem que seus detentores sejam despossuídos por essa distribuição. (idem, 39)

Embora a perspectiva de Foucault no exemplo dado se limite a sociedades de menor dimensão, não a sociedade na perspectiva estatal, não é impossível imaginar este processo possa ser aplicável para a generalidade de uma população. Dito isto, Foucault separa estas mesmas sociedades de discurso da doutrina (*idem*, 42-43), em que a restrição se define pela suposta exclusividade criada pela constatação de uma doutrina. Por outras palavras, dentro de uma comunidade ou grupo, só se poderá uma doutrina, cujo controlo se estabelece através do próprio grupo, que o reforça num ciclo discursivo. Embora o próprio admita que seja difícil distinguir, muitas vezes, estes três critérios (*idem*, 44), Foucault pretende expor como pensar sobre discurso é não só encontrar algo de comunicado, mas também ações que o confirmem. Um exemplo é, segundo o autor, a importância do sistema de ensino na criação destas várias variantes de discurso (*ibidem*). Ou seja: o discurso, e por consequência, a narrativa que advém dele, não se esgota em frases, porque não só deve ser estudado o que não é dito, como também

as consequências que essas comunicações trazem consigo, tanto em modos de comportamento como de decisões.

Para poder operacionalizar essas conclusões de Foucault, apresentamos, a título exemplar e de utilidade para este trabalho, brevemente três autores para apontar a saliência da narrativa nas ciências sociais.

Com a obra “Meta-História”, Hayden White (1992), através de uma reflexão histórico-filosófica, expôs a relação difícil que a ciência tinha entre a filosofia e a história, apontado para o fator narrativo da construção da história. O livro tem um forte pendor normativo, e encontra-se na linha de defesa que a tentativa de ser neutro nas ciências sociais é um esforço praticamente em vão, devendo, em vez disso, o historiador, e por consequência, o cientista social que usa a história como fonte de análise, assumir essas limitações, expondo-as mais abertamente, seguindo os passos das origens da história dentro da filosofia iluminista (*ibidem*, 61-62)

Embora esta obra seja a mais importante e citada, muitos dos seus aspetos fulcrais em relação à narrativa encontram-se mais em outros ensaios (White, 1987). Nela, a necessidade de narrativas para sustentar uma justificação é estudada mais a fundo (*idem*, 4). Tendo em consideração o trabalho de White na sua plenitude, este cruza-se com um historiador preocupado na avaliação das narrativas na história:

O problema, pois, não está no uso da narrativa, mas na forma de conceber os modos que toma. Por isso White distingue dois tempos no processo de materialização do discurso histórico: o primeiro assumindo uma interpretação do fragmento do passado que pode ser conhecido, enquanto o segundo define uma representação, em termos de linguagem, dessa interpretação. (Bebiano 2018, 43)

Embora a normatividade seja difícil de separar da primeira obra, os contributos de White, principalmente através dos outros trabalhos realizados, têm sido considerados elementares para uma ‘narrative turn’ dentro das ciências sociais, estudando tanto a própria academia (ver também Foucault 1981 [1966], 65) como outros agentes. Um desses agente é o estado no seu sentido lato, que intervém na procura de narrativas construídas para legitimar uma certa visão do mundo.

Para além da história, outras ciências sociais aplicaram esse foco na narrativa nos seus estudos. Atualmente, a metodologia mais influente é, possivelmente, a de Wodak (2001, 2015, Reisigl e Wodak 2017). Embora constantemente atualizado com algumas variações, Wodak apresentou o modelo de análise histórico-discursivo. Inclui, tal como em White, a possibilidade de ser utilizado com propósitos normativos, propondo que os trabalhos se devem concluir com

uma secção de *critique*, para propor alterações nessa mesma narrativa com fins emancipatórios (Reisigl e Wodak 2017, 119).

O sistema não é particularmente inovador. Propõe o estudo das narrativas através da contextualização do discurso dentro da história do caso em particular, apontando os agentes que o transmitem, os que o recebem, tal como as estratégias que são aplicados por eles para o fazer. Acaba por ser, uma forte análise qualitativa transdisciplinar das narrativas (*idem*, 94). A falta de inovação é exatamente a vantagem deste modelo, tornando-o basilar e essencial para qualquer estudo da narrativa sem que se tenha de considerar estes mesmos critérios. Por isso, de certa forma, este trabalho também segue a linha de Wodak, estudando o discurso através e por causa do seu contexto, embora com menos foco no pendor emancipatório, devido ao foco dado na possibilidade de alteração narrativa através da mudança de regime ditatorial a democrático.

A operacionalização da narrativa em Brown (2006) é o passo seguinte para chegar à análise que este trabalho pretende fazer, aplicando já a metodologia narrativa à identidade, conceito que deterá seguidamente a atenção, em particular à identidade coletiva. Através da atenção dada não só aos agentes, ou segundo autor, as vozes (*idem*, 738) mas também à possibilidade de haver vozes e discursos contrastantes (*idem*, 740) dentro de uma narrativa à procura de uma hegemonia (*idem*, 733), a mudança de regime poderá ser estudada exatamente nesses moldes, pondo um sistema com comunicação controlando os discursos, para um sistema de múltiplos atores. Por outras palavras, esta mudança de regime pode significar uma nova luta de novas vozes a contrastar a hegemonia estabelecida pela ditadura. Mas para perceber exatamente o que faz com o que o estudo da narrativa seja tão aplicável à identidade, é necessário avançar com uma caracterização desse conceito.

2.2. Delimitar a identidade

Trabalhar um tema como a narrativa sobre a identidade marítima requer, antes de mais, uma desconstrução dos conceitos chave que a constituem – de forma acrescida quando de um desses mesmos conceitos se trata de algo com várias conotações como a identidade. Mesmo dentro da academia, dependendo da área científica, é frequentemente necessário comparar o

significado dado à identidade: o mesmo conceito pode, em certas circunstâncias, referir a vários aspetos. É particularmente difícil delimitar a identidade visto que esta palavra se tornou como um padrão de interação humana: quase tudo existente, e até algo não existente, tem uma certa identidade. E cada aspeto específico, como se pode ver até no próprio tema proposto, pode tornar-se numa identidade. Construindo o conceito a partir do seu significado mais conciso, este (sub-)capítulo apresenta as bases do trabalho na procura de uma conceptualização da identidade apta de estudar a existência, e de seguida, a alteração da identidade marítima entre o Estado Novo e a democracia portuguesa atual.

A utilização da expressão de identidade no quotidiano tem como imediata conexão a manifestação do indivíduo. Mesmo que, em termos etimológicos, a identidade deva significar semelhança, por muitas vezes, a identidade é utilizada para métodos de diferenciação em relação a outro. Cada pessoa representa a sua própria identidade, mesmo que essa possa variar. Para uma palavra tão vaga, plástica e incoerente, é necessário definir o que se pode designar por identidade. A psicologia estabeleceu a definição base para a identidade no seu agente: o indivíduo. Qualquer definição posterior reflete uma adaptação deste ramo académico. Neste contexto, a identidade é, desde logo, diferenciada da personalidade (Stryker 2007, 1085). A personalidade é considerada um fator mais ou menos estável e depende de fatores biológicos que determinam certas tendências na interação. Embora isto certamente continue a ser debatido dentro do estudo da personalidade, principalmente quão influentes essas determinações biológicas são face a certos estímulos exteriores, a principal noção reflete uma visão behaviorista de personalidade: isto é, ações refletem a personalidade, sem qualquer conexão a alguma essência intrínseca. A identidade, em contraste, parece indicar uma essência, um valor autorreflexivo. Isto não significa, contudo, que haja uma visão determinista da identidade na psicologia. Para alguns, a identidade pode ser comparada com a ideia de *self* (Soenens e Vansteenkiste 2011, 398-399), embora esse conceito tenha conteúdo filosóficos ainda mais dispares entre si que dificultam uma abordagem mais coerente de diferenciação, pelo que a investigação tem evitado essa comparação.

Para a psicologia, na identidade pessoal, o indivíduo determina a sua identidade (Bar-Tal 2006, 342), seja por iniciativa própria ou por influências exteriores – muitas vezes numa combinação dos dois. Isto estabelece vários parâmetros para determinar e delimitar a identidade, seja pelo indivíduo, relacional ou, como será para este caso de identidade marítima, através de um grupo. Por outras palavras, a identidade tem um âmbito de introspeção, mas

também de percepção, visto que é uma junção de uma exposição individual, mas também do contexto exterior, e a interpretação de outros sobre essa mesma exposição.

A dificuldade em conceptualizar torna-se evidente quando se define a tarefa como uma tentativa de “identificar a identidade”. Reconhecer a identidade é, de certa forma, perceber o que faz um indivíduo único. Em termos mais concretos, isto pode resumir-se a certas normas ou um conjunto de valores que o diferenciam consoante o seu contexto. Mesmo limitando-se à identidade pessoal essa dificilmente se pode estabelecer sem interação exterior – entrando diretamente na discussão habitual das ciências sociais entre o agente e a estrutura (p. ex, Lewis 2002). O processo da criação da identidade é dependente de fatores exteriores não só para a sua diferenciação, como também para encontrar os critérios de semelhança: a identidade não existe por si só – o que pode ajudar a diferenciá-la do *self*. Embora esta visão da identidade nem sempre seja a mais recorrente – tende-se a ver a identidade como um simbolismo de expressão individual, de se expor o seu “verdadeiro” modo de vida, é possível justificar a identidade como algo que é dependente de outros, mesmo quando se trata da identidade individual (Luyckx et al. 2011,81). A identidade é, portanto, um processo de construção de visão e percepção do agente em questão, influenciado pelas suas próprias determinações, mas também por outros contextos.

Visto que se trata de um processo que é influenciável por meios externos, é natural que o mesmo agente possa, dependendo das influências a que está a ser submetido, moldar e mudar a sua identidade (Wetherell 2009, 4), ou pelo menos partes dela: na verdade, um indivíduo, mesmo que se possa argumentar que tenha uma identidade geral, pode ser considerado uma coletânea de várias identidades. O que parece ser uma falha tremenda de conceptualização, visto que um conceito deve ser um parâmetro estável, meramente se trata de um facto natural no quotidiano: uma pessoa salienta certas partes da identidade “geral” dependendo do momento. Esta plasticidade do conceito deve ser reconhecida na ideia de haver essa identidade-chapéu que engloba o indivíduo, mas a vertente mais eficaz de estudar o efeito da mudança da identidade é não se focar no seu agente, mas sim no contexto, explorando as várias partições – e variando por consequência o agente. O conceito da identidade individual permite-nos, portanto, desde já, explorar a ideia dos vários tipos de identidade, como também a ideia de identidade coletiva.

Quando a identidade se refere a um sentimento de ligação a um grupo (Spears 2011, 205), alguns dos fatores, nomeadamente a reciprocidade dentro desse grupo, tornam-se ainda mais essenciais de escrutinar. Por isso, tendo em conta que o trabalho pretende estudar uma

identidade coletiva, é importante passar de uma mera descrição das várias conceptualizações de identidade, cujo aprofundamento continuará, mas em combinação com uma crescente operacionalização do conceito. Para se estudar a identidade considerada até este ponto, tem de se encontrar os fatores que se interligam nela: seja pela sua designação do agente ou pelas suas ações que o caracterizam (Keupp et al. 2006, 218; Bamberg et al 2011, 187-188). Adicionam-se ainda os fatores de diferenciação – que muitas vezes são mais eficazes para categorizar a identidade – basta rever como se chegou ao conceito de identidade até agora neste trabalho, delimitando-o da personalidade e do *self* primeiro, e só posteriormente tendo estabelecido os seus critérios.

De seguida, é preciso identificar o agente em questão: embora o trabalho avalie o estado como principal ator na construção da identidade marítima, não é evidente que o estado em si seja também o agente a que se destina essa narrativa no seu imediato. O estudo de identidade coletiva continua a pressupor o indivíduo como principal agente, no sentido que estuda primeiramente a identificação do indivíduo nesses mesmos grupos (Vignoles et al. 2011, 3). Esta perspetiva não se adequa ao objeto deste trabalho, porque não se pretende estudar a identificação em si, mas a mensagem que pode, ou não, levar qualquer agente a aderir. Por consequência, requer, desde logo, um sentido diferenciado entre o mensageiro e o recetor, não só pelos diferentes papéis assumidos dentro da construção da identidade, mas também pelo desnível institucional e hierárquico que esta diferenciação representa. O indivíduo, e até a sociedade em geral, não participa imediatamente no processo desta identidade, tal como se pode imaginar em processos *bottom up*. Neste caso, estuda-se uma mensagem que é claramente transmitida de “cima” para baixo”. Embora esta visão seja redutora – a sociedade participa também na sua construção desta identidade – é de qualquer forma necessária para estabelecer um conceito inicial da identidade marítima.

Como o estado é o principal agente cujas ações serão estudadas, é natural que certos processos no estudo da identidade em pessoas não se apliquem. Os processos de reflexão interna do indivíduo podem ser, com as devidas limitações lógicas, comparados com os processos de decisão dentro do estado, mas os fatores fisiológicos e cognitivos não poderão ser igualados nos processos estatais da mesma forma. De igual modo, a redução da mensagem transmitida pelo estado como se fosse unidirecional – isto é, do estado para a população, sem que haja interação na criação da própria mensagem – é completamente insuficiente para perceber os ‘*feedback loops*’ que tais narrativas criam, havendo um crescente diálogo na mensagem transmitida. O importante no estado da ação do estado é, portanto, não só avaliar a

mensagem transmitida, mas também as partes que não o são, embora, em princípio, se poderiam articular com essa narrativa.

Esta identidade marítima, já pelo facto de ser uma identidade coletiva, estabelece uma relação com um grupo específico, e visto que é o estado a fomentá-la junto da sua população, é possível pressupor que a identidade marítima seja uma parte da identidade nacional portuguesa.

É importante não confundir a reconstrução de uma eventual identidade nacional, neste caso a portuguesa, com a parte que a identidade marítima representa nessa mesma. Por outras palavras, este trabalho não pretende avaliar todas as facetas do nacionalismo português, nem explorar as suas ramificações. Interessa única e exclusivamente sempre a referência ao mar. Embora se considere um fator predominante no nacionalismo português, como se pode avaliar adiante, a preocupação de separar as águas do mar permite não só especificar e delimitar os métodos de análise, como também permite um estudo mais aprofundado do simbolismo do mar.

A promoção de uma identidade nacional está necessariamente relacionada com o conceito de nação. Um dos pontos de maior reflexão na academia nesse contexto é a questão em que momento particular a ideia da nação tenha, de facto, começado a existir, havendo por um lado a perspetiva modernista, exemplificado e liderado por Ernest Gellner (1983), que defende que a nação seja ultimamente uma consequência da industrialização e a sua necessidade de encontrar novas formas de coesão social, enquanto outros autores defendem a importância das independências dos países da América Latina como espaço temporal, com o papel da burguesia em plano principal (Anderson 2005 [1981], 79). Já Anthony D. Smith (2006) é o máximo representante de uma perspetiva que não advoga um momento em concreto em que a nação entra em jogo, defendendo que se deve entender o nacionalismo como uma continuação de ligações sociais anteriores, sejam essas étnicas, religiosas ou outras (*Idem*, 27). Contudo, constatando estas diferenças na terminologia da origem, que a certo ponto também privilegiam atores diferentes no papel da criação da nação, existem fatores que são congruentes. Para o trabalho em questão, cujo agente em foco é o estado, existe uma maior convergência do que se pode esperar da habitual tentativa académica de contrastar várias posições epistemológicas.

De facto, a participação do estado na criação da nação é essencial no fenómeno que se traduz no estado-nação como tipo ideal weberiano. Esse processo incluiu, desde já, o papel da

educação como fator essencial da consciencialização da existência de uma nação. O sistema de ensino escolar na criação de estados mais homogêneos (Gellner 1983, 34) é exemplar para uma perspectiva funcionalista como esta. A fomentação de um sistema escolar já tinha os seus precedentes, nomeadamente dentro das organizações religiosas, mas com o avanço do nacionalismo, a pressão de criar um sistema de educação é visto como essencial na criação de uma ideia conjunta de uma só nação (*idem*, 52).

A evolução do sistema de ensino cada vez mais universal e (territorialmente) abrangente é exemplar da evolução das capacidades do estado moderno e da fomentação do nacionalismo em vários aspetos. Um sistema de ensino requer, porém, uma uniformização do idioma, tanto em termos linguísticos como sociais. A russificação (Anderson 2005 [1981], 128) é só um exemplo de como esta uniformização reteve tanto traços de um esforço de expansão da língua do estado como a exclusão de outras. Em Portugal Continental, o português teve pouca dificuldade em se estabelecer, parcialmente pela existência de uma elite literária centralizada à volta do estado, isto é, a monarquia, desde o séc. XV (Venâncio 2019, 110), tal como a existência de uma única universidade num espaço territorial reduzido. Mas os vários territórios então coloniais durante o Estado Novo falavam várias outras línguas, entre outros fatores claramente diferenciadores. No âmbito da identidade marítima, pode ser testado se o mar desempenhou algum papel de tentativa de resolução simbólica de uma tensão entre este dilema amplamente estudado entre o estado nação e um império colonial (Anderson 2005 [1981], 149-150, Mann 2012b, 2).

Para a língua funcionar como um motor de unificação nacional ela tem de ser ensinada. Por um lado, a mera capacidade de fomentar um sistema (tendencialmente) centralizado em todo o território já consta do crescimento do chamado poder infraestrutural do estado (Mann 2012a, 26-27). Em Portugal, mesmo considerando exclusivamente no território europeu, esse processo foi lento e faseado (Pordata 2021). Iniciado pela I República, o processo foi evoluindo, inicialmente com a cobertura do ensino primário durante o Estado Novo, e os restantes ciclos já em democracia. É, portanto, de salientar a importância do estudo do sistema primário, e não só, na construção de uma identidade nacional, e por consequência, uma possível identidade marítima.

Mas um sistema de ensino, e em modo geral a criação de um estado nação traz consigo não só a uniformização da língua, como também, da relação ao passado. A invenção de mitos nacionais na conceção de uma história nacional (Berger 2009, 492), que reverte a nação como entidade intemporal, numa perspectiva de memória coletiva (Halbwachs, 1992) é dos processos

mais estudados, e dos mais eficientes em criar um sentimento de pertença à identidade nacional. A evolução do campo da história como ramo acadêmico no ocidente coincide com a evolução do nacionalismo, e muitos dos primeiros trabalhos ditam os principais mitos estabelecidos em torno da nação. Como discutido anteriormente, o influente contributo de Hayden White (1992 [1971]) apontou para a importância da desconstrução das narrativas nacionais, tornando uma parte cada vez mais importante da missão dos historiadores reavaliar constantemente essas narrativas que caracterizava, até então, o papel difícil da disciplina, com a maior atenção dada também a uma perspectiva internacional dos eventos, com vários historiadores a cooperarem para encontrar as diferenças nas perspectivas nacionais. Em Portugal, a Academia de História foi criada durante o Estado Novo para a promoção desta disciplina. Após a democratização, como é exposto adiante, a história em Portugal acompanhou o seu maior período de autorreflexão, como se pode ver no livro “História da História em Portugal (Torgal, Mendes e Catroga 1996) e em vários trabalhos posteriores. Aquando da análise da narrativa sobre o mar na história portuguesa será importante, cada vez mais, diferenciar o estudo académico da história, principalmente o atual, dos mitos nacionais a ela associados, mesmo que para a criação do nacionalismo ambos tenham participado de forma homogénea, reforçando-se um ao outro (Berger 2009, 493).

Exemplos da influência estatal encontram-se também fora do sistema escolar, nomeadamente nas atividades que Benedict Anderson caracteriza como ‘censo, mapa e museu’ (Anderson 2005 [1981] 221-243). Resumidamente, o estado na sua criação de uma narrativa nacional precisa de designar quem a ele pertence, criando um grupo que se diferencia dos estrangeiros (o censo), uma designação geográfica que estabelece um espaço geográfico que pertence a esse grupo, e uma narrativa de intemporalidade e continuidade entre ambos, criando uma história nacional (o museu). É importante reiterar que isto não é ato exclusivo do estado, embora seja este que o acabe por confirmar, mas também da interação da população, tanto pelo crescimento de literatura, como Anderson apresenta ao longo do livro, ou de criação de redes de imprensa ou outros motores culturais que interliguem as populações sem uma intervenção direta do estado. Este fator da comunicação social é importante para o estudo, visto que com a censura durante o Estado Novo, o regime podia guiar a mensagem transmitida a toda a sua população, enquanto com a democracia, em princípio, existe a possibilidade de difusão de discursos que não tenham na sua origem o estado de forma geral. Contudo, não se pode descartar a eventualidade dos atores terem sido influenciados pelo sistema de educação que frequentaram na sua juventude, assumindo o discurso do Estado Novo de uma ou outra forma.

Continuando, e como se pode evidenciar nestas páginas, a identidade nacional, mesmo que estudando uma versão particular dela, é facilmente interligada com o estudo de uma narrativa. A identidade nacional como narrativa encontra-se direta ou indiretamente, como se viu, em praticamente todos os estudos de ambos os lados. Certos exemplos são até duplicados, como é o caso do sistema de ensino, que tanto serve para a aceitação dos moldes discursivos da sociedade e, conseqüentemente, da identidade nacional.

Para poder estudar a identidade marítima como uma narrativa é necessário, portanto, primeiramente, reconhecer os vários níveis que uma identidade coletiva tem, desde o diretamente micro, apontado ao indivíduo, ao coletivo e, portanto, macro, da sociedade (David e Bar-tal 2009, 359) e que um discurso em concreto possa, num momento, estar direcionado para um nível ou para outro, mas que a narrativa na sua totalidade agrega os dois. Comparar dois regimes requererá contrastar os discursos também ao nível do ator em questão. Mesmo pressupondo que no Estado Novo, o regime possa criar, através da ditadura, uma narrativa coerente entre estado, academia e imprensa, tal não poderá ser dito da III República, e terá de ser testado se, conseqüentemente, se encontram outros tipos de discurso em relação à identidade marítima. Nesse aspeto, o trabalho tem um fator interessante de passar de um sistema discursivo em princípio homogéneo para um possivelmente multifacetado. Será, portanto, um dos objetivos de o trabalho perceber se com a difusão de mais atores se encontram uma maior variação de discursos na narrativa.

O mesmo se deverá, portanto, fazer no conteúdo da mensagem da narrativa, dando uma especial atenção a pontos de continuidade entre os dois regimes. Visto que a identidade nacional, no seu tipo ideal, pressupõe uma narrativa que não se limita no tempo, o contraste com mudanças de regime, principalmente aqueles que são consideradas revoluções sociais como é o caso português (Fishman 2011), alterando a relação societal com o estado, é um fator ainda por desenvolver nas páginas em relação ao caso português.

E finalmente, para além do conteúdo, o estudo aponta ao fator simbólico do mar, que certamente entre os tempos passados terá várias conotações – sejam históricas, quotidianas ou económicas. Embora, já pelo facto de o governo português atual promover esta mesma identidade marítima, será também fator de uma defesa de singularidade, ou *uniqueness* (David e Bar-tal 2009, 362), da identidade nacional portuguesa.

Antes de avançar para a importância do mar na academia, falta apontar um último acerto sobre a identidade: A cultura. A necessidade deste desenvolvimento tem uma razão muito

simples e encontra-se nos projetos de origem do conceito agregador de identidade marítima. Como referido, esse conceito, embora se possa aplicar a vários fatores históricos e analíticos em Portugal ao longo de várias componentes, é originário dos projetos recentes de Estratégias Nacionais para o Mar (ENM 2013). Nesses planos de ação a identidade marítima encontra-se progressivamente em sintonia com a ideia de cultura marítima. No programa mais recente (ENM 2021) acaba até por substituir completamente a referência à identidade. Posto isto, esta substituição não obriga a alguma alteração cognitiva da análise pelas reações expostas neste subcapítulo. Embora a cultura em termos analíticos também pressuponha vários outros fatores sociais, materiais e ideais (Williams 2015) e geralmente, pertença a um padrão analítico diferente, para este trabalho, como para outros, servirá como fator analítico de uma identidade coletiva (Boggs 2004, 189). Embora possa haver diferenças, a utilização da expressão permite esta equiparação imperfeita.

Identificado o fator para estabelecer a ligação conceptual e analítica entre a identidade e a narrativa, através do discurso, pode agora avançar-se para a contextualização dos dois casos, passo essencial para uma análise de discurso.

3. O Estado Novo e o Mar

A contextualização, em termos de análise de discurso, que se examina neste capítulo segue o objetivo de compreender a posição do mar no seu significado político geral no Estado Novo, para ser discutido a fundo o discurso político sobre o mar no regime nos capítulos posteriores. Para isso, aborda-se na sua primeira parte o papel do mar no regime, tendo em conta o seu imaginário de celebrações e propaganda do Estado Novo, enquanto no segundo capítulo se explora a posição do mar na visão de António de Oliveira Salazar, contribuindo com ambas as partes para a visão da identidade marítima durante a ditadura.

3.1. O Regime e o Mar

Avaliando o papel do mar no regime do Estado Novo em geral, denota-se rapidamente vários aspetos do imaginário da ditadura que são necessários de contextualizar. A análise deste contexto, contudo, tem de ter em conta o contexto social e político do Estado Novo, incluindo a importância dada pelo regime ao papel da história e da defesa de uma ideologia que pretendia, aos olhos da altura, conservar os valores e preferir a estabilidade e continuidade ao imaginário de progresso que, de certa forma, era visto como demasiado perigoso. Embora esta perspetiva tenha, suavemente, evoluído ao longo dos tempos, visto que principalmente a pressão do desenvolvimento económico pesava face ao aspeto conservador da sociedade, é natural que o Estado Novo tenha tentado encontrar formas de valorizar e vitalizar as atividades que considerava parte da essência portuguesa. Embora a atividade campestre, que facilmente se deixava associar ao imaginário de um povo isolado e pacífico do Estado Novo, tenha também tido o seu contributo, o papel do mar nesse próprio imaginário é o que dá frutos a uma experiência, como argumentamos, de uma identidade marítima.

De facto, o papel do discurso sobre o mar durante o Estado Novo parece combinar a necessidade de uma projeção de subsistência económica e de uma procura de legitimação evocando acontecimentos históricos ligados a ele, sendo que nos principais exemplos destes momentos narrativos, se nota uma certa fusão dos dois para se encontrar um discurso criado para isso mesmo. O historiador Álvaro Garrido identificou esta particular ligação como o fator de ‘maritimismo’ (Garrido 2018, 144–45) do Estado Novo, sendo que algumas peças desse

‘maritimismo’ são fundamentais para o entendimento da identidade marítima portuguesa. O ‘maritimismo’ do Estado Novo é, para Álvaro Garrido, principalmente um imaginário ligado às pescas, que se pode entender como um nacionalismo ancorado na história, nos feitos passados de relevo e nas práticas quotidianas, aglomerados no interesse de uma legitimação nacional. Envolve-se, portanto, a ideia de um retorno ao mar (*idem*, 146).

Embora o foco deste trabalho se centre no discurso proferido nas assembleias políticas, é essencial entender o contexto do Estado Novo e o mar, através de exemplos já conhecidos pela academia, sejam justamente a discussão da pesca, mas também o contexto de várias celebrações com teor marítimo, como será analisado abaixo.

E, por fim, por se tratar do regime que está em análise, que em certa forma obriga a essa discussão, é importante considerar o mar dentro do papel das colónias. Em termos de terminologia, é certo que o próprio Estado Novo designou a partir de 1951 esses antigos territórios portugueses como o ultramar, ou mais concretamente como províncias ultramarinas, seguindo a rotulação após alguma tentativa de alteração da visão interna e externa sobre o regime e a sua colonização já em tempo de contestação política e social. Contudo, essa alteração de designação não terá consequências neste trabalho, que continuará a usar a expressão mais direta de ‘colónias’, reconhecendo assim o contexto difícil ético e político associado a este conceito. De facto, o regime do Estado Novo, a partir dos anos 50, foi tentando esconder a separação dos territórios em termos formais, invocando no nome uma maior cooperação e interligação, que nunca se verificou na prática. Como se poderá ver adiante, contudo, essa mudança para uma expressão eufemística de ‘ultramar’ não é de perto nem de longe inovadora, nem pelo nome ou pela projecção política, e em nada alterou a realidade evidenciada pela população em questão.

Começando com o papel económico do mar que se possa também designar de imediato nos dias correntes, encontra-se a importância da pesca. O papel da pesca é consequentemente um dos palcos desta projecção coordenada do Estado Novo entre história, mitologia e imaginário propagandístico. A pesca tinha várias vantagens para este efeito: Por um lado, a sua existência em todo o litoral do Portugal Europeu permitia uma maior facilidade de junção entre as cidades litorais e um imaginário abrangente, o que o imaginário campestre não permitia com a mesma facilidade. Com os dois, isto é, campo e pesca, o Estado Novo cobria todo o território da dita metrópole com uma propaganda de tradição e simplicidade, mas que nem sempre tinha de significar a tranquilidade social que pretendia transmitir.

O exemplo mais conhecido do papel propagandístico na pesca encontra-se através da atividade e pesca do bacalhau (Garrido 2010, Cunha 2016; Sobral 2016). O bacalhau serve como exemplo paradigmático de uma criação de uma culinária nacional, em que o Estado Novo teve um papel preponderante (Sobral e Rodrigues 2013, 641), tornando um peixe com alguma tradição em Portugal no menu obrigatório da identidade nacional. Mas não é só o consumo final que era uniformizado e controlado através do bacalhau, mas também o papel desempenhado pelo pescador.

Visto que a maioria da pesca portuguesa no continente europeu se encontrava na costa e por isso não permitia uma ideia de viagem, a necessidade do bacalhau ser pescado em mares mais distantes permitia uma comparação à expansão ultramarina (*idem*, 637), criando uma narrativa de aparente longa duração de tradição portuguesa de sair ao mar para encontro do seu sustento, reforçando a importância do peixe e elevando a expansão marítima como algo necessário à sobrevivência. Esta equiparação encontra-se consequentemente na propaganda do regime, também por várias vezes através de componentes cinematográficas (Cunha 2016, 4), ou por cerimónias solenes, como a bênção dos bacalhoeiros. Esta última acabava por ainda juntar o último pilar do Estado Novo, o catolicismo, transformando o pescador numa representação da nacionalidade: “Era uma representação coerente com a ideologia nacionalista do Estado Novo, de exaltação da fé e do Império” (Sobral e Rodrigues, 637).

O pescador acabava por simbolizar o que o Estado Novo pretendia no momento: Por um lado, podia ser o fiel católico que confia em Deus para ir ao mar, como poderia ser o homem novo do regime, forte e resistente. Tanto era o pai contente que voltava à família, como se representa nas gravuras da ‘Lição de Salazar’, como também o filho heróico que se aventura numa viagem longa. A generalização deste papel concreto como exemplo para a população, sendo uma pessoa de convicção, simples e de fé acabaria por sempre se intercalar com uma continuidade da história da expansão portuguesa. Embora a relação entre as comunidades piscatórias tenha tido momentos de tensão, nomeadamente em termos da proposta de incorporar a profissão dentro dos quadros corporativos (Garrido 2012; 2013), o papel identitário da pesca é claro, e a sua ligação ao mar é consequentemente incorporada na visão, incluindo a economia, história e a própria visão da sociedade do Estado Novo num único indivíduo simbólico.

O papel do pescador através da bênção dos bacalhoeiros é um bom indicador para outro instrumento da narrativa fulcral do Estado Novo que merece uma melhor análise: o papel das cerimónias solenes. Durante o Estado Novo, houve várias cerimónias oficiais que potenciaram

a narrativa do regime, como a inauguração do Cristo Rei na margem sul do rio Tejo ou a Exposição Colonial Portuguesa em 1940 (Matos 2012, 189-191), ambas com ligações evidentes à ideia de mar, seja pela geografia que engloba, seja pela idealização de conexões através do mar. Mas a mais importante, e também mais estudada pela academia pelo seu impacto que teve no ramo do simbolismo do Estado Novo, pelo menos da sua génese inicial, e a que certamente importa referir aqui, encontra-se com a exposição do mundo português em 1940. A exposição estava dividida em três partes.

A primeira focava-se no papel campestre de Portugal, uma tentativa de uma criação de idealização do quotidiano popular, a que já foi referido anteriormente como um dos principais ideais de propaganda, incluindo uma secção com as típicas produções das várias regiões, assim como algumas idealizações de várias aldeias portuguesas, exclusivamente das várias regiões da metrópole. A segunda secção estava dedicada às colónias portuguesas, e incluía também algumas exposições de típicas construções dos territórios, assim como o que dificilmente se pode descrever como amostras da população nativa, incluindo a própria realeza do Congo, de que se atualmente pouca informação pública tem. Hoje em dia dificilmente se poderá deixar de descrever esta parte como uma representação de outras etnias como se tratasse de um jardim zoológico de seres humanos, mas esta exposição acaba por mostrar a enorme distância que o Estado Novo ainda encontrava em designar-se verdadeiramente um só país. Não só mostrava a população nativa, e até parte da sua submetida elite como uma atração, como também criava uma clara distinção entre o regional das aldeias tipicamente portuguesas das aldeias nativas coloniais, que para além disso também não mereciam de distinção face à economia tradicional, algo diferente também no caso português. Por isso, para todos os efeitos, acaba por se perceber a longa distância desta separação e da tese do chamado luso-tropicalismo de Freyre (1958). Tendo em conta que as reformas posteriores, que, entre outras, alteraram a designação oficial das colónias portuguesas para territórios ultramarinos, acaba por ser evidente a ligação entre o mar e as colónias. Neste contexto, o mar, portanto, ainda ditava uma separação geográfica, política e ideológica, mas com a crescente pressão internacional da descolonização no pós segunda guerra mundial (1939-1945), acabou por se criar esta ideia do mar interligar os territórios, numa tentativa de legitimá-los, algo que acabou por ser mais uma estratégia interna do que um sucesso internacional.

Por fim, a última parte da exposição de relevo incluía uma secção dedicada à história de Portugal. A razão oficial da exposição era a celebração dos centenários da declaração de independência do Reino de Portugal em 1139 de Leão e a chamada Restauração, com o fim da

união de coroas com Espanha em 1640, com a aclamação de D. João IV. Na realidade, como é evidente, a exposição ia mais além do que só a celebração destes momentos. O Estado Novo não iria celebrar os 30 anos da instauração da república, embora a existência do regime tivesse dependido disso. Neste sentido, deparamo-nos perante um desafio do próprio Estado Novo em definir a sua continuidade histórica.

Uma celebração de um evento acaba sempre por ter uma razão do momento em que se pretende celebrar, e neste caso era a clara mensagem do Estado Novo de ser visto como uma lógica continuação dos dois eventos relevantes para a independência de Portugal ao longo dos séculos de uma existência estatal como tal. Como pelo próprio nome do regime, devia indicar a estabilidade do mesmo, embora a novidade seja limitada pela própria separação face à primeira república, a que o Estado Novo pretendia eliminar também desta exposição, preferindo a continuidade com a monarquia. Pelos pavilhões presentes relatava-se a história portuguesa, preferencialmente com motes de propaganda e frases simples, tendo em conta a taxa fraca de alfabetização no país. E mesmo considerando as duas datas que oficialmente motivavam a exposição, o foco de atenção dado, tanto pelas salas de exposições designadas, como pela construção de outras obras, era nos chamados descobrimentos.

Os principais pavilhões para a promoção da interpretação da história do Estado Novo eram o Pavilhão da Fundação, Formação e Conquista, Independência, Descobrimientos e Colonização. Os últimos dois, em termos da justificação do evento, não eram, por falta de uma melhor designação, necessários. Acabam por delinear a continuidade para, sem ter de referenciar eventos republicanos, se possa chegar ao Estado Novo através das colónias-reforçando o papel essencial que elas representavam. Esta importância da colonização é potenciada por vários outros fatores da própria exposição. Antes de mais, a escolha de Belém, e em particular à frente do Mosteiro dos Jerónimos, o maior expoente da era Manuelina, não está relacionada com nenhuma das datas marcadas para a festividade. Embora as celebrações tenham ocorrido em outros sítios e não eram limitadas a esta exposição, a posição à margem do Tejo, para além da, em parte temporária, requalificação do espaço, incluindo a criação da ainda hoje designada Praça do Império, confirma o papel marítimo da exposição. Com o Brasil, o único país convidado da exposição, a ter um pavilhão próprio, ganhava-se não só um dos poucos aliados internacionais do regime, como também o total imaginário do mundo lusófono, uma vantagem particular para a ideologia.

Para além de pavilhões indicarem já uma ligação entre os descobrimentos e o mar, pela sua ocorrência histórica, ainda faltam referir outras obras arquitetónicas, para além da Praça do

Império, curiosamente completada por uma fonte. Um pequeno pavilhão, onde estavam apontadas as principais rotas portuguesas durante o século XV e XVI, foi construído na forma de uma esfera armilar, e era designada como a esfera dos descobrimentos. Mas certamente as duas principais atrações seriam a reconstrução de um galeão português, chamado como Nau Portugal, e o Padrão dos Descobrimentos, pelo menos ainda na sua versão de gesso e temporária.

Ambos os monumentos, embora não feitos inicialmente para durar, continuam a linha de legitimação do passado e presente, dentro do contexto do Estado Novo, para as colónias portuguesas e a fase de expansão como verdadeiro motivo de orgulho e necessidade histórica. A embarcação, cuja construção foi feita perto de Aveiro, acabou por ser um verdadeiro fracasso, visto que se afundou logo ao sair do estaleiro, sendo que teve de ser transportada por pilotos ingleses, a reboque, o que acabou por azedar um pouco a ideia dos descobrimentos, visto que não podia estar mais longa da promoção do Estado Novo e a sua frase paradigmática do orgulhosamente só.

Por fim, o Padrão dos Descobrimentos acabou por ser a obra que mais ficou na memória da exposição, sendo das poucas até que sobreviveram o fim da exposição, apar de jardins e o restaurante Espelho D'Água, sendo depois nos anos sessenta reconstruída de forma final, para ainda hoje em dia ser um monumento muito aclamado, embora controverso, da marginal de Lisboa. O seu papel em invocar o Infante D. Henrique como figura central dos descobrimentos pode também ser visto como uma tentativa do regime para passar a ideia de que o 'cérebro' da ação seria sempre mais importante do que os heróis aventureiros no final das contas – o que poderia sugerir a importância de um estadista retirado, mas calculista como Salazar. Contudo, tendo em conta o papel já anterior de exposição máxima do Infante no imaginário nacionalista português, tal não é possível designar com certeza. O que fica é, ultimamente, uma exposição que, de maneira direta ou indireta, sinaliza a importância do mar dentro do nacionalismo do Estado Novo, seja pela utilização de transportes marítimos, a sua conexão à história ou a importância dada às colónias.

A exposição foi também acompanhada por uma aglomeração de eventos de inspiração académica, com momentos dedicados à etnografia, economia ou história juntamente designados pelo Congresso do Mundo Português. De uma maneira geral, espelham o pensamento contemporâneo do Estado Novo, mesmo que, em momentos selecionados, tenha havido também participações de académicos estrangeiros, como de espanhóis, franceses ou alemães. Tal como na exposição, a presença do mar é encontrada em várias facetas, que é

explorado através de algumas referências dentro dos tomos publicados na documentação dos contributos para o congresso, que se pode equiparar a um exemplo *par excellence* do papel da academia na narrativa do mar no Estado Novo.

A principal faceta, mais uma vez, encontra-se nas intervenções relacionadas com a história. O tomo exclusivamente dedicado aos chamados Descobrimentos inicia com uma teoria geral dos descobrimentos, em que se considera “os Descobrimentos portugueses, pelas suas origens e derivações, como o zénite da história nacional, a base do nosso carácter de Nação” (Cortesão 1940, 13) . É importante notar que Jaime Cortesão não era, de todo, um simpatizante do regime. De facto, era crítico, até futuro opositor, e mesmo a sua análise histórica dos descobrimentos acabava por tecer, na sua ótica, a origem do republicanismo em Portugal (Cortesão 1978), em que também reconhece o papel do ultramar na história portuguesa: como imperativo nacional (*idem*, 261): “Assim se explica que tenhamos perseverado até hoje na defesa do património ultramarino com uma obstinação, por vezes mais de instinto que da consciência de uma necessidade vital ou razão profunda de Estado” (*ibidem*).

Curiosamente, Jaime Cortesão não era o único que posteriormente ficou conhecido como crítico do regime. O capitão Henrique Galvão, que na década seguinte iniciou uma revolta contra o Estado Novo, também ajudou a organização da própria exposição do mundo português e desta conferência em análise, para além de ter tido uma intervenção nela sobre a colonização de Angola (1940).

A teoria apresentada no congresso está em congruência com a ideia da vocação marítima, que Cortesão irá formular mais tarde, tendo como foco duas vertentes. A primeira, designada como a económica, isto é, os interesses que originaram numa expansão marítima, focam-se na procura de um monopólio do comércio (Cortesão 1940, 14–15), que, segundo Cortesão, designaria Portugal como um típico povo marítimo. O segundo, pela vertente geográfica, desenhando o próprio território como naturalmente propenso à exploração, devido à posição no globo, mas também pelas correntes marítimas e outros fatores (*idem*, 17).

Embora mais cuidadoso do que a própria propaganda do regime, visto que tenta manter uma certa neutralidade na retórica teleológica dos eventos, é evidente que até um crítico do regime se assemelha na oratória. Por um lado, pode ser uma consequência de se encontrar num evento altamente controlado, por outro, pela própria sintonia que a sociedade portuguesa sentia com a própria propaganda do regime, mesmo discordando da sua apropriação para fins legitimadores de uma ditadura.

Como era de esperar, a vertente republicana não se encontra nesta reflexão de Cortesão, preferindo demonstrar através de uma ideia de um universalismo dentro dos descobrimentos, oriundos e criadores de uma vertente do renascimento, mas que no artigo é rapidamente exemplificada pela espiritualidade, que Cortesão acaba por equiparar à missionação cristã (*idem*, 18, 43-45). Se essa decisão era de uma análise exclusivamente histórica, ou oriunda do contexto em que a intervenção se encontrava, não é possível discernir com certeza. Desta forma, Cortesão apresenta um modelo que era facilmente comparável com os motivos do Estado Novo: motivação histórica e religiosidade através do mar, que o restante tomo, pela sua temática, explora mais a fundo na perspetiva exclusiva do estudo dos ditos descobrimentos.

Outros trabalhos focam-se no estudo do controlo das colónias já estabelecidas durante a história portuguesa. Nelas, mesmo em tempos de unificação com a coroa espanhola, os académicos vêm que “a função histórica de Portugal era além-mar; e pouco lhe poderia interessar o intrometer-se nas questões europeias” (Múrias 1940, 32), visto que “Portugal não era propriamente e em primeiro lugar uma Nação europeia, ao contrário de Espanha, que tinha conseguido na Europa interesses essenciais e só por acidente fora uma nação ultramarina, sem a longa preparação que encaminhara os descobrimentos portugueses”. Esta citação acaba por entrar em direto conflito com Ayres de Azevedo, que na sua intervenção (1940) argumenta o contrário, que Portugal seria das mais puras raças europeias (*idem*, 563).

É essencial estabelecer que todos os estudos que se seguem são espelho de um pensamento racista, e não só, da altura em Portugal e em outros países, mas que hoje em dia são totalmente desqualificados, não só pelas suas vertentes morais, como académicas, pelas suas tentativas pseudocientíficas de estabelecer um domínio de uma população sobre a outra. Se foram mencionadas teses pseudocientíficas como estas aqui, foi apenas para comprovar que mesmo dentro da academia controlada pelo Estado Novo não se conseguia concordar no que se deveria justificar com a suposta superioridade portuguesa.

Também na “organização da administração ultramarina no século XVIII” (Rita 1940a) se encontra uma preocupação de descrever, aqui a detalhe institucional o papel da metrópole sobre as colónias, nomeadamente nas reformas da sua administração, que incluiu uma criação de um Conselho Ultramarino (*idem*, 124). Embora a estrutura colonial se tenha alterado algumas vezes, variando de uma maior ou menos centralização, sendo que o anterior se verificou com a ditadura militar a partir de 1928, a própria designação de Ultramar a meio do século XIX é um bom indicador de como a tentativa de incluir as colónias numa lógica mais incorporada do império é anterior ao Estado Novo, e, conseqüentemente, a tentativa dos anos

50 de as designar como províncias ultramarinas teria pouco de realmente inovador, para além da tentativa ultimamente fracassada de tornar os indígenas cidadãos formalmente legais, embora com evidentes limitações *in loco*.

Passando para o estudo do designado território ultramarino, o mesmo autor, o geógrafo e professor na escola colonial, intervém com um estudo de evidência científica duvidosa através do papel das supostas raças no colonialismo português (Rita 1940b), mas com diferenças do trabalho de Ayres de Azevedo. O estudo explora a ideia da raça, defendida pelo autor, através das teorias biológicas da altura. Sem se desmarcar totalmente delas (*idem*, 17), não querendo, portanto, descartar a possibilidade das etnias africanas, ou raças, para usar a expressão da altura, serem de facto inferiores, o autor prefere apresentar uma lente antropológica – que na área hoje seria fortemente refutada, mas era normal também fora de Portugal na altura, no sentido de legitimar o império colonial (Curto 2016, 208) – em que defende que é possível haver uma possibilidade de educar essas raças inferiores, transformando-os em cidadãos aceitáveis, tentando corrigir este suposto problema social (Rita 1940b, 18). Embora também se foque na explicação da visão do Estado Novo e as colónias, como o exemplo da defesa do missionário como única solução de eliminar a feitiçaria nas tribos africanas (*idem*, 62) e a poligamia (*idem*, 68), a maior parte do artigo foca-se nos mestiços, visto que estes são consequência de relações entre raças. Seria um “dever urgente (...) evitar o abandono imoral e nocivo dos mestiços (...) educando-os e encaminhando-os para certas carreiras em que podem valorizar-se e tornar-se úteis” *idem*, 21). A instrumentalização da população indígena é explorada em vários aspetos legais e sociais, sendo que já se encontram raízes do início do Luso-tropicalismo (Freyre 1958) do mesmo ano, e também a progressiva tendência do Estado Novo em abdicar de teses defendidas por Azevedo e passar a centrar-se nas de Rita, numa mudança de paradigma também verificada por Ramada Curto e Cruz (2015). Essa tendência alinha-se também à permanente ideia da necessidade de levar mais portugueses brancos para as colónias (Osório 1940, 133; Rita 1940c, 167). Essa preocupação também se encontra na necessidade de poder transportar esses novos colonos, apontando para a necessidade de reforçar a frota marítima, visto que Portugal se caracterizaria como “uma Nação marítima e colonizadora” (Pereira 1940, 97). Independentemente, neste congresso e no regime geral, a missão civilizadora é evidente: “De todas as consequências políticas da nossa presença em África a mais grandiosa será a completa nacionalização dos indígenas, pela língua, pela religião e pela fidelidade à Pátria comum” (Rita 1940a, 69).

Encontrar um discurso marítimo no mundo português que não inclua imediatamente a história dos chamados descobrimentos ou a gestão colonial é extremamente difícil. De facto, só uma intervenção se preocupa com isso, intitulada “Síntese da influência do mar na vida popular dos Açores” (Ribeiro 1940, 54). Ao contrário do que se pode esperar, esta contribuição não é uma ode à importância do mar nos Açores. De facto, é exatamente o contrário. Segundo o autor, um reconhecido especialista dos Açores na altura, a pesca contemporânea do arquipélago seria pouco relevante, tanto em termos económicos como sociais, com vários açorianos a não se interessar por esta atividade (*idem*, 57-58), e embora seja um facto que o mar seja um elemento permanente em termos geográficos, segundo este autor, não teria relevância na vida popular, embora não lhe seja “indiferente” (*idem*, 59) na construção do carácter (*idem*, 60) em termos psicológicos, dando exemplo dos naufrágios (*ibidem*). Culturalmente, o mar também não seria particularmente relevante. O autor argumenta, por exemplo, que na poesia o mar não é tratado de forma diferente do que na restante poesia portuguesa (*idem*, 61), insinuando que não seria particularmente relevante em ambos, especialmente na poesia popular:

Na poesia culta o mar tem papel muito mais importante do que na popular. Até nos versos de Antero de Quental se encontram referencias a êle em número que surpreende. Os factos, porem, que mais impressionam os poetas cultos, como os belos poentes marítimos, a inconstância do mar, contraste entre a espuma branca e a rocha denegrida, as nuvens que se acastelam no horizonte, passa despercebidos do povo. (Ibidem)

Embora se note um certo tom de, por falta de melhor palavra, paternalismo em relação à cultura popular, no sentido em que parece desvalorizar a capacidade pensadora da população mais simples, é de qualquer maneira interessante verificar a continuação do argumento que o mar não importe a uma região como os Açores. E embora também reconheça que, para além de psicologicamente – embora não seja imediatamente claro o que o autor quer dizer com isso – o mar também tenha um fator geográfico, para os açorianos, “o mar não exerceu influência apreciável na sua vida” (*idem*, 62). Por outras palavras, nesta conferência, o mar é só, única e exclusivamente, um veículo para discutir as colónias e a história portuguesa.

Pelo papel importante que estas teorias apresentaram ao longo de todo o Estado Novo, e com a tendência de o Estado Novo incorporar cada vez mais a academia nas suas justificações de ação nas colónias, foi importante poder-se estabelecer este contexto ideológico. O papel, por exemplo, de Gilberto Freyre e do seu luso-tropicalismo (1958), em particular nos anos que o trabalho analisa, é um bom exemplo disso, não pela sua contribuição académica muito

discutida – a sua reinterpretação posterior retomar-se-á no contexto da democracia – mas principalmente como veículo de justificação de que o Estado Novo estaria aparentemente a defender desde sempre, que a população das colónias viveria pacificamente com a população portuguesa. Pelos contributos que já foram apresentados neste contexto do Estado Novo, é evidente que tal não é o caso. Por outras palavras, Freyre acaba por se assemelhar aos autores apresentados aqui, visto que acabaram por servir mais como uma porta-voz de uma ideologia do estado. Em geral, o discurso do mar na pesca, nas celebrações e na academia, enquadra-se na mesma ótica: segue o percurso para legitimar a ditadura, e em especial as suas colónias.

3.2. Salazar e o Mar

O Estado Novo é, durante a maior parte do seu tempo, moldado pelo seu de *jure* Presidente do Conselho de Ministros e *de facto* ditador António de Oliveira Salazar. Sem dúvida, as suas intervenções são de relevo também para uma apreciação de uma identidade marítima promovida pelo Estado Novo. As suas intervenções não seguiam a lógica de outros ditadores seus contemporâneos, uma vez que Salazar tinha a uma imagem de líder carismático, mas à semelhança da tentativa de tranquilidade política do Estado Novo, um trabalhador calmo. Contudo, existem independentemente vários momentos em que o papel do mar se torna evidente. Uma coletânea dos discursos de Salazar foi publicada ainda durante o Estado Novo, sendo a forma mais direta de poder analisar as suas intervenções (Salazar 1967). Nota-se que os discursos são, muitas vezes, mais um texto de justificação corrido, do que um discurso para captar um ouvinte. Para este trabalho, contudo, isso até é benéfico, visto que expõe de forma ainda mais extensa e clara a reflexão de Salazar sobre o papel do mar, de forma indireta ou direta no seu discurso. Embora exija uma especial atenção crítica devido ao seu tempo de publicação, o facto de ter sido publicado ainda em tempo do regime pode também ser visto como vantajoso, visto que acaba por aglomerar as comunicações que a própria ditadura designou como importante na sua própria visão. Cronologicamente, encontramos uma primeira citação de relevo em 1935, em que Salazar desenha o lugar de Portugal nas relações internacionais, ou como o próprio o designa, no mundo:

Somos sobretudo uma potência atlântica, presos pela natureza à Espanha, política e economicamente debruçados sobre o mar e as colónias, antigas descobertas e conquistas. Nem sempre a nossa política

se fez de Lisboa ou da arte continental, mas de outros pontos, tal a ideia de que as colónias não o foram à maneira corrente mas partes integrantes do mesmo todo nacional. (Salazar 1967, 222)

Desde já, encontram-se pontos de continuidade com a contextualização anterior. A ideia de Portugal ser uma potência atlântica só se pode justificar na altura pela existência das colónias, que é reforçado pela importância dada à economia do mar e das colónias, que aqui praticamente se pode ser como se fosse uma redundância, visto que a indústria marítima, como a pesca ou a naval eram também dependentes dessas mesmas, de certa forma. Outros argumentos para uma potência marítima são difíceis visto que a mais importante base do Atlântico na altura até poderia estar em território português, mas torna-se academicamente difícil de definir um país uma potência quando esse a, por falta de melhor palavra, aluga para outro poder a usar. Para além de confirmar a *Weltanschauung* do regime, prova que essa mesma é necessária para o próprio entendimento do país em qualquer instância. Não é imediatamente necessário compor uma ligação histórica ao discurso – mas o Estado Novo fá-lo recorrentemente. A ligação entre descobrimentos e conquista remete para o papel legitimador da história expansionista, para além de a interligar uma à outra – por outras palavras, o Estado Novo não esconde que o que realmente pretende glorificar vai além das simples rotas marítimas, mas sim o controlo e poder, geográfico *inclusive*, com que veio, e que é impossível separar de um do outro. Uma nota, contudo, aponta para a utilização da palavra de colónia, embora o discurso da ligação ao resto do país se mantenha posteriormente.

Se se usar esta citação como ponto de partida, designam-se três pontos fulcrais do discurso de Salazar: a importância do atlântico, a conexão entre as colónias e a existência portuguesa e, como era já possível identificar anteriormente, o papel da história na autorrepresentação do regime salazarista. Nesse sentido, agrupamos as principais intervenções de Salazar referente ao papel marítimo nestes três blocos temáticos que, embora interligados e por isso impossível de separar em citações individuais, permitem uma visão holística da narrativa de Salazar, sem perder o contexto de cada um dos discursos.

Realçando primeiramente a importância do Atlântico, encontra-se novamente a função do oceano para a visão romantizada da história portuguesa, e o papel da chamada Aliança Atlântica, a NATO, que poderia ser uma tentativa de diferenciação do primeiro bloco temático face ao segundo. De um modo geral, a NATO era de certa forma uma posição complicada de assumir para o Estado Novo, visto que o regime tinha passado a segunda guerra num esforço de manter a aparência de uma neutralidade. Por um lado, a ideia da NATO ser uma defesa de democracias, ao incluir o regime autoritário de Salazar estava a priorizar a estratégia

internacional aos próprios valores anunciados (Teixeira 1995). Por outro, e de interesse deste trabalho, a decisão de uma entrada num pacto de defesa de longa duração como a NATO ia ao contrário de várias noções do Estado Novo e do próprio ditador – a título de exemplo, a ideia da independência absoluta em termos internacionais, também posteriormente postulada devida à breve crítica à recusa portuguesa de descolonização, ficando para a posterioridade com a designação de ‘orgulhosamente sós’. A obrigação geoestratégica do início da guerra fria, isto é, ultimamente, a pressão exercida tanto pelo Reino Unido como pelos Estados Unidos da América em Portugal escolher um lado (Carvalho 1953), tal como a oportunidade, mesmo que forçada, de ter uma diferenciação da política externa de Espanha – cuja entrada na altura foi barrada e que era contra a ideia de Portugal entrar (Ferreira 1987) – acabaram por ser as teses principais da razão de Portugal ter aceitado o convite na mesma, teses também confirmadas e alargadas pelas vantagens que trouxe em separar a oposição do Estado Novo face aos que apoiavam a inserção, na esperança de uma democratização do regime, e os que rejeitavam, por serem apoiantes do bloco soviético, assim como a melhoria das forças armadas em termos de armamento, funcionamento e coordenação (Teixeira 1995), que viria a ter a sua vantagem em prolongar a guerra colonial menos de duas décadas depois.

Conhecendo a posição do regime face à NATO, e por extensão a de Salazar também, encontram-se alguns exemplos, embora poucos, em que a NATO é referenciada como defensora do ocidente, como se pode ver nesta entrevista francesa:

SERGE GROUSSARD: «Organização do Tratado do Atlântico Norte»: mas Portugal, pela sua posição geográfica e pelos seus laços fraternos com o Brasil, não estará mais interessado no Atlântico Sul, que os Portugueses gostam de designar «por mar lusitano»?

PRESIDENTE SALAZAR: Evidentemente. Mas não levemos o exagero da divisão ao ponto de fragmentar os próprios oceanos! O Atlântico, na sua unidade, é, ou deve ser, a chave do Ocidente. (Salazar 1967, 934)

A resposta de Salazar é particularmente irónica, visto que o jornalista meramente se limitou a virar a propaganda portuguesa contra o próprio. De facto, existe pouco discurso de Salazar sobre a importância da NATO na sobrevivência portuguesa, preferindo-se focar no chamado mar lusitano e nas lutas internas, desfocando-se, mais uma vez, dos grandes conflitos internacionais, com a exceção de que, na verdade, já fazia parte de um dos blocos, por necessidade. É impossível tecer um comentário face ao que teria acontecido durante a guerra colonial se Portugal não tivesse entrado na NATO, visto que, no mínimo de forma indireta, acabou por não só afetar, como referido, a capacidade organizativa das forças armadas

portuguesas, como também fomentou o interesse das potências comunistas em apoiar as revoltas armadas nas colónias.

A própria pergunta do entrevistador francês acaba por resumir a verdadeira política internacional do Estado Novo face ao atlântico, em que, para Salazar, a NATO acaba por ser mais um inconveniente, só justificada com uma vaga alusão à defesa do ocidente. Parece evidente que o Estado Novo teria preferido manter-se num número de relações bilaterais reduzidas, que permitissem mais facilmente manear na arena internacional a difícil relação de isolacionismo e manutenção de um império colonial, fazendo a importância estratégica do Atlântico para as grandes potências e para a política internacional contemporânea quase um entrave. Contudo, igualmente se pode entender a entrada na aliança atlântica como uma certa bóia de salvação da irrelevância portuguesa, dando a mínima importância a Portugal, como prova o próprio convite à NATO, mesmo com as várias diferenças ideológicas – e consequentemente políticas presentes entre Portugal e os restantes membros, que se foram acentuando com a resistência da manutenção das colónias. De qualquer modo, independentemente de como se defende o papel da NATO no regime, o facto é que nos discursos de Salazar raramente se encontra uma referência que não seja vagamente ligada à ideia civilizacional, dando-lhe pouco relevo no discurso interno, e consequentemente, no discurso salazarista marítimo. Quando o Atlântico é vocacionado, como se pode verificar abaixo, não se trata de o justificar no presente, mas numa oratória historicista do império colonial.

Este mesmo império colonial, como segundo bloco temático, *inclusive* por força de evidência de momentos cruciais do regime, já se encontra com maior relevo nos discursos de Salazar. As colónias, também pela sua designação de ultramar, encontram-se por inúmeras vezes, sendo a referência mais recorrente em análise. Na sua maioria são breves referências à existência do território, como se de qualquer outro tratasse, e inicialmente foca-se numa promoção económica (Salazar 1967, 89). Contudo, essa tendência começa a alterar-se com a invasão e/ou libertação de Goa pelas forças indianas. Perante esta situação, que em termos de tempo foi de curta duração, Salazar nos seus discursos defendeu a integração fulcral de Goa a Portugal, alegando que nenhum Goês preferiria “a recente soberania indiana à do velho País que teve, pelo menos, o mérito de, em recuados tempos, abrir à Índia os caminhos marítimos do mundo e pô-la em contacto com a civilização ocidental” (Salazar 1967, 814). Como se pode ver nesta citação, a ligação entre a situação política do momento e a referência à história, cujo bloco temático a rigor será o seguinte, deixando para essa análise os momentos em que, a título

exemplar, a rota marítima para a Índia tenha sido de relevo. Contudo, Salazar neste discurso não deixa dúvidas que pretenderia defender Goa até ao fim, visto pouco antes tinha declarado que estaria pronto para lutar por Goa:

Será ainda realista, se compreender que não há do nosso lado o capricho de um governo, mas o inequívoco imperativo de uma Nação que considera dever à dignidade denunciar os agravos ao direito e defender o seu território. Correu já sangue na Índia? A Índia conhece bem o sangue português - no mar e em terra, nas veias, nas almas. (Salazar 1967, 810)

A última frase – com a vontade de correr sangue por Goa, é espelhada pela diretiva de Salazar em não entregar Goa até ao último homem – uma decisão da metrópole que, face à facilidade Indiana de tomada de território, assim como o apoio popular, acabou por ser rejeitado pelas forças militares presentes no terreno.

Com o fim da Índia Portuguesa, assim como a continuação de processos de descolonização, na Ásia e igualmente, embora de tendência posterior, em África das potências europeias, os receios da permanência do império cresciam – e em boa verdade, retrospectivamente, a guerra colonial em Angola já tinha começado a tempo da situação de Goa. As preocupações de manutenção do território face a um ataque, seja interno ou externo, tinham toda a razão de ser visto que também Timor-Leste tinha sido deixado à deriva na segunda guerra mundial, tendo sido só retomada pela derrota do Japão expansionista. Em forma de resumo: os últimos territórios em que Portugal tinha sido atacado, não tinha feito boa figura – pode ser também uma explicação pelo tom duro de Salazar em relação a Goa, mesmo como uma situação impossível em termos militares – o que acabou por ser igualmente o caso no(s) teatro(s) africano(s).

Não é surpreendente, portanto, que as referências à unidade nacional nos discursos de Salazar aumentassem nesse período. De um modo geral, a afirmação de uma imposição geográfica de Portugal (Salazar 1967, 85), com a existência de territórios em várias partes do globo, todos parte de uma única essência. Em vários momentos, a expressão usada volta a rondar o mar: os territórios não só são exclusivamente territoriais, embora esses sejam os que de facto importam, mas também os oceanos que os trouxeram lá são de importância para Portugal (Salazar 1967, 160). O elo de ligação, igualmente geográfico e historicista, é o mar. Torna-se uma metáfora de transporte, como se nunca de caravelas precisasse, em que os portugueses poderiam avançar para o restante território, como se não houvesse diferença de ir entre de Viseu para Lisboa ou de lá para Luanda. Durante estes momentos críticos de início da guerra colonial, ainda não totalmente evidente, nota-se, nos discursos, o pedido de Salazar aos

portugueses para migrarem para as colónias, num esforço de tentar pacificar os territórios, tendo mais população branca da metrópole presentes. Segundo Salazar, tal só seria possível devido à enorme honestidade e produtividade da população portuguesa, com livre-arbítrio de movimento (*ibidem*).

Estas intervenções permitem perceber um regime que, no fundo, teme pela sua persistência e existência. Neste sentido, não é diferente dos anteriores regimes monárquicos e republicanos, que igualmente pretendiam a manutenção do império colonial. Nestes discursos, Salazar até se aventura em elementos discursivos que à primeira vista são de momentos históricos e de motivações económicas diferentes, nomeadamente a comunicação de um empreendedorismo mitificado pelo mar:

Portugal e o seu Império são um corpo territorial e político, feito pela história dos séculos no globo, para assegurar a independência, a expansão, a actividade económica e o intercâmbio do primeiro povo que foi procurar, com duros trabalhos e sacrifícios, nos oceanos e mundos novos, o complemento da sua acanhada sede europeia. Impõe-se aos Portugueses de hoje, com a força das suas tradições, com o poder da sua gente empreendedora, com a justa aplicação dos seus capitais e do seu crédito, com a coordenação da sua produção agrícola e industrial, conservar e desenvolver a sua integridade geográfica na Ibéria, na África e no Oriente. (Salazar 1967, 160)

A citação encontra um balanço em que não é diretamente evidente a que portugueses este discurso se refere, embora seja, através do contexto, evidente que os portugueses mencionados se encontram na metrópole e não nos restantes territórios, o que implica que a população das colónias, mesmo num discurso em que se tenta comprovar o contrário, é relegada para um segundo plano, que não contem a capacidade económica, financeira e possivelmente, na ótica da altura, moral para avançar. Esta constante tensão entre a missão civilizadora e a ideia de igualdade de territórios está também presente na ideia do mar, que formula sempre uma direção (Salazar 1967, 814): a de Portugal para os outros territórios. Como se pode ver no extrato acima, pretende-se “conservar e desenvolver a sua integridade geográfica” (Salazar 1967, 160). Estes discursos, contudo, acabam por se intensificar com o avanço da guerra colonial. A partir desse momento, a diferenciação de território torna-se mais evidente, e mesmo em momentos de alteração de impostos, a justificação foca-se na guerra travada no ultramar (Salazar 1967, 1074).

É importante voltar à questão de seleção de análise neste ponto da guerra colonial. Por um lado, o presente trabalho não é, como referido, um trabalho sobre a guerra e não pretende expor todos os momentos que afetaram o discurso do Estado Novo nesse aspeto. Contudo, o facto de o Estado Novo ter designado os territórios nos anos 50 como territórios ultramarinos,

mesmo não sendo o único aspeto que tenha feito, teve efeito no papel do mar nessa palavra. Este efeito reforça-se quando conseqüentemente a guerra venha a ficar conhecida em partes da sociedade portuguesa, e na toponímia de várias cidades, como a guerra do ultramar. O mar torna-se simbólico da guerra, e a defesa do mar acaba, neste contexto, mas de forma indireta em situação posterior também, a defesa de um passado colonial. Esta ligação é difícil de se separar, e por isso tem de ser estudada. Por isso, quando Salazar defende que se deva “portuguesmente” (*ibidem*) ir para a guerra, visto que o ultramar é “a Nação na sua verdadeira grandeza” (*ibidem*) este discurso afeta o papel do mar no Estado Novo, porque tanto que o (ultra)mar representa as colónias, as colónias são o próprio mar.

Um outro aspeto recorrente, em particular já desde cedo nos discursos de Salazar, nomeadamente nos inícios dos anos de 1930, é a relevância da marinha para a identidade imperial e nacional, como no exemplo de um momento em que a aliança com a Inglaterra é invocada como essencial para poder reformar a marinha num discurso de 1931 (Salazar 1967, 90). No discurso, a marinha é comparada como uma “embaixada permanente da Mãe-Pátria junto dos portugueses de além-mar” (*ibidem*). Numa única frase Salazar valoriza a vertente militar da colonização, classifica-a como essencial e põe a marinha, logo o mar, como palco simbólico e instrumental do próprio país, ou pelo menos da metrópole colonial. Embora esta observação também tenha particularidades estratégicas, é a própria invocação da marinha como símbolo da pátria nas colónias que torna a relação única; dificilmente se poderia imaginar essa metáfora ser feita com o exército e a população no Algarve, tanto pela sua ligação mais simples, não precisando da marinha mercante para transportar, como também da menor sensação de segurança necessária para lá habitar, mas igualmente a menor relevância política que essa região, no final de contas, tem no próprio regime.

Dois anos mais tarde, em 1933, encontra-se a intervenção mais poética sobre o mar, na mesma linha de pensamento do relevo da marinha face às colónias:

E o que é este barco afinal? É a arma de homens do mar, casa de marinheiros, pedaço do torrão natal - terra da Pátria - sulcando os oceanos. Pequeno que seja, o navio liga o infinito dos céus e dos mares ao sítio da terra que é o nosso quinhão; tem ao lado do marinheiro a mesma pátria; são ambos da mesma terra. Eis porque as duas vidas se unem e tantas vezes acabam conjuntamente; eis porque entre homens que esquecem e negam a Pátria - estranho caso - não se encontram marinheiros, porque navegando ao perto ou ao longe andam com ela, defendem-na, não a abandonam nem um momento. Que seja assim agora e sempre (Salazar 1967, 132).

O contexto desta citação é particularmente interessante, visto que é a cerimónia de receção de um dos barcos que chegou de Inglaterra para renovar a frota portuguesa. Esse

mesmo navio, designado como Vouga, era suposto, segundo a própria nota do discurso, e na parte inicial da própria oração também (*ibidem*), substituir o anterior navio com mesmo nome, que tinha sido afundado numa revolta em 1931, que teve relevo nos territórios insulares de Portugal (Freire 2010). Desde já, portanto, o discurso aponta a um momento em que parte da marinha portuguesa se revoltou contra o regime, e, como se sabe, tais eventos ocorreram ainda algumas vezes, uma vez ainda na mesma década e com algum maior sucesso, embora também suprimida, com o evento que ficou conhecido pela revolta dos marinheiros em 1936, posterior a este discurso. Após esta constatação, Salazar apresenta a ideia de que um navio se representa como próprio território do país para os marinheiros, com o dever patriótico de o defender – ao contrário do que fizeram os revoltosos. Os recursos estilísticos usados, como por exemplo a comunicação pela imagem do infinito do céu e dos mares, exemplifica a romantização destas funções marítimas, à semelhança com que se viu com os pescadores anteriormente. A última frase é comparável a uma oração, um *âmen* de religiosidade para que o trabalho dos marinheiros assim permaneça.

Mesmo quando não tem diretamente a ver com uma opção estratégica do mar ou do papel direto das colónias, o discurso de Salazar está repleto de referências ao mar. De facto, encontram-se momentos em várias intervenções em que a mitificação da história através do mar é utilizada como função de si mesma, como se tratasse de um recurso estilístico sem a imediata ligação ao tema do discurso, como nos exemplos já apresentados, onde é interligada a iniciativa económica e posteriormente militar nas colónias com os descobrimentos.

A expansão marítima é vista como um “imperativo categórico da história” (Salazar 1967, 68) em que os “esforços civilizadores das raças” (*ibidem*) criaram um “património marítimo, territorial, político e espiritual” (*ibidem*) único. Mais uma vez, à semelhança dos artigos analisados aquando do congresso do mundo português, repetem-se temáticas de uma *telos* histórico da expansão portuguesa, aqui quase Kantiana pelo imperativo categórico, feita por uma suposta raça superior que se estende pela religião, e por outras razões, também ao mar, à procura de outras populações para evangelizar.

Dependendo do contexto, o papel da religião ou é presente, como quando designa a razão da procura do caminho da Índia como tripartido – “comercial, político e religioso” (Salazar 1967, 848) – ou dominadora: Num discurso sobre as dificuldades da própria religião em Portugal, Salazar chega até a defender que a religião seria o próprio fim da expansão através de um ideal missionário (Salazar 1967, 432), sendo que essa seria o que tornaria suportável os vários esforços necessários para tal. Visto que esse apoio só se pode imaginar nos que saíram

de Portugal, é evidente que aqui Salazar, indiretamente, exclui uma vez mais a população indígena das colónias – tendo em conta que são os sujeitos que sofreram as consequências desta mesma missionação.

Esta mesma religiosidade é também exposta através da ideia de um “humanitarismo” (Salazar 1967, 212) cristão, a expansão marítima “descobriu as terras e os mares, abriu aos outros povos novos caminhos e caminhos de novos mundos” (*ibidem*). Esta feição é comparável com a defesa de Cortesão de um universalismo na política dos descobrimentos, e aparenta ser o motim de *uniqueness* (David and Bar-tal 2009) da identidade nacional, e neste caso marítima, do Estado Novo. Contudo, é importante diferenciar a abrangência dos conceitos: enquanto Salazar se limita à ideia de o cristianismo trazer a única, e suposta, igualdade que importa ao Estado Novo, a de almas, independentemente em que local se encontre essa, a ideia de Cortesão tem outras componentes, nomeadamente no avanço da proto-ciência, da arte, da moral e de outros aspetos ligados ao renascimento europeu.

Igualmente com semelhanças à tese defendida por Cortesão, Salazar descreve que, embora a geografia tivesse sido um fator apoiante, a motivação heroica portuguesa seria não só motivação em si, como uma espécie de instrução para cada feito da contemporaneidade (Salazar 1967, 85, 405). Aqui, nota-se a tentativa de conservar a história dentro de um ciclo repetidor: os mesmos agentes, isto é, os portugueses dos territórios que atualmente ainda formam Portugal, seriam os aventureiros e, pelas próprias palavras de Salazar, empreendedores, enquanto que os nativos das colónias continuam a ser uma figura passiva no discurso, pouco merecedor de serem considerados de forma especial. Para Salazar só importa a continuação da “feição, atlântica e imperial” (*ibidem*), que de maneira exemplar interliga o papel do oceano atlântico com o próprio colonialismo – o mar é colonial.

De maneira semelhante, embora em teoria possivelmente mais agregador, Salazar, em vários momentos, evoca a importância do soldado para a independência nacional. Já em 1943, durante a segunda guerra mundial, relata da importância do soldado numa rara utilização da expressão camarada (Salazar 1967, 512) – palavra que só usa em tons positivos para os soldados, pela conotação comunista. Essa importância dar-se-ia pela presença dos soldados nas ilhas e no ultramar, curiosamente ignorando o território europeu como merecedor de haver necessidade de relembração dos soldados pela unidade nacional, longe de situações em que “não sabendo cada qual nunca a hora ou o lugar dos máximos sacrifícios” (*ibidem*) se deva defender os territórios. Tendo em conta que se estaria durante uma guerra mundial, é surpreendente esta preocupação superior a territórios que, pelo menos na teoria, não estariam

diretamente no planeamento de agressões externas, dando a possibilidade de assumir que Salazar está também preocupado com pressões dentro desses territórios, tal como o reconhecimento do distanciamento geográfico geral destes soldados. No mesmo discurso, Salazar reitera outro elemento retórico habitual do regime, diferenciando o tamanho da alma do soldado do tamanho de Portugal em termos de território (*ibidem*). Se se quisesse, podia-se aqui voltar a outra contradição: dependendo da situação, Portugal acabaria por ser heróico por ser pequeno ou grande por ser heróico. A história e mesmo a própria dimensão geográfica são sempre modificadas para caber dentro da retórica, o mesmo povo que tinha uma missão divina que não podia falhar é o mesmo que conseguiu pelo próprio esforço contra todas as dificuldades o impossível.

Já em 1961, no discurso em relação à guerra do ultramar perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, a declaração por um mandato histórico é evidente:

Houve manifestamente grave equívoco em considerar o Ultramar português como território de pura expressão colonial; equívoco em pensar que a nossa Constituição Política podia integrar territórios dispersos sem a existência de uma comunidade de sentimentos suficientemente expressiva da unidade da Nação; (...) E, havendo boa fé, todo o equívoco havia de desfazer-se em face da atitude de homens brancos e de cor que, vítimas de um terrorismo indiscriminado, clamam que não abandonarão a sua terra e que a sua terra é Portugal. Alguns dos oradores da ONU (...) deram a entender não desejar outra coisa senão que as populações exprimam claramente a sua opção por Portugal, embora esta esteja feita desde recuados tempos, e constitucionalmente admitida e consolidada. Isso se chama a autodeterminação, princípio genial de caos político nas sociedades humanas. (Salazar 1967, 980)

Este equívoco mencionado por Salazar é, argumenta-se na linha do próprio, oriundo de dois lugares em momentos diferentes. Por um lado, encontra-se a possibilidade de uma autocrítica genuína de Portugal ter-se assumido como demasiado ingénuo, e que admite um erro através da política colonial, caso se estude só a primeira frase. Nesse sentido, podia apontar para a reforma da gestão colonial, em que o Estado Novo tendeu a partir do final dos anos de 1950 em reduzir as lógicas raciais e biológicas dentro da gestão colonial, apontando mais para conhecimentos sociológicos de gestão de desenvolvimento, certamente com a continuação de um controlo sobre a população nativa, e já em tempo sem retorno face à guerra colonial (Curto e Cruz 2015, 117–18). Contudo, não se trata desse caso. Em boa verdade, trata-se de uma crítica, mais ou menos direta – a expressão proto-diplomática pode ser uma opção – de Salazar face às críticas internacionais.

O primeiro suposto erro teria sido que Portugal teria acreditado que existiria paz dentro dos territórios coloniais e não seria preciso uma força militar presente para derrotar possíveis

revoltas. A boa-fé dos poucos colonos brancos teria sido traída por ataques terroristas (*ibidem*), que Salazar deixa para interpretar que sejam comunistas. Que esta suposta boa-fé não era facto, nem intenção do regime, já se pode indicar como conclusão desta análise. E a presença de tropas nas colónias tinha sido, até lá, sempre promovida por Salazar nos discursos, pelo que não se pode considerar que Portugal teria deixado as colónias à sua própria gestão de defesa. No máximo da discussão seria, portanto, equacionar os valores monetários em questão, mas se se avançar dentro desta lógica, nota-se que mesmo assim o argumento não faria sentido, mesmo dentro da lógica do Estado Novo. De facto, a contraposição só se justifica para atacar as diretivas das Nações Unidas, tentando-se posicionar como vítima de terroristas e como o legítimo defensor da unidade nacional. O discurso avança com um segundo comentário irónico, face à autodeterminação dos territórios portugueses. Segundo Salazar, portanto, estaria já desde sempre resolvido, visto que haveria, historicamente, sempre a vontade de fazer parte de Portugal. Estes argumentos conflituantes repetem-se, por isso, dentro da própria visão do Estado Novo. Não é totalmente surpreendente, pois, que Salazar preferisse que a juventude do país de marinheiros, como o próprio o indicou, se dedicasse ao remo ou à vela, em vez de discutir a designada baixa política (*idem*, 142).

Para terminar esta excursão ao contributo de Salazar, retorna-se brevemente a um assunto já analisado noutra contexto, que permite resumir as principais argumentações, contradições e conseqüentemente conclusões que se podem retirar desta participação (Salazar 1967, 211–12). Primeiro Portugal é exposto como o país com fronteiras unicamente antigas, que só funciona na retórica caso se decida separar as colónias dessa equação, negando o argumento da pertença dessas mesmas a Portugal na sua generalidade. Depois, o Atlântico é exposto como a faixa inicial, para se depois aventurar em direção dos mares, na exploração. Por fim, o papel da religião é indicado como fator essencial da “civilização cristã” (*ibidem*)

Resumindo o contexto do Estado Novo em geral, portanto, é possível identificar um regime em que o ‘maritimismo’ analisado por Garrido (2018) opera na base de uma identidade marítima portuguesa. Através do discurso concentrado no mar encontra-se, primeiramente, a pesca como exemplo para a imagem de sociedade que o regime pretende, através de uma economia ao mesmo tempo modernizada e tradicional. A narrativa historicista do mar, presente através de exposições, ideais e discursos políticos, é principalmente decisivo como fator legitimador de um regime colonial. O mar no Estado Novo é veículo de retórica, e raramente se aplica de facto ao seu contexto geográfico concreto. Como o próprio Salazar o resume, embora para uma só parte do império colonial: “O que se chamou o Império Português do

Oriente foi assim um império absolutamente sui generis: um império de mar” (Salazar 1967, 849).

A identidade marítima entendida e defendida pelo Estado Novo cumpre funções simultaneamente económicas, políticas e culturais. Tanto está ao serviço de uma ideologia de *uniqueness* (David e Bar-tal 2009) histórica e civilizacional como de uma defesa de políticas num contexto internacional contestado.

4. O Mar em Democracia

No seguinte capítulo explora-se o papel do mar durante o período democrático. Embora seja redutor em termos analíticos separar a sociedade da política, a análise está dividida em duas secções. A primeira investiga a componente societal, em que se reflete sobre a alteração do mar em termos gerais, através dos estudos académicos realizados nos últimos anos, tanto em comparação com o Estado Novo, mas também do papel que a sociedade o interpreta. Nesse sentido, a secção permite apresentar e refletir como a possibilidade de multiplicação de discursos e agentes após a queda da ditadura se refletiu numa maior pluralidade de visões sobre o mar. Na segunda secção, com maior foco na componente política em termos institucionais, examina-se o argumento do desaparecimento do mar nas escolhas e opções políticas dos vários governos (Cunha 2011), assim como os projetos que iniciaram a escolha do conceito de identidade marítima (ENM 2007, 2013, 2021).

4.1. O Mar na Sociedade

Apresentar o contexto do mar no chamado pós 25 de abril, para o poder contextualizar neste novo regime, já obriga a algumas reflexões que não se podem diretamente assumir como no Estado Novo. Ao contrário do anterior regime, o tempo a analisar enquadra-se praticamente no tempo em que a análise é realizada, o que dificulta a eliminação de enviesamento na análise, e que dificulta designar o que realmente pode ser considerado como fator determinante a médio-longo prazo – apesar dos quase 50 anos depois da revolução em si. Entender um fenómeno como a guerra colonial como causa determinante da queda do regime anterior, implica uma certeza historicamente inquestionável. Tais certezas não se oferecem na abordagem de um regime ainda em curso, como é o caso da democracia atual. Para além disso, a própria originalidade do trabalho funda-se na ideia de introduzir o debate da identidade marítima como um contexto político dentro do próprio regime democrático, pelo que o discurso do Estado Novo funcionará sempre como base de uma abordagem detalhada posterior.

Para além da preocupação temporal e funcional face ao objeto de estudo, segue-se a consideração de que, por ser posterior, o contexto da democracia também é influenciado pelo

próprio Estado Novo, tal como o mesmo teria sido influenciado por regimes anteriores, o que implica uma avaliação da sua influência, reforçada pela duração do regime e a sua atividade propagandística.

Por um lado, o Estado Novo não pretendeu reconhecer a República de 1910 como seu antecessor. Por outro, a democracia pós 25 de abril criou uma continuidade que permanece até hoje, seguindo a tradição francesa de numerar os sistemas de república que existiram em Portugal. Embora haja claras diferenças, é notável e particularmente interessante a tentativa, em democracia, de haver alguma continuidade entre os regimes republicanos. A numeração de repúblicas acaba por estabelecer a mesma continuidade simbólica que as dinastias representavam em monarquia. Poderiam ter existido outras formas de organizar a história política, nomeadamente pelas constituições, mas tal não foi o caso, como se pode ver no exemplo das constituições monárquicas. Por outras palavras, mesmo abrindo um novo rumo na política portuguesa, o regime aparenta tentar a continuidade do mesmo, reconhecendo, por exemplo, os Presidentes da República do Estado Novo como antecedentes dos da nova democracia, também em termos de numeração. Como se pode identificar nesta secção, a dificuldade em encontrar um espaço entre continuidade e inovação também se reflete no discurso da identidade marítima.

Mas a relação não se limita ao próprio regime político. Ao longo do contexto do Estado Novo, foram apresentados alguns estudos posteriores ao regime, como o de Álvaro Garrido (2016), um trabalho fulcral para o ponto de partida deste trabalho. Sem a possibilidade do regime democrático esses tipos de análise dificilmente seriam possíveis. Esse facto ainda se justifica mais pelas análises críticas das ideias do luso-tropicalismo, conceito estabelecido principalmente do trabalho de Gilberto Freyre (p. ex. 1958), mas que, como foi identificado no contexto anterior, facilmente se poderia transpor para outros trabalhos menos conhecidos, mas que detalham de forma equivalente a vertente marítima do Estado Novo. A principal crítica, do luso-tropicalismo advém do trabalho de Cláudia Castelo (1998), que também aproveita o congresso do mundo português para a sua desconstrução da teoria de Freyre (*idem*, 44-45), para além de analisar a sua aplicação – imperfeita (*idem*, 139-140) – realizada pelo regime do Estado Novo (*idem*, 87-97), mas também da academia subjacente (*idem*, 102-103). Para o presente trabalho, destaca-se o argumento final, que realça a importância das bases essenciais do luso-tropicalismo no discurso político posterior ao Estado Novo: “Libertas da componente colonialista que o Estado Novo lhes imprimiu, servem agora para justificar a criação formal de uma comunidade lusófona com propósitos culturais, económicos e de cooperação em matéria

de política externa” (*idem*, 140). Independentemente de se interpretar esta visão como uma mera constatação ou já acusação, será importante analisar se esta continuidade de recursos discursivos permanece também na narrativa da identidade marítima.

Nesta linha foram crescendo também outros contextos que permitem uma ligação ao mar. A relação do mar e a História ficou sempre como um fator importante ao longo de todo o regime. Um desses exemplos foram as várias iniciativas realizadas pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. No seu programa (Comissão Descobrimentos 1988), justifica-se as celebrações da seguinte maneira:

*E, sobretudo num plano internacional que pretenda ter em conta o desejável estreitamento de relações, a todos os níveis e em todas as áreas, com os países africanos de língua oficial portuguesa, os termos «descobertas» e «descobrimentos» não devem nem podem ser usados em acepções susceptíveis de serem reconduzidas à retórica oficial do Estado Novo e do colonialismo ou neo-colonialismo. Se as línguas são o que são e não podem alterar-se os significados das palavras, há todavia eixos semânticos que podem descolar-se: no caso dos termos em apreço, bastará considerar que eles comportam o sentido da reciprocidade da «descoberta», isto é, do encontro civilizacional (*idem*, 12).*

Identifica-se, portanto, desde logo, o esforço em separar as celebrações realizadas da propaganda do regime anterior, que se centravam dentro da ótica precisa dos chamados descobrimentos e as suas viagens marítimas (*idem*, 16-17), que deveriam igualmente ter representação na construção de um Museu dos Descobrimentos, um tópico controverso até hoje. A história ficou, até hoje, um palco de difícil balanço entre os dois regimes e uma discussão da identidade nacional, em que a identidade marítima se insere, como se também pode verificar com a vontade de incorporar a ciência náutica (*idem*, 35) dentro dos projetos da comissão, ligando o mar à inovação passada, mas também ao conhecimento.

O principal ponto de celebrações dedicadas ao mar, é, sem dúvida, a chamada Expo'98, cujo tema se focava nos oceanos. É com esta exposição que se encontra a melhor expressão de uma tentativa de reinterpretar uma possível identidade marítima portuguesa. No catálogo do pavilhão português (Expo '98 1998), o tema da viagem é assumido dentro dos oceanos como metáfora para a nova abertura do mundo, em que a cultura portuguesa é identificada como fortemente ligada ao oceano, com várias figuras históricas e/ou poetas, como Fernando Pessoa, Gago Coutinho, Manuel Alegre, Luís de Camões e, mais uma vez, Vergílio Ferreira a serem referenciadas (*idem*, 12-15). Ao longo do catálogo interliga-se, posteriormente, o oceano com os vários territórios com que Portugal ‘contactou’, como Moçambique (*idem*, 115) ou o Brasil (*idem*, 149). Contudo, a tentativa prende-se em reconhecer todas as facetas, avaliando todo o

complexo historiográfico, mas sempre interligando com um poético sonho do progresso através do mar.

Pela sua ligação temática, mas também pelo facto de serem considerados os eventos de maior relevo para ambos os regimes, a Exposição do Mundo Português e a Expo'98 foram já, no ramo da academia, amplamente comparados. Mesmo trabalhos que só pretendam estudar a exposição salazarista tendem a equiparar os dois eventos num esforço de contextualização (Martins, Oliveira, e Bandeira 2012, 266) ou para contrastá-los, como se pode verificar em Corkill e Almeida (2009). Nesse artigo é identificada a alteração que foi realizada entre regimes que, com o mesmo tema marítimo, passa de uma justificação imperial e colonial para uma de abertura ao mundo (*idem*, 399), o que também se espelha em termos arquitetónicos (Neiva e Dias 2019, 150). Por um lado, existe uma clara vontade de marcar uma diferença entre a tradição e o progresso, diferenciando os dois eventos, também em termos da rejeição da ideologia do Estado Novo (Neves 2019, 26) mas a Expo '98 assume também uma parte do legado, reconhecendo uma certa parte de tradição – marítima e histórica, como se pode ver desde logo no catálogo.

Uma comparação mais direta e mais crítica face a essa conversão de discurso encontra-se em Pedro Martins (2020) que, a partir de outras críticas como de Elsa Peralta (2017) constrói uma análise das representações em ambos os eventos, embora com finalidades diferentes, espelhavam uma evidencia mais luso-tropical, visto que, para tentar universalizar o discursos, e também construir uma ponte de igualdade entre os atores durante a expansão marítima, teria de se retirar os maiores problemas do contexto, como o próprio processo de colonização ou a escravatura (Martins 2020, 61-62). Como o próprio autor argumenta:

*A ideia de que a expansão ultramarina portuguesa inaugurou uma nova era na história universal tem, não poucas vezes, sido instrumentalizada não só para ocultar alguns dos aspetos mais violentos de que se revestiu o colonialismo português desde a sua génese mas também para criar um efeito agregador em torno do passado nacional (*idem*, 61).*

Verifica-se, portanto, um debate indireto entre a aceitação de alteração de discurso entre os eventos, assim como críticas ao mesmo processo, alegando uma perda de veracidade histórica, assim como a continuação de uma narrativa próxima ao Estado Novo. O que é inegável, contudo, é o que o mar se encontra mesmo no cerne da questão dentro da Expo. Não será preciso referir que a principal atração turística que sobrou desse evento é o Oceanário de Lisboa, e que ainda hoje é um dos principais elementos de argumentação de uma alteração discursiva em relação ao oceano, e qualquer análise do papel do mar na identidade cultural

portuguesa, como a de Maria Isabel João (2015), em que se pode também encontrar vários outros contextos aqui analisados, aponta esse fator, numa linha que aparenta ser de continuidade e inovação ao mesmo tempo, entre a história da expansão marítima e a economia do mar.

A visão dos mares é permanentemente ligada à própria identidade nacional, como numa intervenção de Manuel Braga da Cruz (2018) para a Academia da Marinha, mas também em vários momentos de forma avulsa, que são resumidos neste parágrafo brevemente. A ligação entre o mar e Portugal é, em vários trabalhos, argumentos e visões, posto já *a priori*, como na análise de Elsa Peralta (2003) acerca do turismo, e mesmo naqueles que tentam identificar essa ligação do imaginário do mar como não obrigatória, acaba por ser sempre, de alguma forma, exposta como uma pressão – “as pressões históricas portuguesas sempre estiveram intimamente unidas ao mar” (Tomás 2011, 10). Por várias vezes, essa identificação é combinada com um interesse geoestratégico (Umbelino e Sousa 1998, 330), numa das argumentações mais utilizadas para descrever o mar como potencial, principalmente em termos das regiões autónomas, em que mesmo o reitor da altura da universidade dos Açores designa como essencial ao longo da história: “Em todos estes tempos, os portugueses só dispuseram de um instrumento, concretamente da utilidade ou, talvez melhor, da utilização do mar” (Meneses 2007, 194).

Esta utilização do mar também se reflete nas análises das comunidades piscatórias, como a de Ílhavo (Peralta 2010), onde se encontra também o Museu Marítimo de Ílhavo, cuja coleção de publicações, *Argos*, apresenta uma edição anual sobre o tema do mar – a mais recente de 2020 (Museu Marítimo Ílhavo 2020), estuda precisamente a comunidade piscatória.

A marinha por sua vez, através de publicações dos seus oficiais, aponta para a maritimidade de Portugal: “O mar e o seu uso subentendem a existência de uma Marinha que, no caso português, praticamente se confunde com a nacionalidade” (Neves e Duarte 2013, 15). O argumento da importância do mar é principalmente em termos económicos, mas aponta-se neste artigo para a sua perda de importância justamente com a Expo’98, num tempo em que se redescobria o mar para a importância nacional (*idem*, 39). E são também oficiais da marinha que, juntamente com académicos do estudo geográfico e científico do mar, já numa mistura da sociedade e da política, se encontram nos painéis de uma conferência realizada pela Assembleia da República sobre o mar (Comissão de Defesa Nacional 2009), em que se principalmente discute as vantagens do mar em termos da política de defesa e de investimentos na economia.

O argumento da ausência do mar na política encontra-se também em Tiago Pitta e Cunha (2011), autor que será usado para este trabalho como o exemplo paradigmático para essa afirmação. Segundo o autor, após a chamada Revolução dos Cravos, e a posterior entrada no contexto europeu, fez com que se ignorasse o mar, que Pitta e Cunha crítica severamente: “Hoje, numa altura em que Portugal cada vez duvida mais de si próprio, urge ter a humildade de reconhecer o erro que foi desprezar a geografia” (*idem*, 12). Segue-se um breve enquadramento da importância do mar ao longo da história portuguesa – analisando os chamados descobrimentos como período principal (*idem*, 15-18), em que, numa breve referência ao passado ditatorial, identifica o Estado Novo como um regime em que “o mar e a ilustre história marítima de Portugal como um instrumento claro da propaganda do regime, divulgando uma síntese hiperbolizada do passado heróico ligado ao mar” (*idem*, 17).

Com a entrada da democracia (*idem*, 18-22), Pitta e Cunha argumenta que o mar deixou de ter importância para a política portuguesa, segundo o autor, devido a três fatores. O primeiro seria a crescente classe-média, que já não estaria interessada nas atividades tradicionais como a pesca e o transporte marítimo, pelo que não haveria crescimento devido a esse fator socioeconómico. Embora o argumento possa fazer sentido, não parece inteiramente provável que este processo do crescimento da classe média, que não aconteceu de um dia para outro, tivesse imediatamente destruído a hipótese do mar ser relevante para Portugal, como o próprio tenta argumentar. Essa reflexão só é possível se se avançar para dois argumentos com mais impacto. O segundo argumento sublinha a vontade política na entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, que trouxe consigo vários financiamentos que puderam fazer com que em Portugal subisse o nível de vida, logo não se interessando pelo mar – como justifica o primeiro argumento. E finalmente, apresenta a queda do império colonial como fator da insignificância do mar. Com o fim das colónias e do regime do Estado Novo, o mar teria deixado de designar o império para designar o passado (*idem*, 23). Também aponta para a Expo como um certo ponto de viragem (*idem*, 34-35). Toda a obra procura frisar as várias possibilidades e vantagens económicas do mar, assim como as suas dificuldades, não muito diferentes de outras referências mais recentes sobre o potencial do mar (Fórum Oceano 2020). E embora o autor reconheça que os últimos governos tivessem apostado mais no mar (Cunha 2015, 108-109), isso não teria sido suficiente face ao legado geográfico e histórico, assim como ao potencial económico (124-125), que o mar representaria.

Embora o presente trabalho não verse este último aspeto, seria interessante analisar se o mar esteve, de facto, fora do discurso político nas várias assembleias analisadas. Porém, antes

de estudar o discurso, segue um breve contexto do mar na política portuguesa durante o período democrático, para avaliar o avanço apontado por Pitta e Cunha – que foi consultor para Assuntos do Mar do Ex-Presidente da República Aníbal Cavaco Silva – assim como a sua suposta insignificância anterior.

4.2. O Mar na Política

Tendo exposto brevemente a presença do mar em termos gerais, discute-se agora, igualmente de forma breve, a presença do mar em termos institucionais e políticos. Tal como na secção anterior, a democracia não permite analisar a sua exposição da mesma forma direta como o Estado Novo, nem que seja pelo facto que não existe uma instância ditatorial que possa designar a posição central do regime, assim como uma fomentação de dominação política controladora.

De qualquer maneira, pode reconhecer-se uma exploração política do mar, que permite identificar dois pontos de análise principais: a composição do governo e as Estratégias Nacionais para o Mar, de onde origina o conceito de identidade marítima.

Começando com a composição do governo, é importante primeiro estabelecer a justificação para analisar esse fator como contexto. A ideia, aqui apresentada por Pitta e Cunha (2011) e outros, de que o mar se tenha perdido durante a democracia, indica, principalmente, para uma insignificância política durante esse período. Embora não seja particularmente uma análise completa do assunto, seria lógico assumir que, tendo em conta que não seria um tema de relevância política, não teria quaisquer consequências no impacto da designação de pastas ministeriais ou na criação de Secretarias de Estado, visto que, de uma forma geral, esse espaço é reservado única- e exclusivamente a assuntos de grande relevância política, numa ótica de reconhecimento do assunto como fulcral para o bom funcionamento do governo. Analisando todos os governos desde o início do regime democrático, do primeiro provisório ao XXII, atual governo incumbente no tempo de escrita deste trabalho, e identificando as posições em que se pode de forma lógica equacionar o mar como fator importante, ganha-se uma visão holística da importância do mar na política. Equacionado, portanto, esses fatores, chega-se à seguinte

tabela, dividida pelas várias designações existentes ao longo do tempo, que também permitem uma análise sobre a matéria:

Tabela 1: Os governos democráticos e o mar

<i>Governo</i>	<i>Ministros</i>				<i>Secretários de Estado*</i>			
	Mar	Agricultura e Pesca	Agricultura e Mar	Defesa e Mar	Pesca	Marinha Mercante	Mar	Defesa e Mar
<i>Prov I</i>						1		
<i>Prov II</i>					1	1		
<i>Prov III</i>					1	1		
<i>Prov IV</i>		1			1	1		
<i>Prov V</i>		1			1	1		
<i>Prov VI</i>		1			1	1		
<i>I</i>		1			1	1		
<i>II</i>		1			1	1		
<i>III</i>		1			1	1		
<i>IV</i>		1			1	1		
<i>V</i>		1			1			
<i>VI</i>		1			1	1		
<i>VII</i>		1			1			
<i>VIII</i>		1			1			
<i>IX</i>	1				1	1		
<i>X</i>		1			1			
<i>XI</i>		1			1			
<i>XII</i>	0.5	0.5			1			
<i>XIII</i>		1			1			
<i>XIV</i>		1			1			
<i>XV</i>		1			1			
<i>XVI</i>		1		1				1
<i>XVII</i>		1						1
<i>XVIII</i>		1			1			1
<i>XIX</i>			1				1	
<i>XX</i>			1				1	
<i>XXI</i>	1				1			

<i>XXII</i>	1				1			
<i>Subtotal</i>	3.5	19.5	2	1	23	12	2	3
<i>Total</i>	26				40			

Fonte: elaboração própria, a partir de Arquivo Histórico Governo (2021)

Desde logo, verifica-se que não houve um governo que não tivesse tido pelo menos uma secretaria de Estado que versasse sobre um assunto que se possa designar relacionado com o mar, sendo que a partir logo do segundo governo provisório se verifica o mínimo de dois postos, e desde o quarto governo provisório que se verifica uma pasta ministerial em que se pode identificar o mar como aspeto de análise. Ao todo, foram 26 ministérios e 40 secretariados de Estado que se conseguiu identificar como referentes e com ligação ao mar. Embora a grande maioria dos cargos esteja relacionado com as pescas – e, portanto, a forma mais tradicional de pensar economicamente o mar –, ainda se encontram outros aspetos.

O primeiro aspeto a verificar que já em 1983, no governo IX de Mário Soares, se pode apurar um ministro com a designação do Mar, agregando as duas secretarias de Estado da Pesca e a da Marinha Mercante. No XII governo, certifica-se também um Ministro do Mar, mas que funcionava em ‘união pessoal’ com o ministério da Agricultura. Por outras palavras, embora o ministro detivesse oficialmente duas pastas diferentes, tratava-se de um Ministério da Agricultura e Pescas de nome ligeiramente diferente. Com o XXI e XXII governos de António Costa voltou a recuperar-se um Ministério do Mar. Pelo meio, embora de forma breve, atestou-se uma junção ao mar ao Ministério da Defesa, ao mesmo tempo que permanecia um Ministério da Agricultura e Pesca.

Embora o ministério tenha desaparecido com a entrada de José Sócrates como Primeiro-Ministro, a designação do Secretário de Estado da Defesa permaneceu com vínculo aos designados ‘Assuntos do Mar’, sendo só substituído a tempo da entrada do Ministério do Mar e Agricultura. Por fim, verifica-se o lento desaparecimento da Secretaria de Estado da Marinha Mercante, que já no IX governo era uma certa surpresa.

Mesmo que a maioria dos cargos sejam num contexto económico, encontra-se também referências ao contexto de defesa e, crucialmente, confirmando que nunca existiu um governo em democracia em que o mar, de alguma forma, não tivesse presente, sendo que nos últimos governos a designação *mar* ganhasse importância face à ideia mais extrativa da pesca.

De seguida, detenhamo-nos numa breve contextualização do primeiro aparecimento do conceito de identidade marítima, nas várias edições da Estratégia Nacional para o Mar (2007,

2013, 2021). A primeira Estratégia Nacional para o Mar, que originalmente deveria funcionar durante uma década, entre 2006 e 2016, declarava, logo no início do programa, o seguinte:

A proclamação do mar como principal factor diferenciador e de identidade nacional, assumindo-o como prioridade estratégica e um projecto nacional, reclama a existência de uma visão simultaneamente ambiciosa e realista, credível e atraente. Pretende-se criar as condições e mecanismos que possibilitem aos diversos agentes desenvolver, de forma equilibrada e articulada, as múltiplas actividades ligadas ao mar, tendo em vista a promoção da qualidade do ambiente marinho, do crescimento económico e a criação de novos empregos e oportunidades. (ENM 2007, 16)

O mar é, portanto, imediatamente identificado como um pressuposto *a priori*, concebendo a ideia de que atuar sobre o mar seria não para criar algo, mas sim porque a identidade nacional assim o exigiria. Embora neste documento ainda não se verifique, de facto a presença de uma ideia de identidade marítima, dentro dos planos definidos (*idem*, 24-29) encontra-se a vontade de promover a “sensibilização e mobilização da sociedade para a importância do mar” (*idem*, 24), sublinhando iniciativas de promoção de desportos no mar, de uma consciência da sustentabilidade, assim como da investigação em relação aos oceanos, desde a arqueologia, da biotecnologia à melhor compreensão das alterações climáticas. Um dos planos mais marcantes, que continuará a ser um fator dentro dos planos seguintes, é da expansão da plataforma continental portuguesa, em que já vários governos e planos depositaram uma esperança de uma maior dimensão de recursos e possibilidades.

Destaca-se ainda a tentativa de trazer o tema para as relações internacionais, em especial dentro do seio da CPLP. Esta perspectiva dentro da instituição, de facto, verifica-se em alguns projetos nos anos seguintes, com a promoção de uma identidade marítima da própria instituição – ao invés de uma unicamente portuguesa, embora claramente promovida pelo governo português, como em 2009 (CPLP 2009, 10). De facto, a primeira referência encontrada à ideia de uma promoção de uma identidade marítima é feita pelo Partido Socialista no seu programa eleitoral no mesmo ano, assumindo-se, portanto, que a sua discussão, mesmo que vaga, tenha sido anterior.

Curiosamente o documento da CPLP começa da mesma forma que este trabalho, aludindo a Vergílio Ferreira (*idem*, 1), sendo que alega a ideia de que a língua portuguesa permita ver o mar, tal como fará depois Marcelo Rebelo de Sousa em frente das Nações Unidas (Rebelo de Sousa 2016). Embora visando um claro interesse, também aqui a promoção da identidade marítima da CPLP permanece uma alusão vaga a um passado traçado e partilhado. Verifica-se um possível ramo de uma investigação futura, em que se pesquisa a identidade

marítima no seio das relações internacionais, mas que, pelo foco deste trabalho nas assembleias políticas nacionais, não será realizado aqui.

Com a alteração de governo para a coligação entre o Partido Social-Democrata (PSD) e o Centro Democrático Social (CDS), desenvolve-se um novo plano estratégico (ENM 2013), agora com uma duração de sete anos, entre 2013 e 2020, que foi, em termos de respeito de prazo, cumprido, também pelo Governo que assumiu funções em 2015, pelo PS, como referido anteriormente.

Com esta nova estratégia, a promoção de uma identidade nacional assume um papel preponderante, sendo quase utilizada como justificação para a atualização da mesma (*idem*, 20). A ideia de regresso ao mar é uma das principais ideias transmitidas (*idem*, 15), sendo que é apontado um caminho desde 1997 com várias iniciativas internacionais e nacionais para a criação da primeira estratégia, e que agora, com este documento, ganha um novo impulso, também mais virado para o discurso que é analisado neste trabalho:

No Mar de Portugal, à geografia e à dimensão, junta-se a identidade marítima de um povo que ambiciona, novamente, Portugal no mar. Estas características são suficientes para tornar único o território de Portugal, e fazem do espaço do Atlântico Norte que é português, o Mar-Portugal, um território de referência (idem, 26).

Num capítulo dedicado à própria identidade marítima, encontram-se três frases demarcadas, repetidas e separadas do texto principal. A primeira frase, tanto das três como do próprio capítulo, identifica uma correlação histórica entre Portugal e o Mar: “O mar tem sido um elemento marcante na História de Portugal. A ligação de Portugal ao mar ganhou maior relevância durante a época dos descobrimentos e marcou decisivamente o início do processo de globalização” (*idem*, 32). A frase é acompanhada por uma imagem do navio-escola Sagres, incluindo uma larga bandeira nacional. Pela referência estabelecida, e também pelo próprio documento, é evidente que é suposto criar uma ideia de herança coerente entre os chamados descobrimentos e a promoção de uma identidade marítima através desta nova expansão ao mar e os seus recursos.

A ideia de retorno ao mar volta a estar presente, subindo até a abstração da metáfora para incluir toda a Europa, ‘puxada’ pela vontade de Portugal, como se pode identificar na segunda frase: “Com a execução da ENM2013-2020, Portugal quer voltar a assumir-se como um país marítimo por excelência, que vive com o mar, que traz o mar à Europa, e que volta a Europa para o mar” (*idem*, 33). Permanece, portanto, tal como em Pitta e Cunha (2011), o argumento que Portugal teria, de alguma forma, deixado o mar para trás, e agora seria tempo

de reocupar o espaço, sendo que o próprio plano assume um discurso quase poético, como é apresentado adiante:

Nesse sentido, é necessário recriar uma identidade marítima, moderna, que não renegue os valores tradicionais, mas que esteja virada para o futuro e potencie um novo espírito das descobertas, orientado para a criatividade na conceção, empreendedorismo na preparação e pro-atividade na ação, concretizando as oportunidades que o Mar-Portugal oferece (ibidem).

A análise do discurso parlamentar deve, portanto, também fazer um esforço em identificar, se possível, que valores tradicionais são aludidos, em combinação da ‘recriação’ da identidade numa perspetiva moderna, que neste contexto se deixa meramente designar como empreendedora.

Por fim, a última frase é a que tenta mais transformar o discurso numa lista de propostas e iniciativas, sendo que mesmo assim ainda permanece mais ou menos vago: “O código genético do novo Portugal Marítimo: um país de natureza ultra-profunda, com vasto potencial em recursos naturais, um património natural ímpar, e uma enorme centralidade geoestratégica que é, afinal, um motor de afirmação internacional” (*ibidem*). Embora o documento depois analise algumas veias de ação – que não são substancialmente diferentes da Estratégia Nacional para o Mar anterior – a expressão de identidade marítima só irá retornar para designar a interligação entre o turismo e o desporto marítimo, que seria um elemento paradigmático para a mesma identidade marítima (*idem*, 50), a que se segue (*idem*, 51) uma tabela a dividir várias atividades marítimas, como a pesca ou a extração de sal marinho, apontando com setas a relevância da altura na economia, assim como com outra seta o esperado contributo no futuro.

Num documento anexado, encontra-se o plano de ação para a parte da identidade marítima, que sofreu algumas alterações nos anos seguintes (ENM 2015), já com a adenda de se designar como identidade e cultura. Embora também se encontrem iniciativas de proteção subaquática, a maioria das iniciativas são projetos simples de interação entre a população e alguma alusão ao mar, como a criação de uma plataforma que informe sobre eventos dedicados ao mar (*idem*, 16). Desses eventos, destacam-se os “Mega Pic Nic Continente” (*idem*, 13), assim como uma espécie de mercado de peixe em tamanho maior (*ibidem*), ambos com plano anual. Como se pode entender através destes exemplos, a maioria dos planos servem mais como uma promoção lúdica e abstrata do que realmente uma intervenção séria. Fora deste projeto, ainda se identifica o “Kit do Mar” (DGPM 2020), uma iniciativa para promover a chamada literacia dos oceanos nas crianças.

Com o último documento, que se encontra já fora do período de análise do discurso, verifica-se uma substituição do termo de identidade para cultura marítima – um ponto que já foi discutido na secção conceptual do trabalho – mas que, para todos os efeitos, acaba por significar o mesmo papel, como o próprio documento o indica: “Assim, é fundamental implementar políticas que promovam a cultura, afirmando a nossa identidade” (ENM 2021, 33). Permanecem, agora com o conceito vago de cultura marítima as mesmas ligações com a história (*idem*, 6), com a renovação desse fator (*idem*, 34) e com a inovação empreendedora no mar (*idem*, 43). A literacia do oceano fica igualmente ligada à cultura (*idem*, 34). Com algumas atualizações em termos de planos, o programa acaba por ser uma clara continuação do discurso. A ideia permanece clara: “Portugal é Mar” (Eurocid 2021).

Tendo estabelecido um contexto possível para o regime democrático, em que se identificou a ligação ao mar, assim como uma primeira discussão da identidade marítima em termos políticos, assim como anteriormente uma análise do contexto do Estado Novo como base de análise comparativa, pode agora avançar-se para a investigação que originou o presente trabalho.

5. O Discurso Parlamentar sobre o Mar

Como exposto na introdução, passa-se agora à análise substantiva dos discursos parlamentares ao longo de ambos os regimes, podendo, portanto, responder à pergunta de partida de como o discurso se alterou em relação do papel do mar. O ponto de princípio, para recapitular, é o seguinte:

1. Os períodos de análise são os entre 1957 e 1961, correspondendo à VII legislatura, os anos entre 1974 e 1976, correspondendo à última legislatura cancelada do Estado Novo, a Assembleia Constituinte e a o início da I legislatura da Terceira República para o período ou regime de Transição, e por fim a última legislatura concluída, a XXI entre 2015 e 2019, para a atualidade e aqui designada como o regime de Democracia. No caso do Estado Novo é só analisado a câmara alta, a Assembleia Nacional. De resto, são analisados a totalidade dos documentos.

2. Dentro desses documentos, são analisadas o contexto de sete palavras-chave e suas modificações: *mar*; *marítimo*; *marinha*, que inclui marinheiros; *ultramar*; *ultramarinos*; *oceano*; *Atlântico*. O contexto é agregado em contrapartida em 6 contextos, o contexto *político*, que agrega leis e questões institucionais; a *economia*; o contexto da *identidade*, de especial relevo para o trabalho; a *defesa*; a *investigação* e por fim uma categoria de *diversos* para incluir outros aspetos que nesta hipótese de análise não tenham sido categorizados *a priori*.

3. A comparação realizada baseia-se num ponto de partida quantitativo, relatando o número de aparição de cada uma das palavras-chave e de cada contexto. De seguida, será comparada a evolução total e relativa face aos outros regimes. Contudo, tal por si só não pode ser suficiente para qualquer tipo de análise- o número descer ou subir pode significar uma mudança de discurso, mas pode também significar o contrário – o que implica uma análise qualitativa essencial, para que se possa entender as principais ideias que permanecem, e diferenciá-las das que deixam existir ou, possivelmente, ser criadas posteriormente.

A análise é iniciada com um primeiro resultado geral, a que se voltará após apresentar, tanto quantitativamente como qualitativamente, cada regime em detalhe. De seguida, regressa-se a uma visão mais alargada para discutir melhor e encontrar possíveis defeitos dentro deste resumo quantitativo. Por isso, esta primeira agregação de dados deve ser vista como um apoio

de refinamento de hipóteses explicativas. O total de palavras-chave identificadas foram de 8891, em particular como se pode ver na tabela 2 dividindo-se da seguinte forma entre as fases de análise:

Tabela 2: Total de conceitos por regime

	<i>Mar</i>	<i>marítim@s</i>	<i>marinha/marinheiros</i>	<i>ultramar</i>	<i>ultramarin@s</i>	<i>oceano</i>	<i>Atlântico</i>
<i>Estado Novo</i>	425	359	505	1906	1613	64	164
<i>Transição</i>	120	169	94	787	604	36	130
<i>Democracia</i>	676	611	188	8	2	131	399
<i>TOTAL</i>	1221	1139	787	2701	2219	231	693

Fonte: elaboração própria, a partir de diários da Assembleia Nacional, Assembleia Constituinte e da Assembleia da República)

A partir destes primeiros números, já é possível traçar alguns pontos de interesse. Em geral, encontra-se uma certa divisão das palavras-chave em termos da sua maior utilização: o período analisado do Estado Novo viu a maior utilização das palavras relacionadas à *marinha*, do *ultramar* e *ultramarino*, enquanto em democracia encontra-se as palavras *mar*, *marítima*, *oceano* e *atlântico* mais vezes face aos outros regimes. Esta primeira divisão em categorias separadas pode já apresentar algumas respostas às hipóteses estabelecidas, visto que tendencialmente o Estado Novo assemelha o mar às colónias, enquanto o regime democrático aborda outros aspetos, sendo um dos crescimentos mais evidentes o da palavra *oceano*, que evidencia um claro crescimento, mas também a palavra base de *mar* é utilizada mais vezes em democracia que nos outros dois momentos de análise juntos.

As palavra-chave *ultramar* e *ultramarinos* e equivalentes representam quase 55% das palavras analisadas, mas concentram-se, sem grande surpresa, na sua maioria no regime do Estado Novo, sendo que em tempo entre 2015 e 2019 só foram utilizadas 10 vezes. Será lógico, portanto, aquando da análise desse regime, entender a utilização desse conceito, que, pelo menos nesta fase, aparenta ter uma ligação evidente e exclusiva ao Estado Novo. Para além disso, a utilização da palavra *marinha* pode já indicar a importância da *marinha de guerra* na guerra colonial.

Sem grande surpresa, a fase de transição, também por estar entre dois regimes institucionais, e num momento de decisão de base constitucional, vê a menor utilização de

algumas expressões, mas só uma análise mais aprofundada permite entender em que momento concreto isso se aplica. Contudo, embora se trate de um período curto e desfasado, a permanência de alguns conceitos, como o Atlântico, como fator praticamente de igual relevância face ao Estado Novo, exige também uma maior atenção qualitativa.

Tabela 3: Comparação sem Ultramar

	<i>Nº Documentos</i>	<i>Total</i>	<i>Sem ultramar</i>
<i>Total Estado Novo</i>	267	5036	1517
<i>Total Transição</i>	277	1940	549
<i>Total Democracia</i>	417	2015	2005

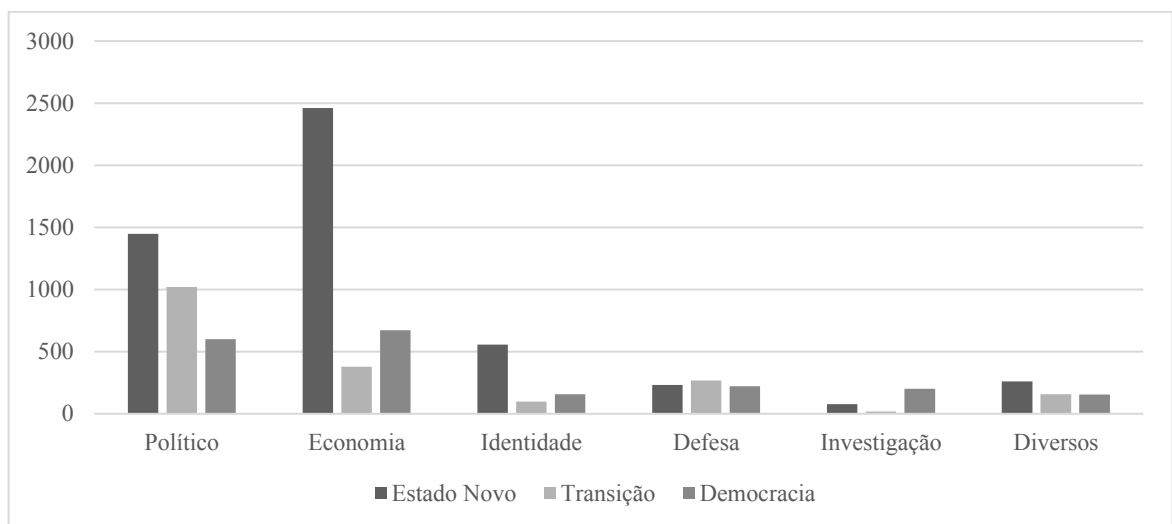
Fonte: elaboração própria, a partir de diários da Assembleia Nacional, Assembleia Constituinte e da Assembleia da República

Devido à elevada quantidade de referências ao Ultramar, necessárias para poder analisar o Estado Novo e poder comparar os regimes face ao mar, apresenta-se na tabela 3 um dado de particular interesse para análise direta: Se se retirar as palavras-chave ultramar e ultramarinos da equação, o regime que mais discute o mar no seu discurso é o atual. Embora em termos de documentação haja também um desnível entre os momentos de análise, é importante lembrar que isso também é uma consequência da maior profissionalização e *de facto* importância do parlamento na Terceira República, liberado de ser um mero órgão *pro forma* como foi na maior parte do Estado Novo. Parece também aqui notar-se o fator já apresentado na contextualização dos regimes, que o Estado Novo no seu discurso marítimo procura principalmente a legitimação das suas colónias.

Para além da numeração em termos de palavra-chave, também para depois perceber melhor os contextos em concreto, apresenta-se, desde já, a sua contextualização geral. Como se pode ver na Figura 1 abaixo, o contexto político é o único que vai diminuindo quantitativamente ao longo dos anos de forma constante. Contudo, esse facto exige maior atenção na análise individual. Considerando que, à partida, a maior parte do contexto político dentro da fase do Estado Novo se limita à própria designação de províncias ultramarinas, ou cargos equivalentes, como o ministro do Ultramar, é certamente menos evidente o papel político do mar no âmbito do regime posterior, assim como na fase de transição. Abre-se, portanto, já no primeiro contexto agregado, um objetivo de maior atenção. O principal fator durante o Estado Novo, de longe, encontra-se no contexto económico, sendo que aí também o papel do ultramar se deva notar, como se pode verificar à frente. Durante a fase de transição vê a sua importância decrescer tremendamente, sendo que na última legislativa da atualidade

voltou a subir na quantidade de discurso. O contexto da defesa, por si, manteve-se mais ou menos estável ao longo dos tempos de análise, com um ligeiro pique na fase de transição. Será interessante avaliar como esta relativa igualdade em termos de dados seja possível entre um regime com uma guerra colonial, um regime de transição entre a mesma guerra e a descolonização e, finalmente, um regime em democracia sem guerra. Independentemente da análise mais concreta no momento de discussão, seja esta uma prova de que a análise teria de ser sempre inevitavelmente qualitativa. Contudo, não será possível, mesmo numa análise extensa, apontar todos os momentos de referência de interesse em relação ao mar, pelo que se pode estudar a lista completa de análise em anexo, enquanto neste trabalho, agora, se pode avançar na análise do contexto.

Figura 1: Total de conceitos divididos por contexto



Fonte: elaboração própria, a partir de diários da Assembleia Nacional, Assembleia Constituinte e da Assembleia da República

O contexto da investigação é o único que, em termos absolutos, tem a sua maior representação no regime democrático, e pode indicar uma variação maior no discurso sobre a identidade marítima nesse contexto, sendo que, de qualquer maneira, continua a ser o contexto menos representativo, com meramente 3% da totalidade dos momentos analisados. Em relação aos vários contextos, só uma análise mais profunda, que se segue, pode indicar alguns pontos de interesse. O contexto da identidade, contudo, que para este trabalho é certamente de particular relevo, apresenta uma evolução semelhante ao da economia, sendo que é o terceiro contexto que mais aparece na totalidade dos registos. Pela sua evidente ligação ao tema geral do trabalho, embora a identidade marítima portuguesa possa e deva ser analisada em todos os contextos, o foco do trabalho encontra-se nestes momentos da categoria.

Na secção de comparação e discussão volta-se a discutir os dados apresentados, já com o necessário desenvolvimento de cada momento de análise. Mais uma vez, são apresentados uns dados gerais iniciais e quantitativos, mas de seguida são apresentados vários aspetos de relevo que só podem ser entendidos através de um estudo preciso de referências e momentos na assembleia. Pela simples quantidade de documentos, isso requererá alguma repetição de argumentos caso isso seja indicador de elemento essencial do discurso, como foi feito anteriormente com o discurso de Salazar.

5.1. Discurso no Estado Novo

As sessões da VII legislatura da Assembleia Nacional do Estado Novo englobam, como é possível ver na tabela 2 anterior, a totalidade de 267 documentos, em que foram identificadas 5036 palavras-chave. Como é de esperar, a maioria dos discursos analisados não têm qualquer contestação, e são mais uma oratória a defender uma política iniciada pela ditadura. De vez em quando, encontram-se momentos singulares em que um deputado pede a palavra para falar das preocupações da sua terra – não obrigatoriamente o seu círculo eleitoral – mas sempre sem haver uma real discussão. A maioria dos discursos terminam com uma transcrição quase automática sobre a ocorrência de muitos aplausos e certos deputados, nunca de nome, aclamarem ‘muito bem, muito bem!’. Embora estes discursos venham de várias vozes, assume-se, para este trabalho, que a diferenciação de quem o diz, neste caso, raramente se justifica, visto que representam todos a União Nacional, e por isso não se trata nada mais nada menos do que uma repetição da vontade do Estado Novo em geral. Para maior facilidade analítica, aborda-se os documentos numa tendência cronológica, ainda que alguns temas possam ser analisados em correlação uns com os outros.

Embora a legislatura tenha oficialmente começado no ano de 1957, só dez documentos são equivalentes a esse ano, mas que contêm 284 referências a palavras-chave, na sua esmagadora maioria, 86%, dentro do contexto da economia. A explicação encontra-se no facto que, embora se tenha retirado só as últimas discussões do ano civil, ainda se encontra a discussão sobre a situação económica das chamadas províncias ultramarinas, com base em vários relatórios de conta da mesma. O final dos anos de 1950 viu o Estado Novo concentrar-se em particular na tentativa de reforçar o desenvolvimento económico e social das colónias,

como foi apontado anteriormente, e nota-se, embora ainda de forma ténue, essa representação na discussão parlamentar. A NATO é mencionada para matérias de defesa, assim como as forças no ultramar, mas só como elemento secundário. O mesmo sucede com o contexto político neste ano, que assim só serve para validar as instituições, nomeadamente as próprias províncias ultramarinas e o ministério do ultramar. Um contexto diverso, nomeadamente a simples referência a uma característica geográfica, também foi identificada.

Retornando ainda ao desenvolvimento económico, mas com uma maior atenção retórica, um dos deputados da assembleia termina o seu discurso dizendo: “As minhas últimas palavras são de confiança de que no mar, neste momento particularmente encapelado, da economia mundial se encontre um rumo seguro que nos leve a porto de salvamento” (Assembleia Nacional 1957a). Embora seja uma metáfora, e não se tratando da única que utiliza o mar como comparação para momentos de dificuldade – uma particularidade a seguir nesta análise – a ideia de o mar ser a salvação tem alguma ligação à própria discussão das chamadas províncias ultramarinas, que também precisariam de um porto seguro.

Em termos de discussão do mar num contexto de identidade nacional, mais diretamente, encontra-se meramente uma vez, num momento em que um deputado aproveita a cerimónia solene de inauguração da legislatura para elogiar o Presidente da República presente, Craveiro Lopes, iludindo à ideia de que as colónias e ilhas seriam territórios “não ligados no espaço mas unidos no espírito” (Assembleia Nacional 1957b, 76).

Já em 1958, o primeiro ano completo e com 72 diários de assembleia, encontram-se mais momentos que merecem uma análise mais detalhada e serem, por isso, referenciados aqui. Na sua maioria, as referências às palavras-chave apontam para o desenvolvimento económico das colónias. E se se encontram vários contextos onde isso também limita a referências territoriais ou de finanças, isso não significa que o discurso marítimo sobre a economia incluía, muitas vezes, momentos em que identidade é exposta como lema de guia:

Isso, se pode, possivelmente, suscitar outros problemas, como seja o do aumento da produção de produtos alimentares e de matérias-primas idênticos aos que produzimos, impõe-nos o dever de não afrouxarmos na obra de progresso e de valorização do ultramar português, que desejamos seja espelho do próprio renascimento da Nação, expressão da sua unidade, demonstração viva da sua capacidade realizadora (Assembleia Nacional 1958a, 828).

Qualquer desenvolvimento económico é reforçado com a ideia de o ultramar ser verdadeiramente a missão portuguesa, sendo essa a forma de Portugal poder reerguer-se. Para alguns, até a fomentação de exportação das colónias seria a “única forma de viver” (Assembleia

Nacional 1958b, 926). As iniciativas discutidas, de vários géneros, acabam por ser justificadas visto que “são indispensáveis para o desenvolvimento económico de um país como o nosso, que quer conservar sobretudo o seu império ultramarino” (Assembleia Nacional 1958c, 1284). A título exemplar, pode apontar-se a discussão da revitalização da marinha mercante, um dos planos mais publicitados na altura. Um dos discursos argumenta, seguindo segundo o próprio a ideia do historiador Oliveira Martins, que esse projeto seria da alta necessidade visto que Portugal, como um país marítimo, teria de ter uma marinha mercante revitalizada (Assembleia Nacional 1958d, 73).

A ideia de país marítimo, e também da marinha mercante, prende-se ao fomento económico de Portugal, que por sua vez se baseia na maior extração de recursos vindos das colónias. Tal como nos anos de 1940 analisados no capítulo sobre a contextualização, o desenvolvimento do país é também interligado com a projeção missão civilizadora nas colónias, com um deputado de Angola o transmite: “Há quase quatro dezenas de anos, na mais íntima comunhão de anseios, de ver Angola cada vez mais, espiritual e materialmente, fortalecida para melhor representar e dilatar em terras de além-mar a missão civilizadora que lhe compete” (Assembleia Nacional 1958e, 397).

Esta missão civilizadora é recorrente na ligação as colónias e permanece como elo essencial de todas as discussões em relação às mesmas: “No nosso conceito, a colonização dos territórios ultramarinos visa à realização de verdadeira acção civilizadora” (Assembleia Nacional 1958f, 867). Nelas, difunde-se o papel de Portugal, sendo o colonizado face ao colonizado, e uma mera interação da melhoria de um território. O próprio discurso vai variando, entre reconhecendo as diferenças e advogando a unidade. Um exemplo disso é a promoção de migração de colonos brancos, que neste ano de 1958 foi bastante discutido, sendo um dos mais recorrentes contextos que se analisa dentro da categoria ‘diversos’. Esta mesma colonização reconhece a necessidade de controlar mais o território, e admite um certo falhanço de incorporar a população nativa à nacionalidade portuguesa, como se viu também nos discursos de Salazar. Esta dicotomia entre a tentativa de unidade nacional, a fomentação económica e a realidade de controlo efetivo está, de forma brilhante para esta análise, resumida nesta citação de outro deputado de Angola:

Não podemos esquecer que metrópole e ultramar não são mais que designações abstractas para geograficamente distinguir a Mãe-Pátria da velha Europa e os nossos territórios espalhados pelo Mundo, com os quais ela faz um todo uno e indivisível. Também não podemos esquecer a contribuição

do nosso ultramar para o equilibrio das nossas contas internacionais (Assembleia Nacional 1958g, 139)

É difícil identificar se o deputado pretendia expressar esta ideia com um leve tom irónico, ou se estava a fazer de modo sincero. Independentemente, a passagem ilustra de forma exemplar quão perto as ideias heróicas da unidade nacional se encontram diretamente ligadas à necessidade económica. Vindo de um deputado de Angola, quase se poderia assumir que a última frase seria um aviso para a falta de real apoio dado aos territórios coloniais: Embora sejam, como se viu, frequentemente mencionados como essenciais para o desenvolvimento económico do Estado Novo, parece haver algum ressentimento no que toca a conversão dessa importância em apoio do próprio desenvolvimento dos territórios, e não de Portugal Europeu. O que já em contextos de um país sem colónias pode ser um tema de controvérsia política, designadamente a falta da perceção de uma distribuição justa dos recursos, é um problema de existência para um país colonizador como o regime do Estado Novo. De facto, este próprio discurso aparenta ser uma das raras afrontas de um deputado ao regime, arriscando avisar que as iniciativas teriam um certo desequilíbrio na distribuição desse mesmo prometido desenvolvimento económico, indo indiretamente contra quando noutros momentos, outros deputados apontam para a melhoria do “nível de vida de todos os portugueses, espalhados pelos diversos territórios que, aquém e além-mar, constituem a Nação, una e indivisível” (Assembleia Nacional 1958h, 1073).

Tons leves de crítica – ou de aviso – como a anterior são, contudo, a clara exceção. A maioria das intervenções ficam perfeitamente satisfeitas em passar a visão de a nacionalidade portuguesa ser o ultramar, e daí não haver necessidade de pensar de outra forma senão a melhoria de Portugal na sua totalidade territorial: “Poderia resumir o meu pensamento com esta conclusão, que, estou certo, há-de ter geral e perfeita aceitação: o ultramar tudo merece, como essência da própria razão de ser da Nação Portuguesa” (Assembleia Nacional 1958i, 1073). Os planos de fomento acabam, portanto, por serem vistos como uma natural evolução da melhoria económica: “A presença das nossas províncias ultramarinas em quase todos os oceanos confere-lhes papel político de relevo, fortemente apoiado pela excepcional importância estratégica e económica de que elas desfrutam” (Assembleia Nacional 1958j, 1162). A presença em todos os oceanos é motivo de orgulho, e mais uma vez liga uma outra palavra-chave de análise à promoção da missão colonial do Estado Novo.

Mas a missão civilizadora não se resume às colónias presentes. De facto, o discurso por vezes também se vira ao Brasil com a mesma retórica: “Nós temos de cumprir em África a

mesma missão civilizadora que cumprimos do outro lado do Atlântico, e a História condenar-nos-ia se renunciássemos a um dever, na miragem de completarmos o que, por nossa parte, está concluído” (Assembleia Nacional 1958k, 652). Como foi estabelecido no contexto do Estado Novo, o regime cultivava uma boa relação com a ditadura do Brasil, sendo que era uma das relações bilaterais com maior potencial de propaganda.

Este ponto não deixa de ser curioso, analisando com o devido espaço temporal, por duas razões. Do lado do Brasil aceitar este discurso significa, de certa forma, admitir a superioridade portuguesa, que soube ‘benzer’ o Brasil com cultura – ou outra expressão que seja equivalente. Mas também do lado de Portugal, fingir que a independência do Brasil fosse uma lógica continuação da missão civilizadora, pacífica, ignorando a guerra de independência travada, é peculiar, visto que abre um espaço para uma antiga colónia se tornar independente. É de interesse, portanto, verificar se a democracia também fez este contorno retórico com as independências africanas. Voltando, contudo, ao Estado Novo e à sua relação com o Brasil, é interessante verificar que a maneira escolhida de alusão ao Brasil envolve a ideia geográfica do Atlântico, como também se pode verificar nesta citação, em relação a uma visita de estado do Presidente da República: “Quando o Presidente Craveiro Lopes realizou a sua triunfal viagem à terra brasileira, pôde bem avaliar da força espiritual que liga os nossos povos e que se exteriorizou nas mais entusiásticas e indizíveis manifestações por parte daquela magnífica gente do outro lado do Atlântico” (Assembleia Nacional 1958l, 619).

O Brasil e a sua ligação transatlântica também se encontram, agora de forma mais literal, numa sessão dedicada ao papel de Gago Coutinho:

Como relíquias dessa jornada esplendorosa restam-nos o terceiro e último avião, o Santa Cruz, que pousou no Rio de Janeiro no alucinante dia 17 de Junho, o os instrumentos, livros e cadernos que Gago Coutinho salvou de todos os naufrágios. Eles irão enriquecer o Museu da Marinha, definitivamente fixado no Mosteiro dos Jerónimos, o lugar adequado, pois que a própria Igreja de Santa Maria de Belém é o mais grandioso monumento à epopeia marítima portuguesa (Assembleia Nacional 1958m, 542).

Embora também se deixe explicar pelo facto de Gago Coutinho ter sido oficial da marinha, não deixa de ser interessante constatar, mais uma vez, a ligação entre a marinha e o progresso, e o mesmo progresso aos descobrimentos, com a imediata ligação da viagem de avião com os chamados descobrimentos.

Resumindo até agora, a missão civilizadora do discurso de 1958 combina o desenvolvimento económico das colónias, mas também a relação ao Brasil, a um único discurso

de legitimação colonial. Esta mesma é, depois, promovida a toda a população, e em especial à juventude (*idem*, 622), para passar a palavra de Portugal como bom colono.

Este tom luso-tropical dentro da missão civilizadora encontra-se, aliás, por mais vezes dentro do discurso marítimo. Já em 1958, verificam-se tentativas em justificar a existência da Índia Portuguesa, numa tentativa de deslegitimar as tentativas da República Indiana, recentemente independente:

Portugal pode orgulhar-se e dizer ao Mundo que não pretende impor a sua dominação na nossa Índia. Portugal aí está porque os seus filhos têm bem presente que são tratados sem discriminações raciais ou religiosas, e isto porque a Nação Portuguesa fez dos povos cujo contacto procurou, atravessando longos oceanos, não súbditos escravizados a uma finalidade mercantil, mas sim cidadãos de uma pátria comum, respeitando a dignidade desses povos, procurando aperfeiçoar as suas instituições, fazendo sentir que nos seus propósitos há essencialmente uma finalidade espiritual. (Assembleia Nacional 1958n, 350)

Como a própria investigação já apresentada anteriormente o indica, a ideia de que Portugal não escravizou a sua população é completamente falsa, assim como a ideia que não houvesse discriminações religiosas, como a própria Inquisição de Goa o comprova. A finalidade espiritual, portanto, pela justificação apresentada, só espelha um desejo do próprio regime em manter o território sobre a vaga ideia de unidade. Mas a ideia de um multiculturalismo aceite e promovido no Estado Novo encontram-se também em relação a outros territórios. No discurso abaixo, até se nota a particular tentativa de reconhecer o papel da antropologia em fundamentar narrativas dessa forma:

Forma tradicional de convívio com os povos de além-mar, que remonta a mais de quatro séculos, consubstanciou-se, no que se refere à colonização, em torno do desejo de trazer a um tipo de civilização europeu as populações autóctones. Que os antropologistas culturais perdoem este etnocentrismo do Português pelo que contém de actuante, de humano e cristão. (Assembleia Nacional 1958o, 1186)

Existem também outros momentos mais caricatos. Num momento de evidência da real prestação da assembleia, um deputado assume a palavra para elogiar algumas iniciativas legislativas em relação ao trabalho feminino, que na sua ótica, não teriam sido celebradas como deviam, visto que teriam sido divulgadas pela imprensa durante as férias. O que parte desde já de um momento de simples auto-glorificação do regime, prossegue defendendo que, com a reforma, as mulheres poderiam assumir mais empregos, mas que deveriam continuar a ser protegidas pelo estado e permanecer na sua função principal, de ser mãe (Assembleia Nacional 1958p, 284). Para esta análise da identidade marítima, contudo, é de interesse apontar como o deputado justifica o atraso social e económico português face a este assunto, mas não só. Numa

alusão indireta à chamada primeira república o deputado argumenta que os “velhos do Restelo, que começaram por lamentar a nossa epopeia ultramarina, não mais desapareceram dos nossos hábitos e foram exercendo acção retardadora em muitas das nossas iniciativas” (*ibidem*). Até num momento que não poderia estar mais longe da discussão do mar em todas as suas facetas, a escolha retórica para caracterizar os adversários políticos de primeira ordem do Estado Novo prende-se à poesia de Camões e ao papel do velho do Restelo face às preocupações em relação aos chamados descobrimentos. Aqui, o velho do Restelo é posto como uma pessoa que seria contra o progresso e quase antipatriótico, e essa imagem é a comparação que é transmitida aos republicanos. Para além de ser interessante o esforço metafórico de argumentar que desde então haveria sempre um velho do Restelo, como se de um grupo coeso se tratasse para defender o recuo português, a mensagem inversa, de que a chamada epopeia marítima seria o caminho de progresso é também contrastada pelo facto de Portugal, mesmo a tendo feito, estar na situação que o próprio deputado lamenta.

Posta esta argumentação de lado, mais uma vez, o mar são os descobrimentos e o progresso de Portugal depende dele, à volta da conquista. Como um outro deputado o resume: “Fomos desde sempre enamorados do mar e dele nos tem vindo fama, glória e riqueza” (Assembleia Nacional 1958q, 1212). Embora a intervenção se inclua na discussão do plano de fomento, e em especial em relação às pescas, é evidente que a citação não se limita a relatar a fama e glória de pescar uma dourada grande. Nela, o deputado relembra, num único momento, as conquistas ultramarinas, em que o mar e o namoro por ele é diretamente transmitido a conquistas territoriais e o controlo de colónias, mesmo quando se fala de pescas.

Os descobrimentos e o mar estão permanentemente presentes. “Esse mar imenso que tem sido através dos séculos sua única fonte de receita” (Assembleia Nacional 1958j, 1178). O mar que serve como veículo de grandeza, e que deve ser derrotado sempre:

É verdade que o mar para os Portugueses é um gigante derrotado. Mas uma vez por outra o grande vencido teima ainda em experimentar a raça que o dominou. Não deixemos que o gigante nos separe.
(Assembleia Nacional 1958r, 412)

O facto de o mar ainda ter combatido os Portugueses pode só simbolizar as populações resistentes à colonização, que também já foram dominadas, tornando-se num imaginário do novo gigante que controla o mar. Repete-se, portanto, a imagem do mar simbolizar as colónias, e aqui, em concreto, as suas populações distantes, em geografia e em unidade política. Esta figura de um Adamastor também se encontra em momentos de pura nostalgia histórica

(Assembleia Nacional 1958s, 412), em que o Adamastor serve como único problema para uma colonização inteiramente ligada ao contacto pacífico entre os povos.

Outro imaginário dentro dos descobrimentos é a do ‘cérebro’ Infante D. Henrique, que volta a aparecer após análise breve do seu papel nas celebrações de 1940. Com ele, promove-se a projeção de Portugal ao mar, mesmo quando se trata meramente de uma tentativa de promoção de desenvolvimento económico, igualando um sonho de melhoria de condições de vida aos próprios descobrimentos: “Não teria sido, antes de realidade, um sonho a meditação do Infante, virado ao oceano e aos astros, na véspera do nosso voto ao mar?” (Assembleia Nacional 1958t, 412). Este voto ao mar resume-se em Sagres, que, independentemente da sua veracidade histórica, simboliza o esforço da expansão, que é descrito no contexto da construção de um monumento em Sagres ao infante:

Foi em Sagres que com uns e com outros estudou e assentou, depois de duras e repetidas experimentações, na ciência da navegação no alto mar, que permitiu enfrentar e sulcar com confiança o Atlântico desconhecido. (Assembleia Nacional 1958u, 688)

Seja pela pesca e economia, pela ideologia do sistema ou por simples retórica, na documentação parlamentar de um ano do Estado Novo, encontraram-se vários indicadores para o papel de uma identidade marítima portuguesa, que vê o seu maior esplendor no desenvolvimento das colónias. Ou como um deputado o resume, que os “Portugueses foram sempre grandes quando se voltaram para o mar” (Assembleia Nacional 1958v, 1145).

Segue a análise do ano de 1959, com a intenção de encontrar um balanço entre reforçar pontos já apontados e evitar repetições. O principal aspeto, com inúmeras vertentes, encontra-se com a continuação do discurso, também em alterações legislativas, da unidade nacional entre as colónias e a metrópole e a sua missão civilizacional (Assembleia Nacional 1959a, 930; 1959b, 434, 1959c, 479), inclusive a suposta distinção de províncias ultramarinas como argumento de não serem mais colónias:

Quando em 1951 se substituiu o termo «colónias» pelo termo «províncias» teve-se justamente o propósito e não deixar qualquer dúvida sobre a equiparação constitucional entre a parte europeia e a parte não europeia do território português. A terminologia anterior (colónias e império colonial) podia deixar supor que a metrópole detinha um império, isto é, um senhorio sobre os territórios ultramarinos e que estes, portanto, se encontravam sujeitos à dominação metropolitana. Era naturalmente outro o alcance destas designações, que pretendiam exprimir a sujeição destes territórios, não ao domínio político, mas à civilização portuguesa. De vários preceitos do Acto Colonial se depreendia que, quanto ao mais, metrópole e territórios ultramarinos estavam em pé de igualdade, constituindo elementos solidários da mesma unidade política (Assembleia Nacional 1959d, 788)

Um deputado até irá mais longe ao argumentar que sem essa vertente colonial, dificilmente alguém se poderia considerar português (Assembleia Nacional 1959e, 143). Um outro discurso defende, também, que “há nas províncias ultramarinas portuguesas lugar para brancos e para pretos” (Assembleia Nacional 1959f, 296), utilizando uma expressão particularmente infeliz na perspetiva atual para defender o luso-tropicalismo. Porém, já se encontram algumas preocupações, visto que, em discursos que continuam a celebrar a unidade nacional de um país pequeno, mas enorme, o perigo de revoltas comunistas no ultramar já é considerado (ver Assembleia Nacional 1959g, 850), e mesmo pareceres apontam para a necessidade de defender este colonialismo português supostamente baseado na igualdade de influências externas (Assembleia Nacional 1959h, 25), também nas Nações Unidas, alegando que se tratariam sempre de questões internas (Assembleia Nacional 1959i, 968). Os argumentos face à pressão externa tornam-se particularmente criativos, vendo o novo nazismo no suposto racismo vindo da Conferência de Bandung:

(O racismo (nazi)) Não morreu. Emigrou. Outro surgiu. E vai rondando as parcelas ultramarinas da nossa terra. Fora da etnia portuguesa surge cheio de ódio racial na Conferencia de Bandung, onde o nome de Portugal foi nomeadamente visado, em 1955. E ainda recentemente o vimos em ebulição à volta dos nossos territórios. Como muito bem o fez notar o ilustre Procurador Prof. Adriano Moreira no seu trabalho sobre Política Ultramarina, que constitui o primeiro volume dos «Estudos de Ciências Políticas e Sociais», o racismo afro-asiático foi quem ditou a palavra de ordem na Conferência de Bandung, em Abril de 1955 (Assembleia Nacional 1959j, 977)

A resposta do Estado Novo face a estas pressões segue duas tentativas. A primeira resume-se no esforço de incorporar a população nativa na política através de novos desenhos de nacionalidade (Assembleia Nacional 1959k, 178-179), que, contudo, não tiveram maior expressão na discussão parlamentar, e como é sabido, pouco alteraram. A segunda tentativa era de enviar mais colonos brancos para as colónias: “O povoamento das províncias de além-mar por colonos europeus é uma necessidade política.” (Assembleia Nacional 1959l, 63). Em boa verdade, a ideia era que isso pudesse resolver dois problemas de uma única forma: tanto iria supostamente pacificar a população nativa nas colónias, como daria uma oportunidade à população que, em larga dimensão, migrava de Portugal para outros países europeus ou das Américas em procura de melhores oportunidades. Segundo o Estado Novo, seria muito mais provável ter uma vida bem-sucedida nas colónias (Assembleia Nacional 1959m, 282). De qualquer maneira, como já apontado anteriormente, identifica-se a *migração*, tanto a interna como internacional, como um dos contextos que escaparam à análise previamente definida

como particularmente na discussão da identidade marítima, mesmo que tenha, em boa verdade, mais diretamente a ver com o designado ultramar.

Seria, contudo, um erro assumir que nesse ano já haveria um clima de tensão em relação ao mar. De facto, continuam a encontrar-se vários exemplos da continuação de quase um discurso poético em relação ao mar e a sua legitimação nacional:

Em boa verdade, Portugal não é exclusivamente europeu. Verdadeiramente nunca o foi. Os homens que empreenderam a fundação da nacionalidade cedo compreenderam que ela não poderia ser apenas europeia. Tinha de ser grande se queria existir. Fez-se ao mar. Foi ao mar e além do mar firmar a sua independência. Tornou-se, desta sorte, uma nação marítima e missionária. É o que fomos, o que somos e o que seremos. Nação tanto europeia como africana ou asiática. (Assembleia Nacional 1959n, 398)

Note-se que a escolha da expressão “foi ao mar, e além do mar firmar”, para além de ter um certo ritmo, volta a interligar o mar e a expansão colonial. A citação escolhida, contudo, permite falar também de outro fator relevante para análise, nomeadamente da presença de poesia na discussão parlamentar como veículo retórico.

Em relação à poesia, identifica-se dois dos principais poetas portugueses a serem incluídos no discurso sobre o mar. O primeiro, pela sua *magnum opus* ligada à exploração marítima, é Luís de Camões, que um dos deputados identifica como “o maior cantor do mar de todos os tempos e de todos os idiomas” (Assembleia Nacional 1959o, 909). Comparando Salazar a um marinheiro, a intervenção argumenta que com o chefe de estado ao leme, a conquista do mar, leia-se do ultramar, seria garantida (*ibidem*). Desde já encontra-se, portanto, uma equiparação de Salazar não só a um marinheiro e capitão, induzindo a identidade marítima ao próprio ditador, como também o interliga a uma das principais obras da literatura portuguesa. O mesmo acontece com Fernando Pessoa, que também é utilizado para a mesma função, identificando o mar como ligação entre a poesia e o comando do regime (Assembleia Nacional 1959p, 550), neste caso ao Presidente da República, Américo Tomás, entretanto eleito, mas sem deixar de reconhecer Salazar como líder “incontestável e incontestado” (*ibidem*).

A ligação entre a unidade nacional também se encontra através das forças armadas, quando deputados militares apresentam em vários momentos a defesa do ultramar como a missão principal das mesmas (Assembleia Nacional 1959q, 255), mas principalmente, nesta análise, através da marinha. Numa sessão da assembleia, em que foi discutido o Dia da Marinha, foi aproveitada para continuar a projetar a ligação da marinha aos marinheiros dos

ditos descobrimentos, em que os marinheiros são projetados como heróis, pelo que o mar é identificado com a própria independência:

A história da Nação está, em grande parte, intimamente ligada à nossa história marítima. A Marinha ajudou a edificar a Pátria Portuguesa dando-lhe, no mundo de ontem como no de hoje, projecção internacional e brilho esplendoroso. (...) Tendo contribuído com o melhor do seu esforço para o engrandecimento da Nação, ficou estreitamente ligada às páginas mais gloriosas da nossa história. Os descobrimentos e a expansão ultramarina foram sobretudo obra de marinheiros. Cedo aprendemos ser o mar condição vital da nossa independência. (Assembleia Nacional 1959r, 1020).

Repetem-se as identificações de Portugal como “nação atlântica, a nação marítima e missionária que fomos, que somos e que teremos de ser” (Assembleia Nacional 1959n, 399). Embora este discurso de marinheiros heróicos seja permanente, continua a haver argumentos que essa projecção não teria uma representação suficientemente digna, e já em 1959 encontram-se pedidos para a criação de um museu que valorizasse os descobrimentos, os marinheiros e as suas principais figuras históricas (*ibidem*). Isso concretizar-se-á em parte no ano seguinte, com a inauguração do Padrão dos Descobrimentos já na sua versão atual, embora é de notar estranhamente que essa mesma inauguração pouca consequência tenha tido no discurso marítimo da assembleia, se bem que o Infante ainda volte a aparecer nas discussões como símbolo de uma “civilização latina e cristã” (Assembleia Nacional 1959s, 830), que teria conquistado os mares para tomar territórios (*ibidem*).

Em termos económicos, volta a destacar-se a pesca, neste caso da sardinha, que é aproveitada na intervenção para simbolizar o esforço necessário para alcançar os sonhos (Assembleia Nacional 1959t, 499). Encontra-se, pela primeira vez, uma referência ao turismo, que, sem grande surpresa, identifica o mar como principal riqueza: “Os grandes cartazes de atracção turística são em Portugal os elementos naturais - o céu, o sol, o mar, os areais imensos, onde as ondas recortam filigranas de espuma” (Assembleia Nacional 1959u, 279). Contudo, será meramente uma breve aparência, e o turismo não terá maior atenção durante o Estado Novo.

Para resumir as principais contribuições encontradas neste ano, propomos a seguinte referência, que combina o mar com a suposta igualdade humanista, o papel dos marinheiros e a vontade colonial:

O mar é uma grande escola de virtudes humanas, e, no momento em que a Nação sente a necessidade de revigorar as suas tradições ultramarinas mais autênticas, os marinheiros portugueses, com o seu arreigado espírito de humanismo universalista e fraternidade racial, poderão desempenhar um largo

papel na evolução harmónica de um ultramar a que se sentem ligados por raízes que mergulham fundo na história. (Assembleia Nacional 1959v, 636)

O ano de 1960 tem menos referências ao mar que o anterior. Posto isto, ainda existem dois aspetos que valem a pena serem analisados aqui, em adição aos contributos já apresentados anteriormente, que não voltaremos a repetir, para manter uma leitura coesa.

O primeiro, embora já se possa ter encontrado nos anos anteriores, é a interligação da identidade marítima à religião, nomeadamente ao catolicismo, que vai além do papel missionário nas colónias. Durante um discurso em relação da bênção dos bacalhoeiros, que já tinha sido identificado identificado como uma cerimónia de interligação da pesca, da religião e do mar, que foi realizada por um Bispo nascido nos Açores, Manuel Trindade Salgueiro, um deputado, pelo facto de ter nascido nos Açores, argumenta que o bispo “esteve ligado às coisas do mar. Ele é também um pescador: pescador de almas para Cristo” (1960a, 564). A religião está permanentemente na argumentação do Estado Novo, fruto do seu regime conservador e a sua existência com o mar vai também além da pesca, sendo até considerado um dos principais fatores para Portugal, para além da religião. Volta a aproximar-se a religião com o mar, e por sua vez, com as conquistas marítimas:

Sr. Presidente: depois da existência e da Fé, um dos maiores dons de Deus aos Portugueses é sem dúvida, o mar. Através dele se dilatou a própria Fé e o Império, se fez cristandade e lusitanidade, se realizou Portugal ... Mas o mar não foi só o caminho aberto pelo infante navegador para dar no Mundo novos mundos: passou a ser a natural comunicação de Portugal com o mesmo Portugal que ficou vivendo nos novos mundos (Assembleia Nacional 1960b, 825).

O segundo contributo é já fruto da relatada pressão sobre Portugal em relação à presença colonial. Contudo, o discurso permanece convicto na unidade nacional, e na legitimidade portuguesa no Ultramar. É argumentado que toda a população se sentiria portuguesa, e que haveria um grande afeto à “Mãe-Pátria” (Assembleia Nacional 1960c, 590), tanto da população branca como a designada mestiça. O mesmo discurso em relação à Mãe-Pátria é encontrado em relação à Índia Portuguesa, que “entre o mar bravio e a muralha hostil da União Indiana” (Assembleia Nacional 1960d, 612), sempre soube permanecer nos grandes momentos históricos. A convicção, pelo menos oficial, é tão grande que, a pouco tempo de ser provado o contrário, o deputado de Leiria Silva Mendes, apresenta um discurso contra as supostas falsas notícias de vontade de rebelião nos territórios africanos, alegando que só poderiam ser notícias falsas oriundas da Rússia comunista (Assembleia Nacional 1960e, 503):

Sr. Presidente: tenho-me sentido dolorosamente impressionado com as notícias que, de vez em quando, aparecem na imprensa estrangeira referindo-se a agitações nas nossas províncias africanas,

preparação de movimentos revolucionários, etc., quando se sabe em todo o Mundo que, pelo contrário, há a maior segurança, paz e harmonia em todas as nossas províncias ultramarinas (ibidem)

Essa paz e harmonia não se constatou no ano seguinte, em 1961. Embora a presente sessão legislativa não incluísse a totalidade do ano, é possível encontrar as primeiras reações aos conflitos que iniciarão a guerra colonial. De tom mais agressivo, voltam a acusar-se as potências comunistas, mas também outros países africanos recentemente independentes (Assembleia Nacional 1961a, 417). Parece claro que os deputados sentem a necessidade de defender a honra do regime, que sentem que também é uma defesa do estado colonial, e também da história portuguesa: “Sr. Presidente: o maior património de qualquer nação é a sua própria história. Ora a história de Portugal é principalmente a gesta do ultramar português” (Assembleia Nacional 1961b, 343).

A defesa da história não permite ao Estado Novo qualquer outra reação do que a total preparação para a defesa do ultramar, e invoca, desde logo, os máximos pretextos possíveis. E evidente, portanto, que a assembleia persegue essa mesma política. O próprio Salazar discursa perante a assembleia, num momento já analisado anteriormente no capítulo respetivo, reforçando o equívoco de achar que o ultramar não poderia ser considerado português, até argumentando que, visto que a distância do Havai a Washington seria mais do que de Lisboa a Cabo Verde, não poderia haver dúvidas sobre a soberania (Assembleia Nacional 1961c, 924).

O discurso torna-se mais combativo, invocado a necessidade da total mobilização para a defesa do ultramar, visto que a própria história estaria em perigo (Assembleia Nacional 1961d, 493). É, por outras palavras, o destino de Portugal, a nação atlântica, cujas forças armadas seriam exclusivamente portuguesas, e em que traidores – como no caso de Henrique Galvão e o caso da Navio Santa Maria (p. ex. Assembleia Nacional 1961e, 448) não teriam hipótese em enfraquecer o país (Assembleia Nacional 1961f, 427), visto que:

A história é construída em gerações solidárias, em comunidade de pessoas, ideais, vontades, para a acção criadora e dinâmica. A história é a marca do homem no Mundo, é o espírito harmonizando e libertando, é o esforço épico para sair do egoísmo e da fatalidade material. Na história se afirmam os povos e se distinguem, isto é, honram-se! Portugal, fonte de espírito, madre bendita onde os povos se prolongam, consciencializam ascendem na civilização e na cultura; Portugal, nação atlântica e anunciadora de universalismo; Portugal disciplinado e idealista, amante da justiça, cadinho secular onde as raças se caldeiam e fraternalmente comungam; Portugal, lírica epopeia a repercutir-se pelos continentes e pelas campinas celestes - ah! Que não podemos deixar de obedecer a este ancestral destino! (idem, 428)

Noutro momento, mas com a mesma mensagem, um deputado justifica a defesa das colónias pelo facto que qualquer “afrota dirigida a qualquer parcela do ultramar português constitui um verdadeiro atentado contra a vida da própria Nação Portuguesa, porquanto todas elas são, de facto e de direito, membros vivos e inalienáveis de um só e mesmo corpo, que é Portugal” (Assembleia Nacional 1961g, 532), desejando que as forças armadas, com todo o apoio, derrotassem rapidamente os inimigos. As forças armadas que deveriam estar preparadas para tudo: “O sangue dos mártires da hediondíssima campanha que flagela o Portugal ultramarino mais revigora as expressivas cores da nossa bandeira” (Assembleia Nacional 1961h, 538).

Este discurso particularmente bélico, a que se poderia adicionar outros exemplos, acaba por ofuscar quaisquer outro discurso marítimo. Um deputado fala sobre a necessidade de os Açores terem mais apoio, especialmente na manutenção de portos e maior número de transportes marítimos (Assembleia Nacional 1961i, 331), e uma última vez existe um discurso, quase poético, em relação à pesca, que representam Portugal e as suas virtudes:

Boa gente do mar - marinheiros audazes e pescadores valentes e ousados -, bem merece, na sua grandeza e na sua humildade, que se não contradizem, ser olhados e atendidos perante as necessidades que acusam, de inteira satisfação aos seus legítimos interesses, que não devem ser esquecidos, como não pode apagar-se esse gesto de verdadeiro portuguesismo, que eles, em décadas passadas, deram ao Mundo, com espanto dos que não sabem o que representa, o vale a terra em que nasceram, Portugal eterno. (Assembleia Nacional 1961j, 879)

Recapitulando: durante toda a legislatura constata-se, portanto, uma referência contínua ao mar. Esse mar é principalmente simbólico do poder colonial, e é representado através de todas as facetas essenciais do Estado Novo, seja pela religião, pelo desenvolvimento económico – piscatório e colonial – ou pela permanente referência à história e à missão civilizacional- cujo papel no contexto da identidade se torna central, independentemente da palavra escolhida para a descrever, sobressaindo-se expressões como a ideia de uma nação marítima ou atlântica como paradigmáticos. Como se pode ver, os contextos de defesa cresceram com o início da guerra, mas já estavam presentes anteriormente. Através desta análise foi também possível identificar a insignificância do papel da investigação sobre o mar, que raramente teve relevo, por exemplo através do Instituto de Biologia Marítima e o seu financiamento (Assembleia Nacional 1961k, 813). A migração foi um dos contextos que tiveram interesse inicial no período em análise, mas com o aumento de conflitos bélicos outras preocupações se sobrepuseram à migração de mais colonos. Com o início da guerra, o discurso

concentra-se no que sempre já assumia: o mar e a identidade marítima são representações do passado e presente das colônias.

A identidade marítima na assembleia é um espelho da identidade marítima identificado no contexto do Estado Novo. Em praticamente todas as instâncias, através de referências ao mar, o nacionalismo português justifica a presença colonial, e legitima o próprio Estado Novo e a sua política: “Uma só política: a política do mar. Uma única bandeira: a bandeira da sua Pátria.” (Assembleia Nacional 19611, 417).

5.2. Discurso na Transição

Este período temporal, pela sua constelação tripartida em três assembleias, a última legislatura, cortada a meio, do Estado Novo, a Assembleia Constituinte, e o início da primeira legislatura da Assembleia da República, exige um cuidado especial. Ao todo, este período de análise contempla 277 documentos, mas as referências às palavras-chave são praticamente 40% das referências durante o período de análise do Estado Novo, e mesmo sem as palavras-chave em relação ao ultramar esse valor não aumenta, aliás, até reduz comparativamente. Por isso, não será surpreendente encontrar menos referências a analisar, tornando, em contrapartida, as que forem encontradas ainda mais expressivas. Contudo, esta fase de análise, pelas três assembleias, representando três momentos bastante diferentes, requer um estudo de cada momento em especial detalhe, para depois poder traçar conclusões sobre este momento de Transição, em que se verifica quanto do discurso é transposto de regime ao outro, e quanta reação existe face a isso.

Com a última legislatura do Estado Novo, o trabalho de análise depara-se perante uma situação muito diferente da anterior. Com Marcelo Caetano a substituir Salazar, tinha havido esperança de mudança, que já nesta legislatura tinha praticamente desaparecido. De uma maneira geral, o discurso aparenta ter mudado. Já não existe a constante veneração ao ditador, embora ainda apareça. Os discursos são menos líricos e, de vez em quando, até chega a haver discussões entre deputados, mesmo que sem grande projeção. A discordância entre deputados, a falta de apoio total parece apontar para um regime em declínio. Contudo, isso não significa que não haja continuação na narrativa base da identidade marítima.

De facto, a maioria dos assuntos parecem ser extremamente semelhantes à legislatura analisada anteriormente, visto que, praticamente de forma exclusiva, se discute a agora já longa guerra colonial:

Fazer as populações metropolitanas compreender que, ao contrário do que diz a propaganda inimiga - cá e lá -, a guerra que se trava no ultramar não é uma guerra de africanos contra metropolitanos ou destes contra aqueles, mas, sim, é consequência de uma situação que se criou, em que uns e outros são vítimas da agressão de fora, por estrangeiros encobertos sob a capa de humanitarismo, embora tendo podido contar com a colaboração de alguns portugueses - tanto africanos como metropolitanos, apátridas, renegados ou transviados -, mostrando-lhes que, do nosso lado, na Guiné, como em Angola e Moçambique, ambos os grupos humanos lutam; lado a lado, e morrem para que a Pátria sobreviva (Assembleia Nacional 1973a, 118)

A ideia do humanismo tinha nos anos 60 ainda uma ligação à virtude portuguesa do cristianismo, mas aqui já tem uma conotação negativa. Mesmo podendo apontar para a diferença entre humanismo e humanitarismo, verifica-se que no discurso ao longo destes últimos dois anos não se volta a usar essa expressão, preferindo outras. As Nações Unidas voltam igualmente a ser alvo de revolta, argumentando que a Carta dos Direitos Humanos seria uma motivação ao racismo retrogrado, e algo que toda a população portuguesa, incluindo a das colónias, seria contra (Assembleia Nacional 1973b, 368).

Nota-se também uma crescente identificação do mundo externo na sua totalidade como inimigo, “em que nações mais poderosas se despojam indiscriminadamente de territórios que lhes pertenciam, varridos pelo sopro de ventos de uma insânia ideológica que tenta avassalar o mundo” (Assembleia Nacional 1973c, 171). Com Portugal a ser o último país a resistir à descolonização há mais de uma década, o isolamento internacional português torna-se cada vez mais uma realidade do que propriamente uma escolha do regime. O lema permanece claro: “Ao falar de Portugal não há que distinguir entre o território europeu e os territórios ultramarinos” (Assembleia Nacional 1973d, 18).

Mantem-se a ideia da união de toda a população contra os rebeldes na necessidade de defender a pátria face a um inimigo externo. Não poderia haver diferenciação nos protestos face a ataques a certos grupos étnicos, visto que todos seriam contra, “seja qual for a cor da pele das vítimas que sofram as consequências da agressão” (Assembleia Nacional 1974a, 546). Visto que os “povos do nosso ultramar não foram subjugados” (Assembleia Nacional 1974b, 767), a invasão só poderia vir de fora, e os deputados argumentam que, como haveria soldados negros nas tropas portuguesas, não poderia haver dúvidas que isso seria verdade em todos os aspetos (*ibidem*).

O tom permanece bélico, e igualmente, com a vantagem temporal de análise, com algumas esperanças mal empregues. Enquanto que o martírio é exposto como uma necessidade, ligando a religiosidade ao falecimento – “Para os que pereceram em defesa da Pátria, erguem-se os nossos olhos para que, na visão de um supremo juízo, venham a ocupar o lugar dos eleitos” (Assembleia Nacional 1973c, 171) – esse mesmo é valorizado, visto que essa juventude que morre na guerra derrama o “próprio sangue para escrever belas páginas de heroísmo que se acrescentam àquelas que constituíram a nossa epopeia ultramarina” (Assembleia Nacional 1973e, 658). Os chamados heróis do ultramar são, portanto, equiparados aos marinheiros que participaram na exploração marítima, mas ainda mais aos soldados que ajudaram a conquistar e controlar as colónias pelas quais se luta:

É, pois, bem alto que grito - tão alto que todos os portugueses espalhados pelo Mundo me possam ouvir, ouvir o sentir daquela população bem portuguesa, arrasada de desgostos, de dor e de sacrifício - que Portugal jamais poderá abdicar na Guiné, uma província que não pretende e nem pode prescindir de ser portuguesa, consentindo que seja espezinhada e subjugada por salteadores e filhos transviados, que, em arremessos de injúria, em surtidas de ambição e em rasgos de cobiça, apenas intentam a desagregação de uma das mais belas parcelas do ultramar português. (Assembleia Nacional 1973f, 40)

Volta a encontrar-se também, como se pôde ver acima, a ideia do Estado Novo de entendimento total entre as etnias. Identifica-se uma população “que não tem preconceitos quanto à cor da pele, ao credo ou à etnia dos seus irmãos ultramarinos” (Assembleia Nacional 1973g, 223) e que cheio “de justiça, de bondade, de compreensão e de tolerância, é um grande povo, talhado para os mais altos cometimentos e a quem o Mundo há-de acabar por reconhecer os seus direitos, a sua razão, a sua verdade” (*ibidem*), alegando não encontrar qualquer índice de racismo em qualquer parte do território.

Mas, como referido, de vez em quando encontram-se tons mais críticos nos discursos dos deputados, como quando um deputado se queixa de que, embora Portugal já se encontrasse há vários anos em guerra, continuaria a não haver apoio suficiente, principalmente através da indústria de guerra, para as necessidades existentes, que dificultariam os esforços (Assembleia Nacional 1973h, 286). Uma outra discussão, já entre deputados, é sobre se se deveria descrever o conflito como uma guerra ou, como defende um representante, uma luta. Note-se particularmente como inicia o discurso, de forma impensável nos anos ‘50 e ‘60 analisados:

Não consentirei, Sr. Presidente. Apenas desejo dizer ao meu colega, que, aliás, muito aprecio pelas suas entusiásticas intervenções, que me referi à luta em que estamos envolvidos no ultramar. Não lhe chamei guerra na verdadeira acepção da palavra. Não é uma luta especificadamente militar, pois as forças armadas, muito além de usarem as suas armas em defesa das populações, esforçam-se em todos os campos, desde a educação às obras públicas, pelo progresso daquelas (Assembleia Nacional 1974c, 679).

A manutenção de “uma obra de civilização erguida e mantida por obra e graça de Portugal e que só com Portugal subsistirá” (Assembleia Nacional 1974d, 705), e consequentemente, do discurso marítimo, não se limita ao discurso em relação à guerra embora, por razões evidentes, seja o mais dominante. Em certos momentos a presente situação militar de conflito nas várias colónias é associada à necessidade de desenvolver, socialmente mas principalmente economicamente, esses territórios, para tentar vencer a guerra, que exclusivamente em termos militares, parecia difícil de ganhar, com uma outra discordância entre deputados resumir-se a essa questão: “Desejo acrescentar que talvez esteja em desacordo num ponto com V. Exa. trata-se de saber se será possível vencer a luta que se trava no ultramar através da força, através das armas, tenho as minhas dúvidas sobre este aspecto” (Assembleia Nacional 1974e, 637). Uma promoção económica que permitisse que a maioria dos revoltados se inclinasse para a governação portuguesa como uma estratégia para, a longo prazo, vencer a guerra, seria a opção mais sensata a seguir pelo regime.

Neste contexto, os deputados têm o trabalho difícil de defender que o regime já teria feito imenso na melhoria da qualidade de vida nas colónias, e ao mesmo tempo assegurar, sem criticar o que já tinha sido feito até então, que se poderia esperar melhores resultados. Por isso, ao mesmo tempo que se elogia uma “imagem renovada do ultramar português” (Assembleia Nacional 1973i, 41) pelas várias estruturas criadas e melhorias agrárias fornecidas, também se espera uma significativa melhoria da situação social, por exemplo com a entrada do pai do atual Presidente da República, Baltasar Rebelo de Sousa, como ministro do ultramar, tendo substituído Joaquim da Silva Cunha, que tinha assegurado a pasta pela maior parte da guerra (Assembleia Nacional 1973j, 67). Como se sabe, essa mudança de pouco serviu para a manutenção do regime.

Mesmo neste tempo de conflito, o discurso marítimo não se limita à guerra colonial, nem de forma completa à discussão das colónias. Embora de menor relevo, estes aspetos seguintes são de particular interesse, visto que alguns se podem identificar como uma atualização de contextos analisados durante o período de análise do Estado Novo, enquanto outros são uma certa inovação.

Embora, como referido, os elogios ao presidente do conselho tenham reduzido, ainda se encontra uma referência a Marcelo Caetano que com “habilidade política, pode manter a nau do Estado no rumo certo, através do mar proceloso em que navega” (Assembleia Nacional 1974f, 1087). De igual modo também representa uma rara alusão aos chamados descobrimentos, com a comparação da gestão ao comando de uma nau. De facto, a versão historicista parece ter reduzido relativamente, embora, em momentos de importância, ainda apareça – para além de ser difícil comparar uma situação de uma guerra longa com uma versão romantizada e vitoriosa da expansão marítima. Os “mares e oceanos” são visto como essenciais para a relação entre “civilizações” (Assembleia Nacional 1973k, 55) para justificar reforços nos transportes marítimos, enquanto as obras do designado Quinhentismo Português serviam como inspiração para, argumentava-se, Portugal continuar a servir como exemplo naquela altura para a Europa como avançar uma civilização. Também a relação com a ditadura do Brasil serve como identificação de uma aliança “alicerçadas na mesma língua, na mesma história e na mesma civilização, que lhes compete defender com a maior firmeza e coragem” (Assembleia Nacional 1974g, 400), reiterando uma das poucas relações diplomáticas que já se tinha verificado na análise anterior.

A migração reencontra-se como contexto, mas com diferenças. A migração para a Europa volta a ser caracterizada como recente – embora já tivesse sido identificada na análise anterior – e lamenta-se que, com essa tendência, se tenha “perdido o carácter eminentemente transoceânico das deslocações” (Assembleia Nacional 1973j, 79), visto que os portugueses iriam partir “à descoberta dessa Europa que fica para além dos Pirinéus” (*ibidem*). Nota-se, portanto, uma alusão aos chamados descobrimentos com a exploração da Europa pela população migrante, assim como a vontade expetada de ter a população migrar para outros territórios, de preferência para as próprias colónias. Argumenta-se, aliás, que, dando as necessárias condições – embora não se especifique ao certo que condições seriam essas – o migrante nas colónias, com esses incentivos, estaria “bem à altura dia sua missão criadora no mundo português, aqui ou rio ultramar” (Assembleia Nacional 1973l, 108). Nota-se, porém, uma menor esperança de captar migrantes para o ultramar nesta altura.

Para além de uma certa tentativa da migração para as colónias, encontram-se também interesses numa crescente migração para as ilhas, em especial para os Açores. Através dos deputados da própria região, encontram-se referências ao mar que não precisariam de

diretamente estar ligadas ao designado ultramar. Posto isto, um deputado interliga a migração para os Açores igualmente com os chamados descobrimentos:

E isto porque talvez seja chegado o momento propício para os Portugueses voltarem para o mar, não para, com o seu irrequieto espírito de missão, procurarem novos mundos para o Mundo, mas para pesquisarem e explorarem as suas recônditas e guardadas riquezas (Assembleia Nacional 1974h, 522).

A citação também segue a tendência do Estado Novo de identificar o mar como objetivo retórico embora, na realidade, se trate de uma avaliação do território terrestre subjacente. A frase, assim comunicada, poderia até estar a designar a exploração de recursos marinhos, mas de tal não se trata, visto que se está a pedir mais população para os Açores – e essa ilha seria a referida riqueza. O problema identifica-se, noutra circunstância (Assembleia Nacional 1974j, 496), no facto de, segundo a assembleia, haver poucos transportes marítimos, num discurso que, pela sua componente quase lírica, se assemelha aos discursos verificados anteriormente. O deputado defende, igualmente como a análise anterior, com uma referência aos descobrimentos, que “as asas do Atlântico que o transportarão, facilmente, para vir trazer o seu abraço saudoso, são ainda muito frágeis, raras e não parecem dos portugueses que rasgaram horizontes e deram mundos ao Mundo” (*ibidem*).

O facto de ter um discurso com maior vertente lírica não significa, porém, que o deputado seja propriamente positivo em relação aos Açores em si, visto que identifica as ilhas como tendo ainda “aspectos selvagens” (*ibidem*) e que “não os desejamos transformar em monumentos folclóricos, antes porém temos vergonha deles” (*ibidem*). Identifica-se, portanto, a mesma aversão à cultura popular dos Açores que tinha sido identificada em Ribeiro (1940), embora num contexto de argumentação a favor do desenvolvimento económico das ilhas, e não exclusivamente cultural.

Finalmente, e identificando uma certa inovação, encontram-se, nos últimos diários da assembleia do Estado Novo, momentos em que o mar é identificado por si próprio, e não como metáfora para outro contexto em discussão. Anteriormente, o mar em si raramente tinha desempenhado um papel relevante, e era pouco mencionado, quando muito como referência geográfica. Nesta legislatura, embora permaneça uma clara exceção, encontram-se discursos em que essa tendência não se verifica. Continuam a encontrar-se momentos em que o mar serve como componente geográfica, muitas vezes utilizada para justificar certas opiniões do Estado

Novo, como no exemplo de “Não há terrorismo no arquipélago de Cabo Verde, que tem o mar como única fronteira” (Assembleia Nacional 1973d, 19), mas também como componente para relatar sobre acontecimentos climatéricos. Num desses momentos, um deputado relata que só se saberia que haveria uma onda de estiagem em África visto que “Deus colocou como sentinelas vigilantes nesse «mar tão português» que é o Atlântico” (Assembleia Nacional 1974k, 568), aludindo às ilhas de Cabo Verde.

Em dois momentos, contudo, encontram-se contributos que demonstram um interesse de investigação sobre o mar, como se pode ver nesta intervenção retirada de uma sessão parlamentar sobre um plano de intervenção e requalificação da margem norte do Tejo, em especial a de Lisboa e Oeiras: “Cheguei mesmo a pensar se, fronteiro ao Museu da Marinha, hoje algo acanhado para o muito a conservar e expor, não ficaria bem um museu do mar (e dos rios) que o excessivamente reduzido Aquário de Vasco da Gama, no Dafundo, dificilmente comporta” (Assembleia Nacional 1974l, 876). Como se verificou na contextualização do período democrático, este desejo, mencionado *en passant* sem grande interligação, mas que continua a indiciar um certo interesse numa possível identidade marítima ‘não-colonial’, seria tornado realidade com a Expo ’98. Este interesse pelo conhecimento do mar encontra a sua maior exponente numa única intervenção em que são mencionadas as preocupações face às mudanças dos mares devido às alterações climáticas, numa proposta de lei de defesa do ambiente:

A preservação dos mares, que envolve interesses amplos e diversificados, impõe-se com carácter de acuidade, porque, nos últimos anos, os oceanos têm sido atingidos por numerosas agressões que põem em risco a sua permanência como elemento estabilizador e autêntica reserva patrimonial de toda a humanidade (Assembleia Nacional 1974m, 2).

Esta discussão não viria a ter grandes frutos, visto que pouco mais de um mês depois, aconteceria a chamada Revolução dos Cravos, e o regime do Estado Novo iria chegar ao fim. Com um último suplemento, a reunião da Assembleia Nacional do dia 26 de abril é cancelada (Assembleia Nacional 1974n, 1). Resumindo, verificou-se que, com o longo percorrer da guerra colonial, o discurso da identidade marítima perdeu alguma energia, se se identificar essa mesma guerra como fator principal. Embora haja outros temas, e em especial a primeira referência à proteção dos mares seja interessante, o papel do mar do Estado Novo permaneceu numa única onda de legitimação do regime.

Com a queda do Estado Novo, estabelece-se a Assembleia Constituinte que teria a difícil missão de definir as bases para um país com geografia, organização política e sociedade extremamente diferente. A entrada de vários partidos e ideias à assembleia obriga também, quando for oportuno para a análise, a identificar a afiliação partidária, para melhor compreender o fenómeno de possível alteração do discurso. Ao contrário do que se pode esperar, entre este contexto de enorme pressão, o mar continua a desempenhar um papel, de forma indireta ou mais evidente, em especial na procura do novo regime se apresentar como um novo contexto bem diferente do seu antecessor. Esta dificuldade encontra-se logo no primeiro momento de interesse para esta análise:

Por exemplo, no outro dia o Sr. Deputado Freitas do Amaral, quando tentou responder ao País na televisão, falou à boa maneira antiga em províncias ultramarinas, e claro que nós gostávamos que esse Sr. Deputado nos esclarecesse sobre o que é que queria dizer com isso, se foram ou não colónias, e se têm ou não o direito a ser países livres e independentes. E também gostaríamos que os outros Srs. Deputados se pronunciassem sobre isso (Assembleia Constituinte 1975a, 71).

A acusação ao deputado do Centro Democrático e Social (CDS), mas como se pode ver no final da citação, um pouco a toda a assembleia, é feita por Américo Duarte, da União Democrática Popular (UDP), e identifica imediatamente um dos pilares principais de diferenciação dos dois regimes. Com a queda do Estado Novo, não só caiu por terra, e ‘por mar’, a ideia do colonialismo português, numa enorme transição de pensamento do país até então, cortando o que o Estado Novo por várias vezes identificava como próprio destino do país, como também a própria expressão de Ultramar recebeu uma conotação ao regime anterior, tornando-se, rapidamente, num *tabu*. Essa alteração é praticamente imediata, e permanece até hoje em certos meios, como na academia – veja-se o presente trabalho – mas alguns partidos, como o próprio CDS, ainda deixavam ‘escapar’ a expressão por vezes, o que valeu esta repreensão dos deputados possivelmente mais radicais na sua retórica ao Freitas de Amaral. Isto também se reflete na totalidade da palavra-chave, visto que durante toda a Assembleia Constituinte, as outras palavras-chave como *mar*, *marítimo*, *Atlântico* etc. representam 74%, enquanto durante a última legislatura do Estado Novo meramente representavam pouco menos de 18%.

Contudo, o Ultramar, também às vezes por referências a instituições anteriores, acaba por aparecer no discurso. O exemplo mais interessante encontra-se na discussão sobre o nome da futura assembleia parlamentar da jovem democracia, que merece uma contextualização maior pelo seu desenvolvimento na discussão parlamentar:

Por outro lado, em direito comparado, e mesmo na história do direito português, recente, a expressão «Assembleia Legislativa» é a que é dada a assembleias de 2.º ordem. É dada às assembleias legislativas de estados federados. É o caso dos Estados Unidos, é o caso do Brasil e era a expressão adoptada nas províncias ultramarinas portuguesas no regime de Marcelo Caetano.

Uma voz: - As colónias!

O Orador: - Nas ex-colónias. Eu não tenho medo às palavras, porque estou a referir-me à designação formal. Era a expressão que era adoptada nas ex-colónias para designar os pretensos órgãos representativos das suas populações. Da mesma maneira que nós recusamos o termo «Assembleia Nacional», por ter a sua conotação com o regime fascista, recusamos a expressão «Assembleia Legislativa», por ter a conotação com a Lei Orgânica do Ultramar Português, de Marcelo Caetano. Era o termo que Marcelo Caetano adoptou para pretender iludir Portugal e o Mundo com a ideia de que havia qualquer Assembleia representativa nesses territórios, nas ex-colónias. Portanto, a mesma razão que nos leva a rejeitar Assembleia Nacional leva-nos a rejeitar Assembleia Legislativa (Assembleia Constituinte 1976a, 3878)

O orador em questão trata-se de Jorge Miranda, o conhecido constitucionalista português, que serviu na Assembleia Constituinte como deputado pelo Partido Popular Democrático (PPD), posteriormente Partido Social-Democrata (PSD). Encontra-se aqui, mais uma vez, uma contestação, desta vez sem ser identificado por quem, face à utilização da expressão províncias ultramarinas. Contudo, ainda consegue escapar à revolta, reformulando o seu argumento de recusa, passando a justificar que tanto a proposta de Assembleia Nacional e Assembleia Legislativa seriam de recusar devido a ligação ao “regime fascista” (*ibidem*). Mesmo identificando a instituição anterior, a diretiva permanece como ideia de rejeição dessa designação, numa tentativa de descolonização da própria linguagem política.

A ideia de descolonização está igualmente presente numa posição defendida por outro deputado do PPD em relação à situação política das ilhas, em especial dos Açores, onde se alega que até o próprio Movimento das Forças Armadas argumentaria que “não haviam sido apenas colonizados os povos do ultramar, mas sim todo o povo português, e que era urgente descolonizar Portugal” (Assembleia Constituinte 1975b, 1969).

O momento mais tenso sobre a questão do Ultramar encontra-se numa intervenção do deputado Gouveia de Melo, do CDS, permitindo notar que os acontecimentos ocorrem nos partidos que depois se desenharam no campo mais socialmente conservador da democracia. Num discurso permanentemente parado por intervenções de oposição de deputados do Partido Comunista Português (PCP), mas também do Partido Socialista (PS), dentro de um debate já acesso pela declaração de independência de Angola, o deputado descreve a expansão marítima

como “orgulho da raça portuguesa” (Assembleia Constituinte 1975c, 2619) em que do “assalto nos mares se passou ao assalto de feitorias e entrepostos” (*idem*, 2620), e que constitui várias críticas à ideia da necessidade de colonização, e descrevendo-a como um exemplo a não seguir, tendo feito várias erros, deixando os países à beira de guerras civis (*idem*, 2622), chegando a argumentar que Portugal teria saído “do ultramar porque não fomos capazes de permanecer no ultramar” (*ibidem*), que valeu fortes reações dentro do hemiciclo. Deixando a argumentação face à descolonização de lado, o mar volta aqui a desempenhar o mesmo papel que teria no Estado Novo, com a interligação da história dos descobrimentos como motivo de orgulho para Portugal.

O papel da história torna-se também, de forma direta, um papel de discussão dentro da assembleia quando, numa iniciativa vinda do CDS, da autoria de Pires de Moraes, se determina um pedido de esclarecimentos devido a uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura que sugeria a inutilização de expressões como *descobridores* e *descobrimientos*. Na sua pergunta, que no fundo se trata mais de uma crítica do que propriamente de um requerimento, o deputado utiliza a ironia para argumentar que essa decisão seria, na sua ótica, um erro, e que deveria ser o mais rapidamente retirada:

Considerando que tal facto não pode representar o processo de saneamento dos nossos antepassados descobridores (risos), pois não lhes podemos imputar acusações de fascistas, reaccionários ou contra-revolucionários; Considerando, também, que não podemos pensar na condenação, a título póstumo, além de tantos mais, de Vasco da Gama por ter descoberto o caminho marítimo para a Índia (risos) ou de Pedro Álvares Cabral, por ter descoberto o Brasil; Considerando que os descobridores portugueses e as terras descobertas marcaram uma época ímpar da nossa história e são o maior contributo de Portugal para o progresso, para o comércio e para os contactos entre todos os povos do Mundo, o que só nos deve orgulhar; Considerando que seria acto de inqualificável demagogia e inconcebível injustiça dizer-se o contrário ou sequer pô-lo em dúvida (Assembleia Constituinte 1975d, 1551).

Na perspetiva do deputado, encontra-se, portanto, um motivo de orgulho. A resposta segue-se já em 1976, com uma enumeração de vários argumentos que pretendiam visar as acusações do deputado, que se podem resumir na preferência da sobreposição da história em termos científicos e não em termos de uma visão nacionalista, sem perder o papel de criar uma consciencialização da nação (Assembleia Constituinte 1976b, 9). As argumentações do deputado do CDS são consideradas em parte como caluniosas (*ibidem*), recusando que tal proibição das palavras exista. Contudo, também defende, como mencionado, que o papel não seria de dar uma visão meramente positiva: “Se Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral não são consagrados como heróis, deve-se ao facto de ser possível, actualmente, uma análise

científica da expansão portuguesa” (*ibidem*). Por outras palavras, embora a ideia do ministério fosse, de facto, de recontextualizar os chamados descobrimentos, não tendo problemas de os designar dessa forma, o deputado teria acusado um ponto que não seria verdade. Para esta análise, porém, esta discussão do papel da história, que se prende de forma exclusiva à expansão marítima, reitera o papel do mar nessa visão da identidade portuguesa.

O papel do mar e a aprendizagem encontram-se também noutra discussão de interesse, entre o deputado do CDS Pires de Morais e a deputada do PS, Laura Cardoso. Num debate que no fundo se decorre em dois dias diferentes, sendo que no primeiro se encontra a inicial da deputada (Assembleia Constituinte 1975e, 2293), e no segundo do deputado do CDS (Assembleia Constituinte 1975f, 2333-2335). A pergunta base da discussão seria o papel da história no ensino primário em termos de função e finalidade. Enquanto a deputada do PS defendia uma visão em que a função da história seria de fazer primeiramente compreender o contexto local da criança, e só posteriormente avançar para uma história geral, argumentando que, com essa interligação e com o foco na utilidade, o progresso da criança seria facilitado e fomentado nos interesses particulares dependentes da sua situação social. O contra-argumento apresentado pelo deputado do CDS centrava-se no problema de que tal foco na educação traria um deterioramento da qualidade do ensino, visto que se iria educar através do mínimo possível, sem deixar progredir a criança no seu conhecimento. Durante a intervenção do deputado, a socialista intervém perguntando:

Se podemos dizer que Vasco da Gama foi descobrir o caminho marítimo para a Índia, não só para o engrandecimento e para espalhar a fé cristã, mas também porque ia atrás de mercados de escravos e atrás de ouro! Podemos dizer isso a uma criança na instrução primária? Não será mais útil, portanto, fazê-las compreender o meio em que vivem de ouvir tudo que as rodeia, que elas não compreendem, porque não compreendem, eu sei que não, queria que o Sr. Deputado me respondesse a esta pergunta (Assembleia Constituinte 1975f, 2334)

O mar e os descobrimentos voltam a ser o exemplo paradigmático do ensino da história, só que, interessantemente, a perspetiva de argumentação foi trocada. Neste exemplo, é a deputada socialista que argumenta que não se deveria dizer às crianças, principalmente do ambiente rural, que os descobrimentos teriam um lado mau – embora o argumento seja em direção que não se deveria dizer isso ou o lado bom também nessa idade – enquanto que o deputado do CDS defende essa análise científica, preferindo apontar para a necessidade de instruir melhor os professores, dando o exemplo próprio que, segundo ele, teria conseguido ensinar a colegas do exército que eram de Bragança o que seria o mar, embora não tivessem

tido qualquer ideia dele. Segundo o deputado, foi o facto de não ter desistido que tinha possibilitado ganhar esse fator essencial de conhecimento, saber o que é o mar (*idem*, 2235).

Um outro papel do mar, em especial o atlântico, seria a tentativa de trazer Portugal de volta à arena internacional, encontrando-se desde cedo a preocupação de trazer Portugal para dentro do contexto europeu. Muitos deputados, porém, apontam que tal alteração não poderia deixar de reconhecer também a sua vertente atlântica, argumentando que Portugal teria o seu destino traçado nessa dualidade, como argumenta um deputado do PS, (Assembleia Constituinte 1975g, 805-807), iniciando uma retórica que permanece até hoje na argumentação da política externa portuguesa, como se pode identificar no contexto democrático. Nesta ligação, a vertente atlântica, compreenderia, em especial, os países recentemente independentes, assim como o Brasil, nos países que mais tarde iriam formar a Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP). O mar, portanto, rapidamente se tornou a interligação para as relações que o Estado Novo anteriormente já designava de forma semelhante, provando que essa interligação permanecia aceite, embora claramente com outras vertentes em mente, acusando o Estado Novo de ter retirado a vertente europeia a Portugal, ignorando a geografia e evidência política (*ibidem*). Por isso, é importante não ignorar que a inovação neste contexto seria a introdução da Europa como pilar essencial de Portugal, mas que não deixa de incorporar o mar – e o que significa – como outra parte dessa nova realidade.

Encontram-se ainda, de forma mais dispersa e reduzida, outros contextos no papel da possível identidade marítima, sendo que ainda se pode reconhecer três de interesse:

Os marinheiros fazem parte de forma recorrente da argumentação dos partidos de esquerda, em especial o PCP, a fim de justificar a adesão social da população (Assembleia Constituinte 1974a, 85, 1975h, 2780) dando-lhes, por vezes, a mesma relevância que os trabalhos campestres, ilustrando o papel simbólico dessa profissão. Nestes casos, o contexto de marinheiro agrega também os pescadores, tão utilizados na propaganda do Estado Novo.

As ilhas são identificadas pela sua ligação ao mar. Os Açores são identificados pela sua importância estratégica dentro das relações internacionais (Assembleia Constituinte 1975i, 4150), enquanto a Madeira é “a pérola do Atlântico” (Assembleia Constituinte 1975j, 473), sendo que ambos os casos se inserem dentro da discussão do papel e direitos das regiões autónomas.

Por fim, encontram-se algumas – se bem que poucas – expressões de uma vontade de estimular um desenvolvimento económico através do mar, seja por transportes ou pelo turismo, mas de pendor reduzido (Assembleia Constituinte 1975k, 2127).

O mar permanece, neste contexto da Assembleia Constituinte, uma discussão política e identitária do novo regime, em que se pretende encontrar uma forma de formular o futuro do país, sendo que a identidade marítima, de forma indireta, desempenhe um papel importante na nova reformulação. Conquanto as colónias tenham alcançado finalmente a independência, o mar, de forma mais reduzida que no Estado Novo, mas de pendor quase subconsciente, continua a simbolizar o passado, notando-se esse fator em especial na discussão sobre o papel da educação. Como foi discutido no capítulo da análise conceptual, este fator da educação ser um fator essencial na criação e divulgação de uma narrativa nacional, e esta discussão presente do papel dessa mesma visão em Assembleia Constituinte, indica uma certa variação de ideias face à identidade nacional. A identidade marítima em concreto perde o seu principal significado, mas procura, desde logo, uma reinterpretação. Alguns aspetos desta discussão acabam, por ser introduzidos na e em prática, como é o caso da vertente atlântica das relações internacionais, enquanto noutros fica a discussão em aberto, em especial o aspeto histórico da expansão marítima.

Para terminar a discussão da identidade marítima no processo de transição, analisa-se agora os últimos seis meses de 1976, na entrada de ‘normalidade’ do regime, com o início da primeira legislatura da Assembleia da República. Embora seja um período curto de tempo, e a análise possa ser breve, permanece necessária para poder identificar e separar os temas que foram introduzidos e discutidos na Assembleia Constituinte pelo facto de se tratar da construção de um novo regime, em detrimento dos temas que permaneceram dentro do debate político depois desse mesmo se estiver estabelecido em termos essenciais.

O processo de descolonização permanece uma questão em que, em certos momentos de designação institucional, se reencontra a expressão do ultramar. Porém, a sua utilização é extremamente reduzida, sendo uma exceção encontrada na vontade de traçar avaliações da própria descolonização (Assembleia da República 1976a, 776) pelo CDS, reencontrando-se a ligação do vocábulo do Estado Novo com o partido centrista.

O outro papel da designação do ultramar encontra-se na discussão sobre os retornados, em que o líder do PPD, – ou PSD, que ao longo dos seis meses vai variando – Francisco Sá Carneiro, aponta para a necessidade de tomar mais iniciativas de os incluir na sociedade, utilizando sempre, porém, a expressão “ex-ultramar” (Assembleia da República 1976b, 626), notando, portanto, um certo cuidado em não utilizar a expressão como alguma tentativa de legitimação. Independentemente, o papel da migração volta a ser um fator identificado como de relevo na utilização de expressões de análise sobre a identidade marítima.

Os outros partidos, em contrapartida, em especial o PS e o PSD, encontram-se com maior interesse no futuro da chamada inserção europeia de Portugal. Nas palavras do deputado social-democrata Pedro Roseta: “É verdade que, depois de largos séculos virado para o Atlântico, para a expansão colonial, o povo português pode agora reocupar o lugar que lhe pertence na casa europeia” (Assembleia da República 1976c, 1388). Ao contrário da discussão apresentada na Assembleia Constituinte, portanto, encontra-se nesta intervenção exemplar a vontade de largar o passado atlântico, que é imediatamente identificado pela sua conotação colonial. É a própria adesão ao Conselho da Europa que suscita a outro deputado do PSD, Sêrvulo Correia, a defender a vertente europeia, argumentando que o fim da história do Estado Novo tinha também terminado com a história ultramarina:

Mas com estes actos históricos não se encerram definitivamente apenas cinquenta anos de ditadura: foi todo um capítulo longo de séculos de grandezas e misérias ultramarinas que se fechou, para abrir um outro, marcado pelo retorno de Portugal ao Velho Continente, sua matriz e doravante seu projecto. A aprovação pela Assembleia da República do Tratado de Adesão de Portugal ao Conselho da Europa enfileira, pois, com aqueles outros actos de transcendente relevância, franqueando com eles novos horizontes ao povo português (*Assembleia da República 1976d, 1350*).

O PCP, por sua vez, dentro dos seus interesses, raramente usa expressões que poderiam indicar uma vontade marítima, à exceção do papel dos trabalhadores. Contudo, por uma vez em termos retóricos, encontra-se a referência aos chamados descobrimentos. Embora a intervenção se foque na defesa da reforma agrária, pelas críticas que não haveria nenhum país livre e democrático a ter essas medidas, a argumentação é a seguinte: “Sr. Deputado, que também não conheço nenhum país, além do nosso, que tenha descoberto o caminho marítimo para a Índia” (Assembleia da República 1976e, 1165). Como simples exemplo de diferenciação de Portugal face a outros países, até um deputado comunista acaba por voltar à identidade marítima.

Por fim, indentificou-se ainda outros três aspetos em que o Atlântico, claramente a palavra de maior relevo qualitativo – embora quantitativamente não o seja – neste contexto. A primeira encontra-se no papel da NATO, que já pela sua designação obriga uma intervenção da designação atlântica. O CDS, mais uma vez, através de Francisco Lucas Pires, é o maior proponente deste discurso, e que acaba por levar a uma discussão já mais próxima de uma identidade marítima: “quanto à esfera do Atlântico, cabe perguntar se se considera o mesmo apenas função do interesse estratégico dos Açores e de integração na NATO ou se, pelo contrário, será esse Atlântico a expressão de um quadro político e civilizacional mais vasto” (Assembleia da República 1976f, 501). Volta, portanto, a encontrar-se neste partido a ligação do atlântico e um discurso civilizacional dentro da discussão da política externa portuguesa.

A mesma política externa é também origem de crítica por parte da UDP, apontado como um erro a normalização das relações com a Espanha e o Brasil, os principais aliados identificados durante o contexto do Estado Novo. Em relação ao Brasil, volta a ser apontada a distância através do Atlântico (Assembleia da República 1976c, 1384).

O último contexto foca-se na Madeira. A intervenção é feita por António Fernandes Loja, que na altura ainda era deputado do PPD, tornando-se independente e posteriormente deputado do PS na segunda legislatura. Na sua comunicação, o deputado da Madeira compara a exploração colonial com a das ilhas atlânticas, em especial a da Madeira. As ilhas tornam-se também nestes seis meses, portanto, um palco de discussão do passado e da identidade marítima:

Está muito bem que se fale de solidariedade, mas já traduz um estranho "continentalismo" (expressão que substitui a palavra "colonialismo" para designar a relação subordinante do continente para com a Madeira), já traduz um estranho "continentalismo", repito, que se fale nesta Assembleia de uma solidariedade que tem inequivocamente um sentido unidireccional, solidariedade da Madeira para o continente, quando se não menciona sequer a enorme dívida de solidariedade acumulada durante cinco séculos e meio de exploração "colonialista" das ilhas atlânticas pelos seus senhores continentais (Assembleia da República 1976g, 1215).

Assim, nos primeiros meses da Assembleia da República, embora ainda dentro do processo de transição, encontram-se já a identificação do posicionamento dos partidos para o futuro do país, deixando também indicações de uma possível identificação à identidade marítima. Embora o CDS seja o maior proponente de um discurso que se pode designar como mais semelhante do Estado Novo, é notável que todos os partidos, de forma indireta ou direta, ligam o mar a certos e determinados aspetos. O PS e o PSD, neste momento, focavam-se na identificação europeia, enquanto o PCP também, de forma provavelmente surpreendente,

chegou a usar a história dos chamados descobrimentos no seu discurso. Portanto, identifica-se que, embora o contexto político seja diferente, alguns aspetos, em especial em termos da identidade nacional, permaneceram.

Esse mesmo balanço, pode-se, portanto, traçar no período de transição em geral. Num período de evidente conturbação, o regime do Estado Novo acaba por só se conseguir concentrar na guerra colonial, embora se encontrem alguns outros aspetos, como a primeira preocupação da preservação dos oceanos. Durante a fase constituinte da nova democracia, assim como os primeiros tempos da primeira legislatura, o mar tonar-se um dos casos de estudo de poder analisar o desenvolvimento de posicionamentos políticos dos vários partidos, enquanto a maior parte dos contextos analisados no trabalho também servem como estudo da tentativa de posicionamento face ao Estado Novo e à situação política da revolução posterior.

5.3. Discurso em Democracia

Deixando o século XX para trás, segue-se agora com a análise da mais recente legislatura concluída. Com 417 documentos, é a legislatura mais documentada, em que se identificaram 2015 momentos de palavras-chave, com uma maior distribuição entre as mesmas. Ao contrário do Estado Novo, em que se podia verificar uma certa progressão ao longo dos anos analisados, e do período de transição, em que era possível subdividir os momentos em três fases diferentes, o período desta legislatura obriga a uma análise mais condensada e centrada, visto que certos aspetos se tornam repetidos mais frequente- e amiudamente – principalmente os argumentos utilizados pelos partidos – daí que, embora se possa começar com uma análise através dos temas apresentados já em 2015, seja fulcral identificar as suas conexões ao longo da legislatura inteira. Adicionalmente, a continuação de identificação e categorização das várias posições partidárias são de relevo, também tendo em conta o contexto apresentado anteriormente no capítulo sobre a política no regime democrático, assim como as tendências verificadas no período de transição.

A palavra-chave identificada no período de transição como sendo essencial para a política do pós 25 de Abril, foi o *atlântico*. A primeira intervenção de relevo encontra-se ainda

no breve segundo governo de Pedro Passos Coelho, numa coligação entre o PSD e o CDS, e é comunicada pelo próprio Primeiro-Ministro na sua apresentação de programa de governo:

Compromisso também com o aprofundamento de um Portugal europeu e atlântico, seja enquanto parceiro ativo e respeitado no seio da União Europeia e membro fundador e participante da União Económica e Monetária e do euro, seja enquanto ator empenhado e com história nas relações transatlânticas, tanto no seio da NATO como na dimensão de abertura ao mundo que a janela atlântica sempre representou para os portugueses (Assembleia da República 2015a, 10)

Encontra-se a mesma dualidade identificada anteriormente na Assembleia Constituinte, parecendo que, agora que Portugal já estaria incluído na chamada família europeia, poderia também voltar a concentrar-se na sua vertente atlântica, que Passos Coelho justifica pela presença da NATO, uma vertente coerente ao longo de todo o período em análise, e uma perceção vaga de “abertura ao mundo” (ibidem). Embora de forma indireta, esse aspeto só pode ser uma alusão à expansão marítima.

O discurso atlantista, embora o governo de Passos de Coelho nem tenha de facto entrado em funções, permanece nas poucas sessões parlamentares restantes da sua governação, em especial em relação à NATO. Também o CDS defende essa importância. Numa intervenção pela voz de Nuno Magalhães num debate sobre segurança internacional, o deputado argumenta que o “mundo ocidental precisa de uma Europa segura e de uma aliança atlântica forte” (Assembleia da República 2015b, 26), enquanto que João Rebelo, seu colega partidário, expande a noção de atlântico para a CPLP, justificando que Portugal teria uma maior posição central no contexto do atlântico do que no europeu, apontando para a necessidade da lusofonia ser um fator essencial para Portugal e para a sua política externa (Assembleia da República 2015c, 5). A política externa deve, portanto, como se identificou no contexto da democracia, reger-se pelos três pilares: europeu, atlântico e lusófono (*idem*, 2). Nota-se, neste sentido, que dentro do discurso atlântico se engloba uma visão mais específica de um pilar lusófono, evidenciando uma clara ligação entre o oceano e os países de expressão portuguesa.

O mesmo discurso encontra-se, de forma regular, na tentativa do CDS de marcar o 25 de novembro de 1975 como passo importante do estabelecimento da democracia. Em 2015 declaram, com apoio do PSD, que “é um Portugal plural, democrático, europeu e atlantista que queremos construir no futuro e é para ele e por ele que a seguir continuaremos a lutar muito pelo 25 de Novembro” (Assembleia da República 2015d, 16). Em 2016, apresenta a seguinte moção a votação, mais uma vez juntamente com o PSD:

Nestes termos, a Assembleia da República assinala o 25 de novembro como marco decisivo na consolidação de Portugal como um País democrático e plural, inserido nos grandes espaços de afirmação internacional, o europeu, o atlântico e o lusófono, cumprindo o respeito pelas regras democráticas que o 25 de abril permitira criar (Assembleia da República 2016a, 54).

Nota-se, para além da alteração ortográfica para o “novo” acordo ortográfico na comunicação, uma tentativa de incluir uma moderação com a última frase. A moção é aprovada, devido principalmente à abstenção do PS. Em 2017, quando praticamente a mesma moção é apresentada meramente pelo CDS, com exatamente as mesmas frases que foram citadas acima como conclusão (Assembleia da República 2017a, 42), esta volta a ser aprovada, desta vez com o voto a favor do PS. Para além do jogo político evidente dos partidos em questão face ao mesmo discurso político, é, pelo menos, reconhecido um certo consenso dentro dos partidos principais moderados e conservadores no papel do atlântico como base da política externa. A partir de 2018, seja pela aprovação do PS ou por uma mudança de retórica do CDS, a moção já não volta ao palco parlamentar.

O atlântico continua a desempenhar um papel importante no discurso da identidade marítima em vários outros momentos. O facto de Portugal ser um país europeu, mas também atlântico, e por consequência, um ator respeitado em regiões do mundo onde Portugal teria sempre ‘ido’ de forma regular e competente (Assembleia da República 2016b, 19), é um fator a considerar para o CDS, neste caso no mercado energético. De uma forma geral, a posição geográfica é várias vezes mencionada como fator essencial para o futuro de Portugal, e esse aspeto não se limita ao próprio CDS. João Paulo Correia, do PS, argumenta num debate sobre a competitividade portuária que Portugal “tem uma posição geoestratégica privilegiada, a fachada atlântica está incluída na rota de comércio global e o comércio internacional com base na navegação marítima vive um cenário favorável” (Assembleia da República 2017b, 32), não obstante esse facto não seja suportado por uma visão historicista do caso, e se limite ao potencial económico atual. Para encontrar uma intervenção do PS com uma certa motivação histórica, destaca-se a de António Costa no dia 26 de abril de 2017. A intervenção segue uma pergunta do CDS sobre a alteração e fomentação de uma estratégia atlântica para Portugal, que é identificada como grande desígnio (Assembleia da República 2017c, 36) e que já tinha sido apontada como um problema após a saída do Reino Unido da União Europeia, o chamado *Brexit*, pelo mesmo deputado centrista Pedro Mota Soares anteriormente (Assembleia da República 2017d, 21). O Primeiro-Ministro responde a essa acusação de falta de estratégia da seguinte forma:

Quanto à matéria fundamental da estratégia atlântica, queria dizer-lhe que sim, temos uma estratégia atlântica. Foi essa a estratégia que construímos com os parceiros dos Estados Unidos, com os parceiros da América Latina, com os parceiros africanos e é essa a visão que temos do Atlântico, não meramente europeísta, mas como ponto de ligação entre a Europa e outras regiões do mundo. É assim que temos feito ao longo da História, é assim que continuaremos a fazer no futuro e o projeto que ainda há pouco referimos relativamente à localização do Air Center nos Açores visa precisamente sublinhar essa nossa dimensão atlântica (Assembleia da República 2017c, 40-41).

Embora o argumento final também se justifique por uma iniciativa económica recente, a ideia de Portugal como ponte, sob a qual passa o atlântico, acaba por indicar uma vertente identitária clara. O próprio Primeiro-Ministro não é o único do seu partido a fazê-lo neste debate sobre o Brexit, como ainda a deputada Carla Tavares a lembrar a importância histórica da aliança com a Inglaterra através do atlântico (*idem*, 39).

O deputado Pedro Mota Soares é especialmente ativo no discurso sobre o atlântico como fator de diferenciação – “Basta, aliás, olharmos para o mapa. Portugal, que é, muitas vezes na geografia europeia, um país periférico, é, certamente, um país central na geografia atlântica” (Assembleia da República 2017e, 49) – numa tentativa de trazer importância ao país. Mas Pedro Mota Soares não é o único. Também Manuel Rodrigues, deputado do PSD, aponta para a “centralidade geoestratégica de Portugal no eixo atlântico” (Assembleia da República 2017f, 21) num debate sobre acordos económicos internacionais com o Canadá, e Paulo Neves, do mesmo partido, após argumentar de forma semelhante a periferia portuguesa em relação à Europa e a centralidade geográfica no atlântico, espera que o governo aposte “muito mais numa política atlântica do País e o oceano Atlântico pode ser, de facto, também, o oceano do século XXI” (Assembleia da República 2018a, 23). E, pelo PS, a deputada Elza Pais celebra, já mais para o final da legislatura, que afinal o mar sempre seria, na ótica do governo, central nos vários eixos: “Nesta governação, Portugal retomou o clima de confiança e de esperança, a convergência com a Europa, com o eixo atlântico e com o mundo que se tinha perdido” (Assembleia da República 2019a, 29). Fica a dúvida se o mundo perdido mencionado se refere à generalidade das relações internacionais – num paralelismo com o fim do Estado Novo e o fim do isolamento internacional – ou em especial com as antigas colónias, retomando a ideia do mundo português, visto que se segue nos três eixos – uma diferença substancial que poderia influenciar a ideia da identidade marítima, assim como o discurso, que possivelmente terá ficado vago, quase poético, como instrumento de retórica.

O atlântico encontra-se ainda em outras discussões de relações internacionais, permanecendo sempre um elemento central do discurso. Por exemplo, numa intervenção a pedir a objeção do governo à possibilidade da criação de um exército europeu, o PSD defende a necessidade da manutenção da soberania, mas também, sem grande ligação ao debate, a “vocação atlântica, exponenciada com o alargamento da nossa plataforma continental, e a nossa rela o privilegiada com os países da CPLP” (Assembleia da República 2019b, 49), dois fatores já identificados no contexto democrático como possíveis fatores de promo o de uma identidade marítima. A CPLP é particularmente de interesse, visto que em 2016 se se celebraram os 20 anos da sua existência, que mereceu esta interven o pelo próprio Presidente da Assembleia da República, o socialista Eduardo Ferro Rodrigues:

Assumimos a nossa condi o de Estado democrático europeu aberto ao mundo, mas essa condi o europeia não é, contudo, incompatível com a nossa voca o atlântica e também com a nossa voca o universal, pelo contrário.

A independência dos povos de língua portuguesa também não implica uma política de costas voltadas em rela o a Portugal. Sar mos e continuamos a sarar as feridas do colonialismo, em nome dos laços históricos e culturais que unem os povos de língua portuguesa, em nome dos interesses estratégicos comuns. Portugal reforça-se na Europa graças à sua voca o atlântica e universalista e podemos dizer também que se reforça no mundo através dessa voca o (Assembleia da República 2016c, 3-4)

Existe, logo, segundo Ferro Rodrigues, através de discursos que permanecem marítimos, uma tentativa de enquadr -los ao novo contexto, descolonizado e democrático. Contudo, não existe muito mais debate sobre o assunto posteriormente.

Para concluir a análise focada no contexto da palavra-chave do atlântico, sobrepõe-se o aspeto de política e economia externa. O atlântico  , também, usado para descrever as ilhas dos Açores e da Madeira, e nesse aspeto encontra-se uma espécie de versão ‘moderna’ da ideia de Portugal não ser um país pequeno:

Comemorar e assinalar as autonomias   destacar os arquipélagos dos Açores e da Madeira, é destacar a portugalidade insular e marítima atlântica. Não nos podemos nunca esquecer: somos muito maiores no mar que em terra. Já temos a terceira maior zona económica exclusiva da Europa, mas vamos ficar muito maiores. Com o acrescento da plataforma continental, Portugal passa a ser 40 vezes maior no mar que em terra (Assembleia da República 2016d, 26).

Também a plataforma continental irá ainda encontrar-se com outras palavras-chave, mas esta cita o já se situa numa visão concreta de uma identidade marítima portuguesa. Pela ideia de grandeza através do mar e da transmissão de uma ‘portugalidade’ a partir dessa mesma,

a identidade nacional, e neste caso também regional, é destacada pelo deputado do PSD Paulo Neves, que volta a defender o círculo pelo que foi eleito, a Madeira. Mas também o Primeiro-Ministro António Costa, numa das suas primeiras intervenções, identifica a mesma *uniqueness* (David e Bar-Tal 2009): “As autonomias regionais são um importante ativo no nosso País e na nossa projeção atlântica” (Assembleia da República 2015e, 5). Mas este exemplo não se limita às ilhas. Seja na tentativa de António Costa em fomentar uma valorização do território em que são incorporados o mar e a fachada atlântica (Assembleia da República 2016e, 29) ou do deputado do mesmo partido, Hugo Pires, sobre a possibilidade de crescimento da economia azul – a que voltaremos – na “frente atlântica” (Assembleia da República 2016f, 16). Mas nem sempre a vertente é positiva, visto que o Bloco de Esquerda (BE) aproveita o conceito de *atlanticidade* para indicar falhas nas políticas públicas, apontando para a falta de planeamento para além da gestão de território marítimo (Assembleia da República 2018b, 22), num momento raro dos partidos à esquerda do PS entrarem no discurso sobre o atlântico, e marcadamente de forma irónica e crítica.

Resumindo até agora, nota-se, portanto, que todos os partidos que desempenharam funções governamentais se encontram em consenso no que respeita à importância do atlântico, variando ligeiramente na conotação histórica do discurso, sendo que os partidos mais conservadores fazem mais referências históricas, mas que os outros partidos ainda não se pronunciaram no seu papel tanto, exceto a crítica referida anteriormente por parte do BE.

Um outro aspeto também já discutido nos regimes anteriores, é o papel da marinha. Em termos quantitativos verifica-se a sua presença em vários debates sobre a gestão da própria Marinha nas Forças Armadas, como quando o Bloco de Esquerda criticou a crescente militarização da Polícia Marítima através do apoio da Marinha (Assembleia da República 2018c, 29). Uma outra forma substancialmente mais rara que nos outros períodos de análise encontra-se com a discussão em relação a uma marinha mercante, embora em contexto de segurança e defesa contra a pirataria – “Não é uma escolha aleatória e, se queremos fortalecer a marinha mercante e a pujança do setor marítimo nacional, é também obrigatório responder em termos legislativos aos desafios que a pirataria contemporânea acarreta” (Assembleia da República 2019c, 36) – e portanto fica mais dentro do contexto de defesa do que da própria economia.

Um momento de interesse para a análise encontra-se, contudo, com a celebração dos 700 anos da Marinha Portuguesa. A Comissão de Defesa Nacional propõe a aprovação de um voto que se resume na celebração desse aniversário, documento este aprovado por

unanimidade. Nesse voto, celebra-se uma continuidade histórica desde a criação de uma armada permanente por D. Dinis em 1317, descrevendo a detalhe esse acontecimento, que no fim, é designado como “visão estratégica que elevou Portugal a potência naval e abriu o caminho do mar e do futuro, como expressão concreta dos desígnios nacionais” (Assembleia da República 2017g, 34):

A partir daí, todos os feitos que moldaram Portugal enquanto nação têm como ator principal ou interveniente fundamental a Marinha Portuguesa. Num tempo de mudanças globais constantes, a Marinha mantém-se uma referência perene na defesa dos interesses de Portugal, mas ao mesmo tempo um exemplo de adaptação e de abertura à nova abordagem dos oceanos, da segurança nacional, da manutenção da paz e das ações de carácter humanitário. Assembleia da República congratula-se deste modo com a comemoração dos 700 anos da Marinha Portuguesa, realçando o seu histórico e determinante papel na defesa do País e na configuração da nação que Portugal é hoje, não esquecendo os homens e as mulheres que, abnegadamente, tornaram possível a concretização de tais desígnios ao longo dos últimos sete séculos (ibidem).

Identifica-se, portanto, que a marinha é reconhecida como principal ator para a história portuguesa, com clara ligação à expansão marítima, mas que ao mesmo tempo, é imediatamente interligada com a ideia de ações humanitárias. Essa interligação acaba por desempenhar um papel duplo, por criar uma ligação história direta aos acontecimentos mais recentes, criando uma espécie de mito de continuidade, ao mesmo tempo que tenta adaptar o discurso a uma versão mais democraticamente aceitável, indiciando a defesa de direitos humanos.

Esta ligação de um mito longo histórico com a defesa encontra-se também noutros momentos, como quando um deputado do PSD, membro da comissão de cultura, Rui Silva, traça uma ligação entre as revoltas de Viriato, a expansão marítima e as intervenções das Forças Armadas na República-Centro-Africana (Assembleia da República 2019d, 31-32), para depois declarar que Portugal não seria um país “beligerante mas nunca renegámos defender princípios e valores como a democracia, a liberdade, a solidariedade e a justiça” (*idem*, 32). Dependendo do tempo que a avaliação de ‘nunca’ se aplicaria, tal facto seria um erro factual no próprio continente em questão. Até o próprio Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, no seu discurso inaugural, segue a mesma linha, “nas batalhas da expansão continental ou da defesa e restauração da independência, como nas epopeias marítimas ou, nos nossos dias, nas missões de paz, ou humanitárias” (Assembleia da República 2016g, 9). O facto de também o chefe de estado a proferir esse discurso historicista acaba por atestar a extrema importância e aceitação generalizada do mesmo. Na celebração do 25 de Abril do mesmo ano, Rebelo de

Sousa assevera que este mesmo discurso identificado à ideia de uma vocação universal, com a vertente europeia, lusófona e atlântica, seria acolhido por praticamente todos os portugueses (Assembleia da República 2016h, 23). O discurso, segundo o Presidente da República, encontra-se, portanto, perfeitamente partilhado e aceite por toda a sociedade.

A ligação entre a figura de chefe de Estado e do mar encontra-se ainda mais vezes nos discursos proferidos na própria Assembleia da República. Na já referida inauguração, Marcelo Rebelo de Sousa elogia o seu antecessor, ao interligar a suposta grandeza portuguesa através do oceano como uma prioridade nacional e de Aníbal Cavaco Silva:

Raízes nesta terra e neste mar, que formam um verdadeiro arquipélago com três vértices — continente, Açores e Madeira —, e abarca o Oceano que nos fez e faz grandes. Daí o podermos e devermos continuar a assumir o mar como uma prioridade nacional, uma prioridade querida a Vossa Excelência, Sr. Professor Aníbal Cavaco Silva (Assembleia da República 2016g, 10).

Mas não se encontra o mar exclusivamente em referência ao ex-Presidente da República, Aníbal Cavalo Silva. Também no falecimento de Mário Soares se interliga uma das principais figuras da democratização portuguesa com o mar. No voto de pesar, lê-se: “O Portugal democrático, tolerante e solidário, e o País do mar, europeu e aberto ao mundo, é o País de Mário Soares” (Assembleia da República 2017h, 3). Igualmente nas intervenções de deputados em homenagem a Mário Soares, como na de Carlos César, do PS, se encontram referências à necessidade do mar pela geografia e história na importância da *atlanticidade*— “Portugal, Estado europeu. Sim! Portugal, Estado atlântico. Claro!” (*idem*, 12) – ou até também na do CDS, através de Nuno Magalhães, reconhecendo a importância de Mário Soares para o Portugal atlântico e europeu (*idem*, 8). A interligação do mar e Portugal associa-se, portanto, a vários chefes de Estado, fortalecendo a ideia de continuidade histórica.

O mesmo acontece também com um convidado internacional, durante a visita do monarca Filipe VI de Espanha à assembleia. Nos seus elogios ao país anfitrião, o monarca espanhol relata que ganhou “gratidão invariável à hospitalidade do povo português e a admiração pela tradição marítima portuguesa e pelos seus grandes navegadores” (Assembleia da República 2016i, 5). Destaca-se através desta intervenção que também agentes políticos estrangeiros, pelo menos quando em solo português, reconhecem esse período histórico como vertente de demarcação da identidade portuguesa.

Antes de avançar para discursos de facto diferentes dos regimes anteriores, dever-se-á anotar uma análise de momentos em que a história serve como fator da promoção de uma identidade marítima. “A língua portuguesa é uma janela aberta para o mar. É uma janela aberta

para o mundo. É parte integrante da nossa história, da nossa identidade coletiva, do nosso imaginário” (Assembleia da República 2016c, 5). Neste discurso já discutido anteriormente de Paulo Pisco, PS, sobre a CPLP, reencontra-se uma referência indireta à frase de Vergílio Ferreira com que foi iniciado este trabalho. O mar, em geral e em concreto como palavra-chave de análise, encontra-se permanentemente na ligação com a história, e Vergílio Ferreira não é o único grande literário a ser aproveitado para esse discurso, como no exemplo patente na intervenção do PSD na discussão da expansão do Panteão Nacional ao Mosteiro dos Jerónimos, com referências a Fernando Pessoa:

Quanto a esta iniciativa que é hoje apresentada, parece-nos correta esta orientação que visa alargar o estatuto de Panteão Nacional ao Mosteiro dos Jerónimos, que, para além de ser um ex-libris da afirmação nacional, enquanto magno império na descoberta dos oceanos, quando o mar finalmente uniu e jamais separou, citando Fernando Pessoa, em a Mensagem, é igualmente uma imponente obra que supera pela sua arquitetura e, acima de tudo, pela sua beleza artística, sendo que no seu interior — e é aquilo que releva para o caso — se perpetuam individualidades ímpares que pugnaram pela supremacia da nossa Nação, como todos nós reconhecemos em Vasco da Gama, Luís Vaz de Camões ou Alexandre Herculano (Assembleia da República 2016j, 3)

A afirmação nacional, a inseparabilidade, Vasco da Gama: tudo ligado ao mar com um discurso poético. De modo semelhante, citando Camões e Pessoa, o PSD descreve as praias como parte da identidade marítima, num discurso que o próprio deputado designa como lírico. Rui Silva vai identificando o mar como parte da identidade nacional e global, passando de feitos heróicos pela epopeia lusitana e de Homero, com direito a crítica irónica do PCP, a sugerir uma viola a acompanhar (Assembleia da República 2018d, 5-6).

Ainda no PSD também se encontra a vontade, ao discutir uma estratégia nacional marítima, a que se chega adiante, de tornar Portugal num país grande pelo veículo que sempre o fez grande (Assembleia da República 2018e, 7), o mar: “Portugal é um País de mar e sempre foi grande quando apostou seriamente no mar e teve estratégia nacional marítima. É tempo de voltar a tê-la!” (Assembleia da República 2018f, 23). E também o PS reencontra o ‘mar português’ ao discutir o mar: “Falamos de um assunto de mar, falamos da economia do mar, falamos da concretização do mar português” (Assembleia da República 2018g, 21). Igualmente neste assunto toma a palavra Marcelo Rebelo de Sousa, ao descrever Portugal como uma ponte entre civilizações e oceanos, sem deixar de sublinhar o grande orgulho na história portuguesa (Assembleia da República 2017h, 20):

Outra, a nossa, a que esteve na base da nossa expansão, por oceanos e continentes, com todas as limitações que conhecemos e assumimos, e das nossas comunidades espalhadas pelo mundo, é a de

amar a Nação de coração aberto, de alma universal, não renegando as nossas raízes identitárias mas sabendo que elas foram feitas desde antes da independência, de um somatório, entre outros, de traços culturais gregos, romanos, fenícios, lusitanos, germânicos, celtas, mouros, judeus, e, mais tarde, africanos, asiáticos e americanos. Um nacionalismo patriótico e de vocação universal, não um nacionalismo egocêntrico, agarrado a um pretense passado, recriado, porque não real, e insuscetível de enfrentar o futuro (idem, 19)

Com os mesmos recursos narrativos já recorrentes no Estado Novo, Marcelo Rebelo de Sousa – e o regime democrático em geral – tenta reinterpretar a história portuguesa numa versão mais aberta ao mundo. Mesmo que o Presidente da República português reconheça as limitações da expansão, é importante verificar esta similitude de vocábulos e ideias.

O padrão repete-se de forma mais, ou menos, eloquente, seja por Paulo Neves, PSD, a reiterar que “Portugal sempre foi grande quando apostou no mar” e que nunca tinha olhado para o mar com ideia egoísta, tentando enriquecer todos os Portugueses (*ibidem*) ou com António Ventura, PSD, a fazer o mesmo em relação da plataforma continental e os Açores na grandeza Portuguesa (Assembleia da República 2018e, 3).

O papel desempenhado pela história, em especial pelos atores políticos, é também o da criação de memória nacional institucionalizada, como foi apontado na discussão conceptual. Em especial atenção tem-se, neste caso, a memória ao anterior regime dentro da análise das palavras-chave, como este exemplo o apresenta:

É impossível imaginar um país sem memória. Passaram 45 anos sobre o fim da Guerra do Ultramar. E se a nossa cultura nos leva a honrar os mortos, mesmo das guerras mais tristes, cruéis ou injustas de outros tempos e regimes, o presente e o futuro deve levar-nos a considerar, a celebrar e a honrar os vivos. O antigo combatente assume-se como a memória viva desse passado. E, como memória viva, não é artefacto de museu ou uma relíquia de feitos marciais. É um cidadão que reclama dignidade e reconhecimento nacional (Assembleia da República 2019e, 20).

Este é um momento de particular relevo visto que reforça o papel da guerra colonial na construção de uma memória coletiva. Para além disso, a utilização da expressão de Guerra do Ultramar parece ter normalizado entre o último período de análise, em especial tendo em conta que este discurso vem de Diogo Leão, um deputado do PS, nascido depois uma década depois da guerra e que estudou História. Um discurso mais cuidado encontra-se com outra deputada, desta vez do PSD e ainda mais jovem, Margarida Balseiro Lopes, a agradecer aos militares que lutaram na guerra colonial – a expressão escolhida – “independentemente de concordarem ou não com a política ultramarina” (Assembleia da República, 2018h, 13) durante as festividades do 25 de abril desse ano. Do lado do PCP, a memória centra-se na cadeia no forte de Peniche,

que é descrito pela deputada Ana Mesquita como “um local onde o som batido das ondas do mar era mais um fator de tormento para quem se encontrava num regime prisional marcado pela violência, arbitrariedade e humilhação constantes” (Assembleia da República 2017j, 50).

A diferença entre a democracia e o Estado Novo, e o difícil papel de encontrar um caminho entre a continuidade e a rutura, está bem patente no discurso proferido, mais uma vez, pelo Presidente da República numa cerimónia do 25 de Abril. Note-se especialmente a dificuldade em diferenciar a independência das colónias e o desejo de continuar a ser a ponte entre oceanos, numa retórica já usada em 2017:

Para muitas portuguesas e muitos portugueses, a descoberta da própria liberdade chegaria com a da democracia e uma e outra com a conversão de um império colonial de cinco séculos em membro de comunidades, que não sendo inéditas nas raízes o eram nos seus contornos políticos, económicos e sociais. Claro que, no essencial, continuamos a ser o que sempre fomos — e bem! —, por corresponder à nossa vocação cimeira: plataforma entre culturas, civilizações, oceanos e continentes (Assembleia da República 2019f, 20).

Poder-se-ão registar outras políticas de memória não presentes no Estado Novo. É o exemplo do deputado socialista Luís Vilhena, ao argumentar que o palácio São Lourenço no Funchal seria um lugar para um museu sobre o papel da Madeira na, nas próprias palavras, epopeia marítima de Portugal (Assembleia da República 2018i, 20). Cuidar, preservar a memória como um elemento primordial, como o salienta a Expo '98, já abordada no contexto democrático. A propósito do falecimento de Mário Ruivo, cientista e conselheiro científico da Expo '98, invoca-se o seu papel em “colocar o mar na esfera pública” (Assembleia da República 2017k, 36). Contudo, é mais centrado o papel do conhecimento dos oceanos em métodos científicos – um tema que se analisa adiante também – e não nos históricos, apresentando, desde já, um discurso bastante diferente ao que se identificou no regime anterior.

O mar é tão importante que, na despedida de um deputado do PSD, Ulisses Pereira, que sempre se interessou pela atividade piscatória, o próprio declara: “Que se cumpra o mar, que se cumpra Abril, continuamos a querer cumprir Portugal” (Assembleia da República 2019g, 59). Ainda em relação à pesca, em especial identificada nas ilhas como fator identitário no mar, o PCP (Assembleia da República 2016k, 18), menos interveniente nos seus discursos sobre o mar, destaca esta atividade como evidência quotidiana da população portuguesa no atlântico.

A terminar o aspeto identitário, identificou-se ainda um momento em que se aborda o programa Cidadania Marítima (Assembleia da República 2018d, 17), numa tentativa descrita de promover em adultos e crianças, através de várias associações, uma maior ligação ao mar –

num esforço direto. de promoção da identidade marítima. Contudo, a iniciativa não é largamente desenvolvido ou discutido em assembleia, limitando-se a uma intervenção de felicitação do programa pelo PS.

Embora a questão histórica e identitária permaneça, é tempo de identificar as alterações discursivas em temas que introduzem uma certa inovação. Como foi possível identificar no Figura 1, este período democrático apresenta, quantitativamente, uma forte referência dentro do contexto económico. Sem as chamadas províncias ultramarinas, que eram o foco total do discurso económico do Estado Novo em relação ao mar – agora encontra-se um amplo espaço de potencial de inovação. A economia marítima reflete-se em projetos que vão além da promoção da atividade piscatória, inovando no seu potencial gerador de riqueza e produtividade. Essa importância espelha-se justamente com a criação de um ministério dedicado ao mar e a esse projeto. Uma possível síntese, incluindo uma apreciação identitária do mar, identifica-se num discurso de fase de encerramento, proferido por Eduardo Cabrita, PS, como Ministro-Adjunto:

Hoje, como nos demais debates, discutimos as políticas e as reformas que propomos, valorizar o nosso território foi o tema que hoje debatemos aprofundadamente, um tema que é prioritário para o Governo. Um Governo que vê o mar como fator de identidade nacional e a economia do mar como uma aposta de futuro. Está na hora de Portugal assumir a liderança na economia e crescimento azul transformando o enorme potencial já existente em crescimento e emprego reais pautados pelo princípio da sustentabilidade (Assembleia da República 2016l, 44).

O mar, portanto, exposto como fator de identidade nacional, irá justificar alguns dos interesses económicos de desenvolvimento, bem como a necessidade de uma preocupação com a sustentabilidade. Encontra-se de forma recorrente um valor: 97%. Num discurso que aparenta ser a versão moderna do ‘Portugal não é um país pequeno’, identifica-se a singular relação entre o território marítimo e o terrestre, chegando, portanto, à conclusão de que o mar representaria os tais 97% do território português. Esta componente encontra-se na ótica do governo, em particular pela Ministra do Mar Ana Paula Vitorino, em estabelecer métricas (parcialmente cumpridas) de crescimento económico da economia do mar (Assembleia da República 2018j, 7). Também se identifica numa das primeiras intervenções de António Costa como Primeiro-Ministro (Assembleia da República 2015f, 17) ao apontar e defender que o tema do mar havia gozado de um grande consenso por parte dos últimos governos – evidenciando as estratégias nacionais para o mar mencionadas no contexto democrático –, dentro do próprio parlamento e de forma nacional. Por fim, Assunção Cristas, CDS, previamente ligada ao tema no governo anterior de Pedro Passos Coelho, utiliza o mesmo valor

para interrogar sobre a Semana Azul, uma conferência internacional organizada pelo governo – mostrando o interesse de expor o tema nas relações internacionais também – argumentando também que o tema seria de interesse do Presidente da República, como já se pôde comprovar aqui neste trabalho.

Sem entrar em detalhes económicos – que também seria difícil, visto que o debate parlamentar nunca acaba por ser concreto em vários aspetos – é importante designar o que o governo entende como crescimento azul, do mar ou marítimo, como é exposto no programa de governo de António Costa pelo próprio: “da aquacultura à logística portuária, das tecnologias de sistemas offshore à manutenção e reparação navais, das pescas à defesa da biodiversidade, da náutica de recreio à biotecnologia marinha, mas, sobretudo, com uma nova visão sobre o nosso território continental” (Assembleia da República 2015g, 5). Embora seja um tema vasto, metade dos tópicos permanecem dentro das linhas que anteriores regimes também poderiam ter promovido, enquanto os restantes, como a biotecnologia marinha, são uma consequência do século XXI.

Dentro da perspetiva do governo e do PS, aponta-se para uma “estratégia clara para o mar” (Assembleia da República 2017l, 10) que pretenderia fomentar os vários setores e a capacidade de extração de recursos marinhos através de várias empresas, criando cadeias de valor (*ibidem*). Por várias vezes, são apontadas as vantagens de usufruir de fundos comunitários no investimento inovador (*ibidem*, Assembleia da República 2016m, 56) com especial foco na sustentabilidade desses projetos. As ideias, contudo, permanecem sempre vagas. Por vezes, o discurso centra-se mais na pesca, assim como em exemplos de potencial económico abstratos, como o faz Carlos César, PS (Assembleia da República 2016n, 99). De forma semelhante, evocam-se incentivos fiscais, em torno do argumento para a sustentabilidade alimentar, numa proposta oriunda do CDS (Assembleia da República 2016m, 16). Investimentos infraestruturais, em especial na interligação entre a ferroviária e os portos (Assembleia da República 2018k, 32) são outro exemplo raro de medidas mais ou menos concretas exemplificadas, sendo que a última está em serviço da “vocaçao marítima” (*ibidem*) do país, uma ideia transversalmente presente, também no discurso de outros partidos, como o CDS, na esperança de isso significar uma maior importância portuguesa a nível internacional:

Em todo este processo também não podemos esquecer que Portugal é um País de vocação marítima e, por isso, o mar pode, e deve, dar um contributo relevante para o desenvolvimento económico, social e sustentável do País, fazendo parte de qualquer política nacional para o território, garantindo-se que

no novo quadro financeiro plurianual Portugal conseguirá afirmar-se como uma grande potência europeia na área do mar (Assembleia da República 2018b, 25)

Um exemplo de como o PAN pretende imaginar o desenvolvimento da economia azul identifica-se, curiosamente, numa intervenção de pesar pelo falecimento de Jack O’Neill, empreendedor em torno do oceano, identificando-o como um amante do mar:

Num momento em que legislamos e planeamos o insustentável e em que o modelo económico do extrativismo se estende aos mares e oceanos através da exploração de hidrocarbonetos, da extração mineira, da pesca industrial, que extermina espécies e reservas marinhas, ou da aquacultura, uma das indústrias de pesca mais destrutivas do mundo, agradecemos o contributo que Jack O’Neill nos deixa, pelo exemplo de simplicidade e de uma vida vivida pelo respeito profundo pela natureza, que o tornou neste lendário empreendedor (Assembleia da República 2017n, 42)

O único partido que se absteve desse voto de pesar foi o PCP. Os comunistas permanecem nos seus âmbitos habituais de discussão, ficando, na maior parte das vezes na defesa dos trabalhadores, em especial os pescadores, na proteção da atividade piscatória em todos os seus níveis (Assembleia da República 2016o, 56), numa tentativa de aviso ao governo. O PSD já é mais crítico nas suas acusações, como se pode ver no exemplo do projeto do alargamento da plataforma continental, onde pergunta: “O que pensa e o que faz o Governo nesta matéria? Ninguém sabe” (Assembleia da República 2018l, 9) – após ter estabelecido o mar como um traço genético de Portugal enquanto nação.

O PS, como é de esperar, tem a certeza de que estas medidas são o caminho a percorrer. O orçamento de 2016, é identificado como um que “transforma o mar de desígnio poético e de paisagem em oportunidade estratégica e prioridade de investimento” (Assembleia da República 2016n, 110). Este recurso estilístico é particularmente irónico visto que, como foi explorado anteriormente, o desígnio poético permanece uma forte componente do discurso. De qualquer maneira, em termos económicos, na maior parte da discussão identifica-se o que a citação abaixo pretende alertar, um consenso partidário, como o CDS, da oposição, confirma:

Como está na Estratégia Nacional para o Mar e é consensual em todos os partidos, o que Portugal tem de fazer é aproveitar esta oportunidade, quer seja com os da rota da seda, quer seja com os das rotas marítimas, quer seja com o enorme potencial que Portugal tem na própria extensão da plataforma (Assembleia da República 2018g, 20).

Em termos económicos identifica-se, portanto, quantitativamente uma enorme vontade de reforçar a economia marítima, que inclusive goza de um apoio praticamente generalizado, o que faz com que a análise desta situação seja por um lado mais reduzida, mas por outro também reforça a aceitação total da ideia de Portugal precisar do mar para o seu futuro.

Independentemente desse facto seja verdade neste contexto ou não, acaba por sempre acompanhar uma certa nostalgia do passado em alguns partidos e discursos.

Para terminar, segue a análise breve de um contexto que teve um notável crescimento na sua importância discursiva, e que já se podia identificar ao longo desta análise, a questão de investigação sobre o mar. Em boa verdade, a maior parte do debate centra-se no conhecimento científico do mar à volta das alterações climáticas, num esforço claro de proteção desse meio ambiente, vindo de praticamente todos os partidos, como se pode ver neste exemplo de Ana Mesquita, PCP: “Os oceanos registam igualmente alterações térmicas, acentuando-se a subida de temperatura da camada superficial e consequentes alterações de circulação” (Assembleia da República 2015h, 24).

No mesmo debate, também o PS reconhece o papel do mar em ter boas políticas de ambiente (*idem*, 25). Noutra intervenção, o Primeiro-Ministro António Costa salienta a importância dos oceanos (Assembleia da República 2019h, 29-30) para a captação de dióxido de carbono, interligando mais uma vez o mar e as alterações climáticas, embora utilizando a expressão do mar como um recurso, pensando, portanto, indiretamente, também a sustentabilidade em termos económicos.

As alterações climáticas fazem com que se reencontre o PAN como atuante, desta vez criticando as decisões do Governo face à exploração de gás e petróleo, este também na costa marítima, apontando para as consequências ambientais (Assembleia da República 2016p, 28). Vindo de um partido que tem a defesa de uma posição ambientalista, não é particularmente surpreendente ver a sua participação concentrada neste aspeto.

De uma forma geral, o discurso ambiental, e também o de investigação, com outros exemplos disponíveis nos anexos, é fortemente enquadrado dentro do discurso económico. Podem traçar-se daí duas conclusões diferentes: ou a vontade da sustentabilidade está sujeita ao desenvolvimento económico, ou, numa ótica positiva, o desenvolvimento económico só poderia ser possível com a sustentabilidade. De qualquer forma, o discurso marítimo, e neste caso a palavra *oceanos* tem particular relevo, encontra-se com facilidade neste contexto, como neste discurso de João Azevedo Castro, PS:

Por razões óbvias, no mar este tema assume particular interesse, não só pela expressão para o País, que já lhe é reconhecida, mas, sobretudo, pelo potencial que poderá ainda desenvolver, assente numa gestão que considere uma abordagem global dos oceanos e no desafio da sustentabilidade, quer ambiental, quer social, quer económica (Assembleia da República 2017o, 31).

Recapitulando o contexto da democracia, verifica-se que a maior parte dos partidos participa no discurso marítimo, em especial o PS, PSD e CDS, sendo que o BE será o partido menos interventivo neste aspeto. Quão mais conservador o partido, mais forte se torna o discurso identitário, embora todos os principais atores se revejam nele, em particular com um ou outro deputado a aparecer várias vezes na análise. O Presidente da República e o Primeiro-Ministro encontram-se igualmente neste discurso, que em termos identitários tenta conectar um discurso semelhante ao regime anterior, mas com uma tentativa de reinterpretação para uma vertente democrática, mesmo que esta consideração varie de orador para orador. A palavra *atlântico* ganhou particular pujança no discurso, tal como o contexto económico, que consegue manter o domínio, mas totalmente de forma diferente, avaliando de facto o mar como fator, e o discurso de investigação, que se encontra finalmente neste período de forma mais exemplar. A constante referência ao mar como fator de diferenciação da identidade nacional permanece, contudo, um grande fio condutor nesta narrativa.

5.4. Comparação e Discussão

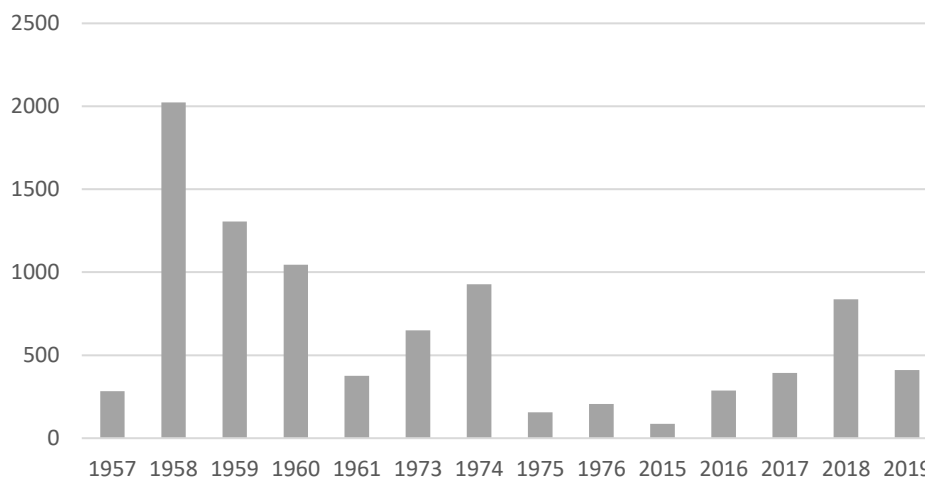
Tendo concluído a análise detalhada e qualitativa dos vários períodos temporais e tendo estabelecido os principais pontos de investigação, pode-se, agora, procurar responder, dentro dos limites da análise, à pergunta de partida e as hipóteses propostas.

Embora, como se pode identificar logo na secção 5.1, exista uma clara maioria do discurso do Estado Novo em termos das palavras-chave, essa tendência encontra-se principalmente para justificar o poder colonial – pouco do discurso do Estado Novo é verdadeiramente apontado ao mar por si mesmo. Para além disso, como foi possível verificar através das análises, esse domínio quantitativo não corresponde, de todo, a um discurso mais variado ou com maior incidência de análise. De facto, o discurso do Estado Novo apresentou-se com algum teor repetitivo.

Independentemente disso, verifica-se que os três diários de sessão com maior incidência em termos de palavras-chave (Assembleia Nacional 1958d, 1973i, Assembleia da República 2018j), como se poderá confirmar nos anexos, se espalham pelos três períodos de análise,

legitimando assim, também, o enquadramento temporal escolhido. Analisando os conceitos divididos por ano, verifica-se a seguinte figura:

Figura 2: Quantificação de conceitos por ano



Fonte: elaboração própria, a partir de diários da Assembleia Nacional, Assembleia Constituinte e da Assembleia da República

Tal como nas tabelas verificadas na secção 5.1, esta posição inicial pode fazer parecer que a tese defendida, entre outros, por Pitta e Cunha (2011) de que o mar foi ignorado ou até perdido na visão política portuguesa, tendo-se, assim, perdido uma parte essencial da identidade portuguesa, está correta.

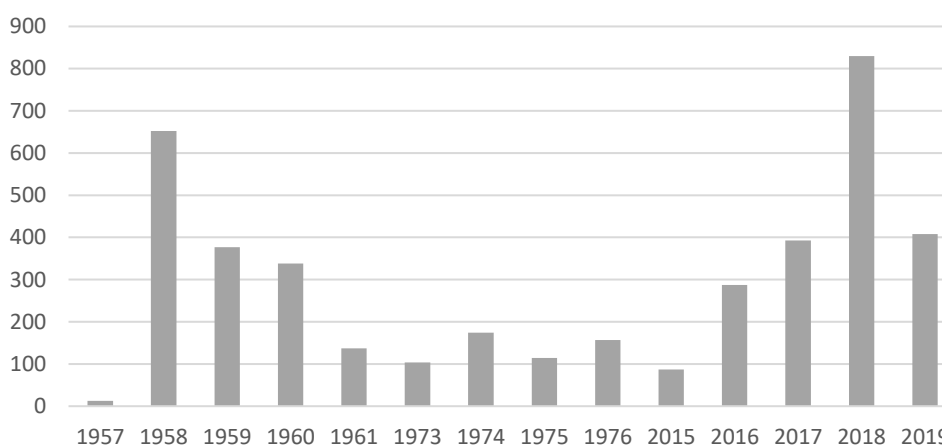
Esse argumento só é possível de se traçar se se considerar o mar como componente do ultramar de forma exclusiva. O Estado Novo raramente apresenta outro contexto que não seja diretamente ligado às colónias, sendo que nos primeiros anos, os anos de maior aparência quantitativa, se concentra no potencial económico dos chamados territórios ultramarinos, em especial em 1958 com um novo plano de fomento, sendo que posteriormente o discurso vai reduzindo na sua frequência, principalmente com o início de hostilidades da guerra colonial. De facto, a partir daí, tende-se a encontrar uma maior referência ao contexto de defesa, o que não é propriamente surpreendente.

A referência identitária durante o Estado Novo é praticamente permanente, sendo que se reforça a ideia do mar como veículo metafórico para a expansão marítima, o que, por sua vez, legitima o poder colonial, que por si concentra toda a visão do Estado Novo. É impossível separar o tridente de mar, colónias e Estado Novo. Portanto, ou se considera o mar como aspeto que, de facto, não representa o elemento geográfico, mas sim meramente simbólico, e aí se

pode argumentar que se perdeu um elemento do mar, ou então tem de se reconhecer que o mar ganhou uma relevância que antes nunca tinha tido.

Com o regime de transição, embora seja, sem dúvida, o período de análise com menor quantidade de referências, verifica-se por momentos um debate intenso sobre o próprio papel da história, e da expansão marítima para o novo regime, sendo que alguns deputados da constituinte defendiam uma certa separação do passado histórico. Este debate entre continuidade e separação também se encontra na utilização da palavra ultramar(ino):

Figura 3: Quantificação de conceitos por ano sem ultramar(ino)



Fonte: elaboração própria, a partir de diários da Assembleia Nacional, Assembleia Constituinte e da Assembleia da República

Com a *Figura 3* verifica-se uma perspetiva completamente diferente, que requer explicações. Por um lado, para evitar uma comparação apressada, é preciso verificar, como é evidente, a alteração da escala da figura, que desce substancialmente em comparação com a *Figura 2*. De seguida, com a eliminação das palavras-chave *ultramar* e *ultramarino*, perde-se um fator importante para explicar o contexto do Estado Novo, ao mesmo tempo que não se elimina por completo a vertente colonial, como foi possível verificar ao longo desta análise, em que outras palavras, como *atlântico* e *mar*, representam o mesmo imaginário do regime.

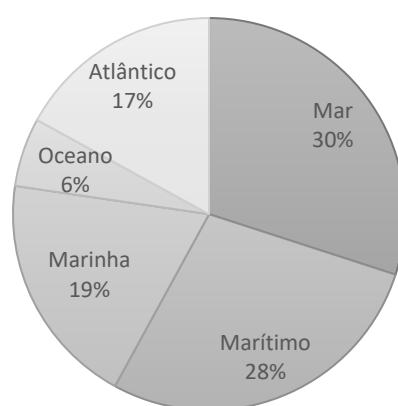
Independentemente, a *Figura 3* confirma que não há dúvida que a guerra colonial quase que domina o discurso do Estado Novo, mesmo considerando que, a título exemplar, o ano de 1958 permaneça bastante elevado. Nos anos de 1961, 1973 e 1974, mesmo que não estejam inteiramente completos, vê-se uma tendência decrescente do discurso marítimo após descontar o ultramar, que só pouco antes do 25 de abril se tenta alterar. Por consequência, o discurso de transição na mesma figura acaba por ter um elemento semelhante de quantidade, embora se

trate de um regime completamente diferente e de um estabelecimento de uma democracia, que tem outros temas como foco principal para gerir.

A democracia entre 2015-2019 é o grande vencedor desta alteração. O ano de 2018, em que se encontram também sessões onde se discute a Estratégia Nacional para o Mar, sobressai-se com mais de 800 situações. Agora, a palavra ultramar é uma raridade, referenciando principalmente instituições ou, como identificado, a guerra colonial. De facto, a diversificação do discurso em termos de palavras-chave acompanha a diversificação temática. Sem colónias, e após a discussão no momento de transição para clarificar a continuidade e a diferenciação, o mar representa um discurso focado, embora muitas vezes vago, nos potenciais económicos e sustentáveis.

Embora também se encontrem paralelos, que se discute mais abaixo, o discurso verificado nos vários regimes acaba por constatar papéis diferentes às várias palavras-chave. O *atlântico*, em especial, avança de uma certa referência à NATO, mas com um grande domínio do mar português, para visão multifacetada, em que se encontra o anterior, mas já fundido numa retórica de pilar essencial da política externa portuguesa, para além de ser relevante para as regiões autónomas dos Açores e Madeira. A palavra-chave *oceano* ganha praticamente só protagonismo no último regime, em especial quando se trata do mar em geral, e não se limita ao território português, como quando se discute as alterações climáticas. Contudo, continua a ser o conceito menos usado:

Figura 4: Divisão Conceitos sem Ultramar(ino)



Fonte: elaboração própria, a partir de diários da Assembleia Nacional, Assembleia Constituinte e da Assembleia da República

O discurso sobre a *marinha* tem duas vertentes: por um lado, com a guerra colonial, a vertente do contexto de defesa, cujo pico se encontra a meio dos anos de análise, enquanto, de menor relevo, se também verifica uma atenção à marinha mercante, progressivamente desaparecendo do contexto de análise, muito também devido à guerra colonial, que também no discurso marítimo se transforma numa conjuntura crítica.

Em conjunto, *mar* e *marítimo* detêm quase 60% das incidências, e são mais difíceis de qualificar. Embora ambos apareçam em termos quantitativos mais no regime democrático, reforçando a ideia de variação discursiva, em termos de análise qualitativa encontram-se principalmente em termos identitários, pelo que precisa de uma discussão mais atenta.

Antes de avançar para esse aspeto, segue ainda um breve resumo em forma de tabela, caso se decidisse dividir os três períodos temporais em dois regimes, separando a partir da Assembleia Constituinte:

Tabela 4: Contexto 2 regimes

	<i>Político</i>	<i>Economia</i>	<i>Identidade</i>	<i>Defesa</i>	<i>Investigação</i>	<i>Diversos</i>
<i>Estado Novo</i>	2365	2744	616	447	87	356
<i>Democracia</i>	705	771	196	277	209	218

Fonte: elaboração própria, a partir de diários da Assembleia Nacional, Assembleia Constituinte e da Assembleia da República

Tabela 5: Palavras-chave 2 regimes

	<i>Mar</i>	<i>maritim@s</i>	<i>marinha/marinheiros</i>	<i>ultramar</i>	<i>ultramarin@s</i>	<i>oceano</i>	<i>Atlântico</i>
<i>Estado Novo</i>	492	448	544	2649	2170	93	218
<i>Democracia</i>	729	691	243	52	49	138	475

Fonte: elaboração própria, a partir de diários da Assembleia Nacional, Assembleia Constituinte e da Assembleia da República

Agregando a análise de transição nos dois regimes, tornam-se ainda mais evidente as principais diferenças que se apontaram: o domínio dos quatro primeiros contextos pelo Estado Novo justifica-se em todos os aspetos pela presença colonial, seja por alterações políticas em termos de leis ou ministérios, pela economia extrativa, pelo nacionalismo ou pela guerra colonial. A investigação é o único fator que pende claramente para o período democrático em

termos quantitativos. A imagem altera-se, portanto, quando se analisa as palavras-chave, visto que, nesse aspeto, só a *marinha* – pela guerra, mais uma vez – e as palavras *ultramar* e *ultramarinas* se destacam pelo Estado Novo, sendo que *ultramar* normalmente alude a referências mais identitárias e ao ministério, enquanto *ultramarina* se refere na maior parte das vezes às próprias províncias ultramarinas, principalmente no contexto económico.

O período de transição apresenta um salto considerável, como discutido, em termo quantitativos, embora esse salto seja menos significativo após a habitual consideração do ultramar(ino).

Tabela 6: Transição

<i>Transição</i>	<i>Total</i>	<i>Sem ultramar(ino)</i>
<i>Estado Novo</i>	1578	278
<i>Constituinte</i>	244	181
<i>3a República</i>	118	90

Fonte: elaboração própria, a partir de diários da Assembleia Nacional, Assembleia Constituinte e da Assembleia da República

Graças à análise do período de transição, é possível reconhecer com detalhe uma tentativa de alteração significativa do discurso sobre a identidade marítima.

Para recapitular as diferenças discursivas: Embora a principal atenção seja económica nos períodos do Estado Novo e democrático, a alteração significativa entre extração colonial e a tentativa de uma economia azul é o marco distintivo claro dos regimes. O Estado Novo tem a guerra colonial para apontar o contexto de defesa, enquanto a democracia se foca particularmente na NATO, principalmente os partidos PS, PSD e CDS, sendo que o último é o mais ativo. A investigação marítima só se torna relevante nos últimos anos, enquanto nos contextos diversos se encontram vários temas, embora a migração seja uma componente constante. Dentro deste aspeto, confirma-se que o período de transição pouca influência teve nesta alteração, visto que o discurso aparenta ser mais recente.

O contexto identitário, contudo, é intensamente discutido dentro do período de transição, enquanto são verificadas várias semelhanças entre o período do Estado Novo e a última legislatura da Terceira República.

Durante a Assembleia Constituinte, encontra-se uma clara motivação de praticamente todos os partidos traçarem uma substancial diferença face ao regime do Estado Novo, que se

também identifica dentro do discurso da identidade marítima. A palavra *ultramar* é praticamente *tabu*, sendo fortemente contestada a sua utilização, os deputados discutem o fator propagandístico da história promovida pelo Estado Novo, que se reflete em dois aspetos, de forma expressa pelo PS, mas que de certa forma é partilhado indiretamente pela maioria dos partidos, incluindo pelo PSD em fase revolucionária. Primeiramente, identifica-se a vontade de analisar a história através de um prisma científico, abdicante de uma visão heróica dos seus principais intervenientes, em especial dentro da expansão marítima. Mas também se analisa a expressa vontade de estabelecer a história dependente do contexto democrático e atual, sem tentar pairar numa nostalgia, reiterando a vontade de ‘entrar’ no contexto europeu, deixando a veia colonialista para trás.

Nem durante a Assembleia Constituinte essa vontade é partilhada pelos partidos todos, sendo que principalmente o CDS, usando expressões utilizadas durante o Estado Novo, questionando a descolonização e invocando a retórica historicista, se apresenta como ator mais resistente da identidade marítima mais semelhante à visão do Estado Novo, vendo no mar um símbolo de dominação e glória. E mesmo o PCP, do outro lado da ‘barricada’ política, ainda em 1976, argumenta com a expansão marítima para justificar as suas próprias políticas. O discurso parece, portanto, encontrar-se ainda subconscientemente presente na identificação portuguesa. O período de transição não conseguiu eliminar esse fator, embora houvesse uma certa discussão para o fazer.

Tendo passado a fase revolucionária, com o tempo democrático identificam-se inúmeros momentos em que se encontram expressões de caráter de identidade marítima. Em termos de quantidade, encontra-se um discurso claramente reduzido em relação ao Estado Novo, mas que, qualitativamente parece bastante semelhante. Embora o principal ator continue a ser o CDS, também o PSD e o PS estão presentes neste discurso, e de menor forma os outros partidos. O consenso existente face à promoção do mar também se identifica em relação à identidade marítima como fator de identidade nacional. Encontra-se, tal como no regime do Estado Novo, a ideia de que a grandeza de Portugal sempre teve origem no mar, qualquer motor de inovação é comparado com os ditos Descobrimentos, e a identidade nacional é permanentemente ligada à vontade de passar oceanos, num destino permanente e teleológico feito pela geografia e pela história. Por vezes, regressa a ideia do ‘Mar Português’, expresso dessa mesma maneira.

Todos os principais atores, incluindo até o Primeiro-Ministro e o Presidente da República participam neste discurso, embora seja possível verificar uma variação de

intensidade. Para além disso, como se apontou na análise do período entre 2015 e 2019, encontram-se tentativas de reinterpretar essa mesma visão numa perspetiva mais humanitária – principalmente nas intervenções militares – assim como mais democrática, rejeitando uma visão fechada e etnocêntrica. O principal contributo encontra-se, como analisado, em Marcelo Rebelo de Sousa (Assembleia da República 2017h, 19), que aponta para o facto de a identidade portuguesa ser oriunda de vários países, que através do mar comungaram numa celebração dos povos. Embora esse aspeto possa ser claramente identificado como uma notável diferença face à realidade experienciada durante o Estado Novo, em termos discursivos, não é propriamente inovador, como comprova a seguinte proposta de um governante colonial, Manuel Sarmiento Rodrigues, em substituir a palavra *raça* por ‘povo português’:

A questão da substituição da palavra «raça» no artigo 12.º pode parecer uma questão de somenos, mas não é. Admitia, é certo, que se não tocasse no artigo, visto que a palavra «raça» que ali está não pode significar a cor da pele ou grupo social. Pensar o contrário seria negar toda a nossa tradição política, toda a realidade nacional. Nem mesmo antes da expansão havia uma raça única. O povo português original era já um mosaico de sangues e raças. E depois, com o alargamento de fronteiras geográficas e humanas, ainda menos (Assembleia Nacional 1959w, 1200).

Existe, sem dúvida, uma considerável diferença entre os dois discursos, principalmente na sua perspetiva de legitimação. A reinterpretação do discurso em democracia é, de qualquer forma, retoricamente semelhante ao discurso do Estado Novo. Mesmo assim, a identidade marítima portuguesa certamente mudou de objetivo, passando da legitimação de um império colonial para a legitimação uma visão democrática e multifacetada, utilizando, contudo, os mesmos recursos narrativos.

Considerando as hipóteses estabelecidas durante o trabalho, identificou-se, portanto, que o contexto de identidade marítima se alterou substancialmente entre os regimes, alargando a temática, alterando facetas estabelecidas, como a economia e a defesa, e criando novas, como a investigação. Contudo, em termos da promoção política da identidade marítima, embora a quantidade tenha reduzido, e a intensidade varie entre partidos, entre 2015-2019 foram utilizados vários recursos discursivos que comprovam uma certa continuidade narrativa entre o Estado Novo e a democracia em relação ao mar. Mesmo não existindo a vertente colonial, o mar continua a representar a esperança de grandiosidade portuguesa. A análise do período de transição apontou para uma possibilidade de alteração desse discurso para uma narrativa diferente, mas durante o período democrático estabilizou-se uma reinterpretação do discurso do Estado Novo que, em conjunto com a inovação de contextos e palavras-chave, confirmaram a continuidade de uma identidade marítima portuguesa.

6. Considerações Finais

Ao longo deste trabalho, cujo objetivo era entender a variação da identidade marítima nos dois regimes analisados, discutiu-se a relação entre a narrativa e a identidade coletiva, avaliaram-se os contextos do Estado Novo assim como o atual regime democrático numa tentativa de identificar uma possível identidade marítima, e, por fim, comparou-se o discurso parlamentar durante os dois regimes, com especial atenção ao período de transição. Através da avaliação multifacetada do contexto e de palavras-chave identificando os principais incidentes de análise, foi possível executar uma investigação que simultaneamente, podia observar o discurso ao longo de vários anos, assim como identificar os principais fatores qualitativos, tal como uma análise de discurso pretende. Com a escolha dos três períodos considerados foi possível apresentar uma construção metodológica capaz de dar respostas à pergunta de partida, nomeadamente, se a narrativa em relação à identidade marítima mudou entre regimes, tal como, em especial, que fator desempenhou o período de transição entre ambos.

Através da contextualização do Estado Novo, identificou-se um regime que, mesmo tendo algumas diferenças ao longo das décadas, sempre ligou o mar de uma forma meramente propagandística da história portuguesa, em especial de expansão, como forma de legitimação metafórica ao império colonial e do próprio regime. A pesca e o imaginário da população pescadora nas suas atividades contribuem adicionalmente para uma narrativa que Álvaro Garrido (2016) identificou como o ‘maritimismo’ do Estado Novo. Reforçou-se essa perspetiva com uma breve análise do discurso do principal ator do Estado Novo, com o discurso de António de Oliveira Salazar a contribuir para os destaques apresentados durante esse regime. O discurso sobre a identidade marítima no Estado Novo ficou, assim, bem estabelecido como base de comparação.

A contextualização do período democrático, com as suas consequências de expansão de atores dentro do discurso político e societal, obrigou a uma contextualização mais abrangente, sendo que dentro do contexto geral, confirmou-se uma variada preocupação com o mar, seja académico em termos económicos e culturais, tal como políticos dentro do contexto da Expo '98, em que se identificou uma tentativa de ligar o mar ao progresso, ao mesmo tempo que se criou uma narrativa histórica dessa ideia com os oceanos a servirem como pontes entre culturas. Através da análise do governo durante o período democrático, assim como os programas da Estratégia Nacional para o Mar, foi possível contextualizar o discurso do mar

dentro da política governativa. Através desta contextualização, foi já possível situar a crítica da retirada de Portugal do mar, exemplificada por Tiago Pitta e Cunha (2011). A crítica, em termos discursivos, tornou-se, portanto, um dos principais aspetos a analisar, testando se houve, de facto, esse afastamento do mar.

Com a análise do discurso parlamentar do Estado Novo durante a VII legislatura, verificou-se que, ao longo dos anos, a vertente económica do discurso marítimo, o que neste caso meramente significa a economia colonial, foi o claro contexto dominante, embora na parte final, pelo início da guerra colonial, o contexto da defesa tenha surgido com uma certa maior intensidade. A maior parte do contexto de interesse para a análise identificou-se dentro do discurso identitário, em que por inúmeras vezes se verificou a ligação ao destino nacional do país ao ‘mar português’, cujo simbolismo também representava o poder colonial. O discurso marítimo é, resumidamente, com algumas exceções em relação à atividade piscatória, praticamente mono-temático, com o designado ultramar a captar toda a atenção do Estado Novo, seja em termos históricos, económicos ou, na fase final, militares.

Na análise da fase de transição, confirmou-se a continuação da guerra colonial e as colónias como principal fator no discurso do Estado Novo – sem as palavras-chave do *ultramar* e *ultramarino*, ou esse contexto, não haveria praticamente discurso marítimo. Para além disso, mesmo encontrando uma primeira referência às alterações climáticas, até à queda do regime o Estado Novo sempre procurou legitimidade através do mar, utilizando-o como símbolo o império. Com a entrada da Assembleia Constituinte e o início da Assembleia da República, embora quantitativamente se verifique uma clara redução do discurso marítimo, qualitativamente, verificou-se um debate sobre o papel do mar em termos identitários, em especial com os partidos mais ligados à chamada esquerda a contribuírem para que a palavra *ultramar* se tornasse um tabu dentro do discurso político. Independentemente, mesmo nesses partidos, como se pode verificar com o PCP, a identificação do mar em termos identitários permaneceu presente, o que se verificou com maior intensidade dentro dos partidos mais conservadores, em especial o CDS.

Esse debate, contudo, acabou por ser decidido com a continuidade do discurso marítimo em termos identitários com os mesmos recursos discursivos, embora com a tentativa de o alterar para o contexto democrático, como foi possível destacar no último período de análise. Constatou-se, principalmente, uma maior proliferação do discurso para outros contextos, em que o novo contexto económico – assumindo, de facto, o mar como agente e não como símbolo – e a investigação se tornaram qualitativamente, e no caso do último até quantitativamente,

substancialmente mais relevantes. Os partidos que anteriormente estiveram num governo, tal como o Primeiro-Ministro e o Presidente da República em celebrações da Assembleia, partilham um consenso governativo da importância do mar, frequentemente aludindo à grandeza portuguesa através do mar, em momentos até invocando as mesmas expressões que o Estado Novo.

A variação discursiva em outros contextos, e respondendo assim à pergunta de partida, não substitui, portanto, os recursos utilizados para representar a identidade marítima portuguesa. Em termos analíticos, isso representa a maior conclusão deste trabalho.

Como foi apresentado no capítulo dedicado aos conceitos basilares deste trabalho, o que foi possível verificar, portanto, foi um claro aumento do discurso sobre o mar no processo democrático, com a inclusão de contextos que não estavam anteriormente presentes no discurso durante o Estado Novo, mas como essa alteração não se verificou na base, que foi partilhada pelos dois regimes, não se pode indicar uma alteração da narrativa. É a narrativa em si que sustenta a promoção de uma identidade, como analisada neste trabalho. A relação entre o discurso democrático – certamente reinterpretado como foi identificado, tal como variando na sua intensidade consoante das posições partidárias – e o discurso durante o Estado Novo confirma uma continuidade da narrativa do mar como símbolo da grandiosidade esperada do país. Tal afirmação não significa, evidentemente, que a vontade de utilizar o mar como um potencial fator económico seja equiparável à exploração colonial ou que tais ações sejam problemáticas para a evidência portuguesa. Confirma, porém, que, no discurso político, ambos os projetos são partilhados pela mesma narrativa de uma identidade marítima nacional, que permanece com as mesmas bases face ao regime anterior. O regime preferiu continuar esta base da narrativa, alterando o seu discurso e o seu simbolismo para uma vertente mais coerente com o sistema democrático. E como este trabalho permitiu verificar o discurso numa ótica quotidiana, é possível confirmar que este se encontra de forma permanente, e não meramente em momentos mais intensivos da discussão de potenciais do oceano, ou da identidade marítima em geral. A narrativa permanece em ambos regimes um fator de diferenciação e encontra-se como uma base discursiva clara.

Um bom exemplo encontra-se no papel do mar como fator de diferenciação, ou como foi discutido ao longo do trabalho, de *uniqueness* (David and Bar-tal 2009), da identidade. Em particular, durante o Estado Novo, o mar simbolizava a ideia do ‘orgulhosamente sós’ do regime, separando o país em termos internacionais de forma expressa. Durante a democracia, o mar emerge como ponte de ligação face aos países lusófonos, e como fator de diferenciação

por essa mesma razão. Embora o mar tenha experienciado em termos discursivos uma clara transformação face ao regime, também como sinal de mudança do *self* em termos institucionais e ideológicos, a narrativa permanece como o mar como fator de diferenciação face à componente externa, de forma semelhante de uma identidade nacional no seu sentido lato. O mar tanto foi a solução encontrada para legitimar a tensão entre o império colonial e a identidade nacional (Anderson 2005 [1981], 149-150, Mann 2012b, 2), como serviu, através da mesma narrativa da grandiosidade de Portugal, como substituto para a ausência do império em democracia. Pela análise que foi feita ao longo do trabalho, parece também evidente que isto não se resume a um discurso exclusivamente político, visto que aproveita facilmente vários aspetos da sociedade, e que integra componentes artísticas e literárias, tornando-se uma plena narrativa do simbolismo do mar.

Esta conclusão principal da ausência da alteração da narrativa suscita, porém, algumas notas em relação a este trabalho. Primeiramente, a consideração académica em relação à possibilidade discursiva de uma identidade nacional. De seguida, discute-se as limitações deste trabalho, tal como as, em parte consequentes, possibilidades de continuação deste tipo de análise dentro de uma investigação da identidade marítima portuguesa.

Embora a atenção ao discurso da identidade nacional, como análise na secção conceptual do trabalho, seja já um campo prolífero dentro da academia, o presente caso proporciona uma situação interessante para uma discussão não de criação, mas de alteração de uma identidade nacional. Mesmo que o 25 de Abril tenha sido identificado como uma revolução social, com várias alterações da relação da sociedade com a política que a diferencia de uma revolução política, é, de certa forma, surpreendente que, mesmo com este caso, não tenha sido possível, ou então não tenha existido a vontade, de alterar o discurso identitário marítimo. De facto, apesar de haver uma vontade de modificar o discurso para uma versão mais correspondente a um regime democrático, construindo uma lógica mais cosmopolita do mar, não se verificou uma substancial alteração da visão nacional do mar, continuando a simbolizar, indiretamente, a conquista de territórios e a expansão marítima em geral, a que Portugal continua a depender para a identidade nacional. Verificou-se, inclusive, que durante a fase de transição teria havido a possibilidade de alterar esse percurso, e consequentemente a narrativa. Isto é particularmente relevante visto que, como foi discutido na introdução, a alteração de regime foi acompanhada, como é de esperar de uma democracia, de uma multiplicação dos agentes participantes neste discurso, não só em termos de representação parlamentar, como de discussão da sociedade em geral, como foi possível apontar na contextualização do período

democrático. Este aumento de atores acabou por significar um acréscimo de temáticas discursivas, mas pouco alterou a base da narrativa. O exemplo da discussão sobre o papel da educação no capítulo de análise do discurso na fase de transição, em que fortemente se discutiu o papel dos chamados descobrimentos, comparava exemplarmente esta ligação entre a história, a identidade nacional, a educação e o mar.

Contudo, é difícil de captar como a alteração da narrativa seria, factualmente, possível em Portugal, cuja identificação da elite política e o mar já aparenta criar uma dependência de legitimação há bastante tempo. A acusação, aliás, de que Portugal tenha perdido o mar – o que em termos discursivos pouco se verificou nos períodos de análise – indica o profundo interesse da sociedade em ver esse discurso espelhado na sua elite política. Portanto, em termos de *path dependency* – o facto de a continuidade de decisões limitar decisões posteriores (p. ex. Pierson 2000) – ainda existe amplo espaço de análise, tanto teórica como em estudos de caso, para os fatores que influenciam uma alteração de uma narrativa da identidade nacional. O caso português da identidade marítima apresenta um exemplo interessante em que, embora vários fatores poderiam apontar para uma alteração, o padrão discursivo, pelo menos em termos identitários nacionais, permaneceu igual, embora o objetivo tenha substancialmente variado.

O trabalho apresenta, contudo, limitações que devem ser postas em consideração. Por um lado, o período de análise não permite uma conclusão definitiva para qualquer dos regimes, visto que não contempla a totalidade do tempo. Um estudo com um período temporal mais alargado, em especial durante o período democrático, poderia confirmar com maior validação que a ausência do mar no discurso marítimo não se confirmou por completo. De igual forma, as escolhas dos períodos influenciaram substancialmente os dados quantitativos, visto que não foram analisados vários anos na sua totalidade, assim como se encontraram certos processos – principalmente o plano de fomento de 1958, que aumentaram de forma considerável a presença dos momentos de análise. Mesmo tendo focado o discurso através de uma ótica do momento do quotidiano, sem escolher diretamente de forma exclusiva momentos de carácter dominante do mar, não se pode ignorar que esse fator foi influenciador dos resultados, mesmo que em termos da análise qualitativa tenha reduzido o fator. O período temporal democrático mais alargado poderia também permitir analisar melhor as posições dos vários partidos, que neste trabalho só pode ser analisado adutivamente dos momentos escolhidos. Para além disso, uma análise do discurso da identidade marítima anterior ao próprio Estado Novo, tanto na monarquia como na República, poderia evidenciar outros enquadramentos de longa duração e

comprovar o legado que o próprio Estado Novo assumiu, numa perspetiva histórica do imaginário do mar.

A escolha dos contextos, tal como o das palavras-chave, foram, *a priori*, um fator limitador da análise. A adição de outras palavras-chave, ou uma maior divisão dos contextos, poderia evidenciar outros resultados que com este processo ficaram por analisar com maior atenção. Adicionalmente, a escolha de separar as palavras-chave de *ultramar* e de *ultramarino*, inicialmente para diferenciar a possibilidade de uma vertente institucional de um fator territorial ou económico, embora confirmada, não providenciou resultados suficientes para justificar a sua separação, que inicialmente foi decidida. Por fim, a designação de diversos acabou por agregar vários contextos diferentes. Neste sentido, por exemplo, o contexto da migração poderia ter interesse noutra análise.

Estas limitações são, ao mesmo tempo, um incentivo para uma análise posterior, que terá a escolha em aumentar o alcance de análise, tal como uma vertente qualitativa com palavras-chave diferentes, ou uma perspetiva diferente de análise discursiva. Para além disso, verifica-se também um amplo potencial em comparar a vertente discursiva, aqui analisada, com a vertente de políticas públicas do mar, que em especial no período democrático representam um universo multifacetado de opções económicas a seguir.

Por fim, pela escolha da análise das assembleias políticas, ainda restam dois fatores de inovação dentro do discurso marítimo. Por um lado, uma maior atenção dada a outros atores políticos dentro do contexto português, tanto em termos do sistema político, como os vários Presidentes da República ao longo dos anos, ou discursos dos ministros e secretários de estado ligados ao mar, como da aceitação, e como parece ser o caso, motivação da própria sociedade em interagir neste discurso da identidade marítima, que uma análise *bottom-up* poderia contribuir para este tema. Embora uma visão separada entre estado e sociedade civil seja redutora, é evidente que este trabalho não pode de alguma forma adicionar essa componente, também por não se tratar do seu objetivo. Uma segunda vertente de análise do discurso marítimo português seria alterar a audiência do discurso, passando da vertente nacional – como analisada aqui –, para o contexto das relações internacionais, em que o discurso da identidade marítima também afeta e afetou a política externa portuguesa, como foi possível identificar na análise e no contexto democrático. Neste caso, aponta-se em especial para o papel da CPLP, com documentação a comprovar a promoção da identidade marítima também no âmbito dessa instituição, podendo apontar para o seu significado como fator de diferenciação e semelhança na identidade marítima.

Concluindo, o presente trabalho avaliou o discurso político português nas assembleias políticas de dois regimes em três períodos diferentes, entre o Estado Novo, a fase de Transição e o período da Democracia, e verificou dois resultados principais: O mar, em termos temáticos, nunca foi tão discutido de forma multifacetada como no período atual, sem, e esta é a segunda conclusão, perder a vertente identitária do chamado mar português. A identidade marítima integrada na identidade nacional nunca desapareceu, permanecendo sempre como uma maré de forma mais ou menos evidente dentro dos vários partidos. O mar, nesta língua e nesta narrativa política, ficou sempre à vista.

Fontes

Último acesso a 30/10/2021

Arquivo Histórico Governo. 2021. Governos Constitucionais. Disponível através de [link](#)

Assembleia Constituinte. 1975a. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Constituinte. 1975b. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Constituinte. 1975c. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Constituinte. 1975d. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Constituinte. 1975e. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Constituinte. 1975f. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Constituinte. 1975g. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Constituinte. 1975h. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Constituinte. 1975i. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Constituinte. 1975j. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Constituinte. 1975k. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Constituinte. 1976a. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Constituinte. 1976b. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia da República. 1976a. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia da República. 1976b. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia da República. 1976c. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia da República. 1976d. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia da República. 1976e. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia da República. 1976f. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia da República. 1976g. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia da República. 2015a. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia da República. 2015b. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia da República. 2019d. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia da República. 2019e. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia da República. 2019f. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia da República. 2019g. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia da República. 2019h. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1958a. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1958b. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1958c. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1958d. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1958e. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1958f. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1958g. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1958h. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1958i. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1958j. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1958k. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1958l. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1958m. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1958n. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1958o. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1958p. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1958q. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1958r. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1958s. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1958t. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1958u. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1958v. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1959a. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1959b. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1959c. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1959d. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1959e. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1959f. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1959g. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1959h. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1959i. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1959j. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1959k. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1959l. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1959m. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1959n. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1959o. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1959p. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1959q. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1959r. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1959s. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1959t. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1959u. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1959v. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1959w. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1960a. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1960b. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1960c. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1960d. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1960e. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1961a. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1961b. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1961c. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1961d. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1961e. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1961f. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1961g. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1961h. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1961i. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1961j. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1961k. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1961l. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1973a. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1973b. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1973c. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1973d. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1973e. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1973f. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1973g. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1973h. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1973i. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1973j. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1973k. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1973l. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1974a. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1974b. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1974c. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1974d. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1974e. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1974f. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1974h. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1974h. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1974i. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1974j. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1974k. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1974l. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1974m. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Assembleia Nacional. 1974n. Diário de Sessão. Disponível através de [link](#)

Comissão de Defesa Nacional. 2009. Portugal e o Mar. Lisboa: Assembleia da República.

CPLP. 2009. Estratégia da Comunidade de Países da Língua Portuguesa para os Oceanos.
Disponível através de [link](#)

DGPM. 2020. Kit do Mar. Acessível através de [link](#)

Eurocid. 2021. Portugal é Mar. Acessível através de [link](#)

ENM. 2007. Estratégia Nacional para o Mar 2006-2016. Acessível através de [link](#)

ENM. 2013. Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020. Acessível através de [link](#)

ENM. 2021. Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030. Acessível através de [link](#)

Pordata. 2021. Estabelecimentos nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: por nível de ensino.
Acessível através de [link](#).

PS. 2009. Programa de Governo do Partido Socialista. Disponível através de [link](#)

Bibliografia

Último acesso a 30/10/2021

- Agius, Christine, e Dean Keep. 2018. "The Politics of Identity: Making and Disrupting Identity." In *The Politics of Identity- Place, Space and Discourse*, edited by Christine Agius and Dean Keep, 1–14. Manchester: Manchester University Press.
- Anderson, Benedict. 2005. *Comunidades Imaginadas - Reflexões Sobre a Origem e a Expansão Do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.
- Azevedo, Ayres de. 1940. "A Pureza Bioquímica Do Povo Português." In *Congresso Do Mundo Português*, 17:551–62. Porto: Imprensa Portuguesa.
- Bamberg, Michael, Anna de Finna, e Deborah Schiffrin. 2011. "Discourse and Identity Construction." In *Handbook of Identity Theory and Research*, edited by Seth Schwartz, Koen Luychx, and Vivian L. Vignoles, 177–200. London: Springer.
- Bamberg, Michael. 2020. "Narrative Analysis: An Integrative Approach." In *Qualitative Analysis: Eight Approaches for the Social Sciences*, edited by Margaretha Järvinen and Nanna Mik-Meyer, 243–64. London: Sage.
- Barash, Jeffrey Andrew. 2016. "Collective Memory and Historical Time." *Práticas Da História* 2: 11–37.
- Bar-tal, Daniel. 2006. "Bridging between Micro and Macro Perspectives in Social Psychology." In *Bridging Social Psychology: The Benefits of Transdisciplinary Approaches*, edited by Lange Paul, 341–46. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Bebiano, Rui. 2018. "Hayden White e o Problema Da Narrativa." *Práticas Da História* 6: 41–50.
- Berger, Stefan. 2009. "On the Role of Myths and History in the Construction of National Identity in Modern Europe." *European History Quarterly* 39 (3): 490–502. <https://doi.org/10.1177/0265691409105063>.
- Bourdieu, Pierre. 1986. "The Forms of Capital. In J. Richardson." In *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, 241–58. New York: Greenwood.
- Brown, Andrew D. 2006. "A Narrative Approach to Collective Identities." *Journal of Management Studies* 43 (4-junho): 731–53.
- Cardão, Marcos. 2019. "Nacionalismo e as Comemorações Dos Descobrimentos Portugueses." *Práticas Da História* 8: 17–47.

- Carretero, Mario. 2018. "Imagining the Nation throughout School History Master Narratives." In *Public History and School- International Perspectives*, edited by Marko Demantowsky, 97–108. Berlin: De Gruyter.
- Carvalho, Henrique Martins de. 1953. *Portugal e o Pacto Do Atlântico*. Lisboa: Editora Gráfica Portuguesa.
- Castelo, Cláudia. 1998. *O Modo Português de Estar No Mundo - O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Cohen, Anthony P. 2014. "View Culture As Identity : An Anthropologist ' S." *New Literal History* 24 (1): 195–209.
- Comissão de Defesa Nacional. 2009. *Portugal e o Mar*. Lisboa: Assembleia da República.
- Comissão Descobrimientos. 1988. *Comemorações Dos Descobrimientos- Programa*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- Comte, Auguste, e Harriet Martineau. 2009. *The Positive Philosophy of Auguste Comte*. Edited by Harriet Martineau. *The Positive Philosophy of Auguste Comte*. Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/cbo9780511701450>.
- Corkill, David, e José Carlos Pina Almeida. 2009. "Commemoration and Propaganda in Salazar's Portugal: The Mundo Português Exposition of 1940." *Journal of Contemporary History* 44 (3): 381–99. <https://doi.org/10.1177/0022009409104115>.
- Cortesão, Jaime. 1940. "Teoria Geral Dos Descobrimientos Portugueses." In *Congresso Do Mundo Português*, 3:11–46. Porto: Imprensa Portuguesa.
- Cortesão, Jaime. 1978. *Os Factores Democráticos Na Formação de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Cruz, Manuel Braga da. 2018. *O Mar na identidade nacional. Intervenção na Academia da Marinha*. <https://novacidania.pt/pt/1375>
- Cunha, Paulo. 2016. "A Pesca Do Bacalhau: Construções Ideológicas No Documentário e Ficção." *Biblos*.
- Cunha, Tiago Pitta e. 2011. *Portugal e o Mar - À Redescoberta Da Geografia*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Curto, Diogo Ramada, e Bernardo Pinto da Cruz. 2015. "Destribalização , Regedorias e Desenvolvimento Comunitário : Notas Acerca Do Pensamento Colonial." *Práticas Da História* 1: 113–72.
- Curto, Diogo Ramada. 2016. "Por Uma Sociologia Dos Impérios." In *Estudos Sobre a Globalização*, 201–75. Lisboa: Edições 70.

- Curto, Diogo Ramada. 2017. “A Sociologia Histórica Em Portugal: Depoimento , Crítica e História A Sociologia Histórica Em Portugal : Depoimento , Crítica e História.” *Práticas Da História* 4: 195–220.
- David, Ohad, e Daniel Bar-tal. 2009. “Personality and Social Psychology Review A Sociopsychological Conception of Collective Identity : The Case of National Identity as an Example.” *Personality and Social Psychology Review* 13 (4): 354–79. <https://doi.org/10.1177/1088868309344412>.
- Dijk, Teun Van. 2018. *Discourse and Context. A Sociocognitive Approach*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dijk, Teun Van. 2020. “Critical Discourse Analysis.” In *Qualitative Analysis: Eight Approaches for the Social Sciences*, edited by Margaretha Järvinen and Nanna Mik-Meyer, 305–26. London: Sage.
- Expo '98. 1998. *Portuguese Pavilion- 1998 Lisbon World Exposition*. Lisboa: Expo 1998.
- Fishman, Robert. 2011. “Democratic Practice after the Revolution: The Case of Portugal and Beyond.” *Politics & Society* 39: 233–67. <https://doi.org/https://doi.org/10.1177/0032329211405439>.
- Fórum Oceano. 2020. “Desafios Do Mar 2030.”
- Foucault, Michel. 1976. *Die Geburt Der Klinik – Eine Archäologie Des Ärztlichen Blicks*. München: Ullstein Buch.
- Foucault, Michel. 1981. *As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia Das Ciências Sociais*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, Michel. 1996. *A Ordem Do Discurso*. 3rd ed. São Paulo: Edições Loyola.
- Freire, João. 2010. “A Marinha e a República.” [Http://Journals.Openedition.Org/Lerhistoria](http://Journals.Openedition.Org/Lerhistoria), no. 59 (October): 227–47. <https://doi.org/10.4000/LERHISTORIA.1402>.
- Freyre, Gilberto. 1958. *Integração portuguesa nos trópicos*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Fukuyama, Francis. 2018. “Why National Identity Matters.” *Journal of Democracy* 29 (4): 5–15.
- Galvão, Henrique. 1940. “Zonas Colinizáveis de Angola e Soluções Aconselháveis Apra Intensificar a Sua Colinização.” In *Congresso Do Mundo Português*, 15:269–400. Porto: Imprensa Portuguesa.
- Garrido, Álvaro. 2010. *O Estado Novo e a campanha do bacalhau*. 2ª ed. Lisboa: Temas & Debates

- Garrido, Álvaro. 2012. “Assistência e Previdência No Mar Português.” *Http://Journals.Openedition.Org/Lerhistoria*, no. 62 (June): 7–29. <https://doi.org/10.4000/LERHISTORIA.541>.
- Garrido, Álvaro. 2013. “A Terra e o Mar Não Se Sindicalizam!: As Casas Dos Pescadores No Sistema Corporativo Do Estado Novo Português, 1933-196.” *A Terra e o Mar Não Se Sindicalizam! : As Casas Dos Pescadores No Sistema Corporativo Do Estado Novo Português, 1933-196*, 87–110. <https://doi.org/10.1400/206006>.
- Garrido, Álvaro. 2016. “Estado Novo e Maritimismo: Ideologia e Discursos Culturais.” *Biblos*, no. 2: 141–67. https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-2_7.
- Gellner, Ernest. 1983. *Nations and Nationalism*. Oxford: Basil Blackwell.
- Gramsci, Antonio. 2000. *The Gramsci Reader Selected Writings 1916-1935*. Edited by David Forgacs. 1st ed. New York: New York University Press.
- Halbwachs, Maurice. 1992. *On Collective Memory*. Edited by Lewis A. Coser. Chicago: The University of Chicago Press.
- Hespanha, António Manuel. 2019. “Comemorar Como Política Pública. A Comemoração Dos Descobrimientos Portugueses, Ciclo 1997-2000”. *Práticas Da História* 8: 198–220.
- Jensen, Lotte, ed. 2016. *The Roots of Nationalism National Identity Formation in Early Modern Europe, 1600-1815*. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- João, Maria Isabel. 2015. “O Mar Na Identidade Cultural Portuguesa.” In *Do Mar Oceano Ao Mar Português: Uma Rota Para o Futuro*, 117–47. Lisboa: CTT Correios de Portugal.
- Joseph, Sarah, e Sarah Joseph. 1993. “Identity, Culture and Community.” *Economic and Political Weekly* 28 (17): 807–9.
- Jung, Hoyoon. 2019. “The Evolution of Social Constructivism in Political Science: Past to Present.” *SAGE Open* 9 (1). <https://doi.org/10.1177/2158244019832703>.
- Keupp, Heiner, Thomas Ahbe, Wolfgang Gmür, Renate Höfer, Beate Mitzscherlich, Wolfgang Kraus, and Florian Strauss. 2006. *Identitäts-Konstruktionen – Das Patchwork Der Identitäten in Der Spätmoderne*. Hamburg: Rohwohlt Taschenbuch Verlag.
- Khalifa, Rihab, e Habib Mahama. 2017. “Discourse Analysis in Accounting Research.” In *The Routledge Companion to Qualitative Accounting Reserach Methods*, edited by Zahirul Hoque, Lee D. Parker, Mark A. Covalski, e Kathryn Haynes, 250–64. Oxford: Routledge.
- Laclau, Ernesto e Roy Bhaskar. 1998. *Discourse Theory vs Critical Realism*, *Alethia*, 1:2, 9-14, DOI: 10.1558/aleth.v1i2.9
- Lewis, Paul A. 2002. “Agency , Structure and Causality in Political Science : A Comment on Sibeon.” *Politics* 22 (1): 17–23.

- Lisboa, João Luís. 2018. “Hayden White , Ricoeur e Os Desafios Morais Da História.” *Práticas Da História* 6: 97–104.
- Luyckx, Koen, Seth J. Schwartz, Luc Goossens, Wim Beyers, and Lies Missotten. 2011. “Processes of Personal Identity Formation and Evaluation.” In *Handbook of Identity Theory and Research*, edited by Seth Schwartz, Koen Luyckx, and Vivian L. Vignoles, 77–98. London: Springer.
- Mann, Michael. 2012. *The Sources of Social Power- Volume 1: A History of Power from the Beginning to AD 1760*.
- Mann, Michael. 2012. *The Sources of Social Power- Volume 2: The Rise of Classes and Nation States, 1760-1914*. 2nd ed. New York: Cambridge University Press.
- Martins, Moises De Lemos, Madalena Oliveira, e Miguel Bandeira. 2012. “O «Mundo Português» Da Exposição De 1940 Em Postais Ilustrados: O Global Numa Visão Lusocêntrica.” *Revista de Comunicação e Linguagens* 42: 265–77.
- Martins, Pedro. 2020. “De Afonso Henriques a Vasco Da Gama: Representações Da História de Portugal Na Exposição Do Mundo Português (1940) e Na Expo’98.” *Língua-Lugar : Literatura, História, Estudos Culturais*, no. 1: 44–65. <https://doi.org/10.34913/journals/lingua-lugar.2020.e205>.
- Matos, Patrícia Ferraz de. 2012. *As Côres Do Império: Representações Raciais No Império Colonial Português*. 2nd ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Meneses, Avelino. 2007. “Portugal é o Mar.” *Arquipélago História* 2: 193–204.
- Moore Jr., Barrington. 2010. *As Origens Sociais Da Ditadura e Da Democracia – Senhores e Camponeses Na Construção Do Mundo Moderno*. Lisboa: Edições 70.
- Moore, John H. 1974. “The Culture Concept as Ideology” 1 (3): 537–49.
- Mouffe, Chantal. 1979. “Hegemony and Ideology in Gramsci.” In *Gramsci and Marxist Theory*, edited by Chantal Mouffe, 168–204. London: Routledge & Kegan Paul.
- Múrias, Manuel. 1940. “Os Domínios Ultramarinos Portugueses e a Administração Filipina.” In *Congresso Do Mundo Português*, 6:493–513. Porto: Imprensa Portuguesa.
- Museu Marítimo Ílhavo. 2020. “Argos 08.” *Argos* 9.
- Neiva, Ana, e José Cabral Dias. 2019. “A Perspective on the Portuguese Identity: The Idea of Modernity in A Exposição Do Mundo Português and Expo’98.” In *Modernity, Frontiers and Revolutions*, editado por Maria do Rosário Monteiro, Mário S. Ming Kong, and Maria João Pereira Neto, 145–51. London: Taylor & Francis.
- Neves, João Manuel Lopes Pires, e António Carlos Rebelo Duarte. 2013. “A Maritimidade Portuguesa: Do Reavivar Da Consciência à Oportunidade de Desenvolvimento.” *Cadernos Navais* 44. https://www.marinha.pt/pt/a-marinha/estudos-e-reflexoes/cadernos-navais/Documents/cadernosnavais_n44.pdf.

- Neves, José. 2019. Portugal, Uma Retrospectiva: 1998 (Vol. 2). Editado por Rui Tavares. Lisboa: Tinta da China.
- Osório, João de Castro. 1940. “Estudo Comparativo Das Obras de Colonização Branca Realizadas Por Outros Países Nas Zonas Tropicais Africanas.” In Congresso Do Mundo Português, 15:115–34. Porto: Imprensa Portuguesa.
- Paul, Herman. 2015. “Metahistory : Notes towards a Genealogy.” *Práticas Da História* 1 (1): 17–31.
- Peralta, Elsa. 2003. “O MAR POR TRADIÇÃO: O PATRIMÓNIO E A CONSTRUÇÃO DAS IMAGENS DO TURISMO *.” *Horizontes Antropológicos* 9 (20): 83–96.
- Peralta, Elsa. 2010. “‘Somos Todos Marítimos’: Uma Etnografia Das (in)Visibilidades Do Poder Na Representação Social Do Passado Local Em Ílhavo.” *Etnográfica* 14 (3): 443–64. <https://doi.org/10.4000/etnogra>.
- Peralta, Elsa. 2017. Lisboa e a Memória Do Império- Património, Museus e Espaço Público. Lisboa: Le Monde diplomatique - Outro Modo.
- Pereira, Renato Gonçalves. 1940. “Os Transportes Marítimos Para as Colónias e a Bandeira Nacional. As Taxas e Fretes Da Importação e Exportação.” In Congresso Do Mundo Português, 16:95–130. Porto: Imprensa Portuguesa.
- Peterson, Richard. 2015. “Revitalizing the Culture Concept” 5 (1979): 137–66.
- Pierson, Paul. 2000. Not just what but when: timing and sequencing in political processes. *Studies in American Political Development* 14(1): 72–92.
- Rebello de Sousa, Marcelo. 2016. Discurso de S. Exa. o Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebello de Sousa, na 71ª Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas. <https://onu.missaoportugal.mne.gov.pt/pt/intervencoes/arquivo/2016/discurso-de-s-exa-o-presidente-da-republica-portuguesa-professor-marcelo-rebello-de-sousa-na-71-sessao-da-assembleia-geral-das-nacoes-unidas>
- Reisigl, Martin, e Ruth Wodak. 2017. “The Discourse-Historical Approach (DHA).” https://www.researchgate.net/publication/251636976_The_Discourse-Historical_Approach_DHA.
- Ribeiro, Luís da Silva. 1940. “Síntese Da Influência Do Mar Na Vida Popular Dos Açores.” In Congresso Do Mundo Português, 18:54–62. Porto: Imprensa Portuguesa.
- Rita, José G. de Matos Santa. 1940. “Da Imigração Portuguesa Nos Últimos 50 Anos. Como Se Deve Preparar o Emigrante Para Ser Um Bom Colono.” In Congresso Do Mundo Português, 15:135–72. Porto: Imprensa Portuguesa.
- Rita, José Gonçalo de Santa Rita. 1940. “O Contacto Das Raças Nas Colónias. Seus Efeitos Políticos e Sociais. Legislação Portuguesa.” In Congresso Do Mundo Português, 15:11–70. Porto: Imprensa Portuguesa.

- Rita, José Gonçalo Santa. 1940. “Organização Da Administração Ultramarina No Século XVIII.” In Congresso Do Mundo Português, 8:121–54. Porto: Imprensa Portuguesa.
- Salazar, António Oliveira. 1967. Oliveira Salazar - Discursos e Notas Políticas - 1928 a 1966. Coimbra: Coimbra Editora.
- Schiavinatto, Iara Lis. 2019. “Entre Celebrações e Exposições : Algumas Visibilidades Em Jogo Nos” 8: 49–83.
- Schwartz, Seth J., Koen Luyckx, e Vivian L. Vignoles, eds. 2011. Handbook of Identity Theory and Research. London: Springer.
- Seth, Sanjay. 2018. “Pós-Colonialismo e a História Do Nacionalismo Anticolonial” 7: 45–75.
- Sobral, José Manuel. 2016. “O Bacalhau: De Alimento de Penitência a Ícone Português.” Argos 4: 27–34.
- Soenens, Bart, e Maarten Vansteenkiste. 2011. “When Is Identity Congruent with the Self? A Self-Determination Theory Perspective.” In Handbook of Identity Theory and Research., editado por Seth Schwartz, Koen Luyckx, and Vivian L. Vignoles, 381–402. London: Springer.
- Spears, Russel. 2011. “Group Identities: The Social Identity Perspective.” In Handbook of Identity Theory and Research, edited by Seth Schwartz, Koen Luyckx, and Vivian L. Vignoles, 201–24.
- Stryker, Sheldon. 2007. “Identity Theory and Personality Theory: Mutual Relevance.” Journal of Personality 75 (6): 1083–1102.
- Teixeira, Nuno Severiano. 1995. “Portugal e a NATO: 1949-1989.” Análise Social xxx (133): 803–18. <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/ri/n21/n21a03.pdf>.
- Tomás, Julia. 2011. “O Imaginário Do Mar Na Constituição Da Identidade Portuguesa.”
- Torgal, Luís Reis, José Amado Mendes, e Fernando Catroga. 1996. História Da História Em Portugal. Sécs. XIX-XX. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Venâncio, Fernando. 2019. Assim Nasceu Uma Língua- Sobre as Origens Do Português. Lisboa: Guerra e Paz Editores.
- Vignoles, Vivian L., Seth J. Schwartz, e Koen Luyckx. 2011. “Introduction: Toward an Integrative View of Identity.” In Handbook of Identity Theory and Research, editado por Seth Schwartz, Koen Luyckx, and Vivian L. Vignoles, 1–29. London: Springer.
- Villadsen, Kaspar. 2020. “Michael Foucault’s Discourse Analysis.” In Qualitative Analysis: Eight Approaches for the Social Sciences, edited by Margaretha Järvinen and Nanna Mik-Meyer, 283–304. London: Sage.
- Weber, Max. 2002. Wirtschaft Und Gesellschaft. Tübingen: Mohr Siebeck.

- Westphal, Kenneth R. 2013. "Hume, Empiricism and the Generality of Thought." *Dialogue* 52 (2): 233–70. <https://doi.org/doi:10.1017/S0012217313000279>.
- Wetherell, Margaret. 2009. *The Content of the Form- Narrative Discourse and Historical Representation*. Hampshire: Palgrave Macmillan UK.
- White, Hayden. 1987. *The Content of the Form- Narrative Discourse and Historical Representation*. London: The Johns Hopkins University Press.
- White, Hayden. 1992. *Meta-História_ A Imaginação Histórica Do Século XIX*. São Paulo: EDUSP.
- Wodak, Ruth. 2015. "Critical Discourse Analysis, Discourse-Historical Approach Critical Discourse Analysis ,." In *The International Encyclopedia of Language and Social Interaction*. <https://doi.org/10.4135/9780857028020.d6>.

Lista de Tabelas e Figuras

Tabela 1: Os governos democráticos e o mar	52
Tabela 2: Total de conceitos por regime	59
Tabela 3: Comparação sem Ultramar	60
Tabela 4: Contexto 2 regimes	110
Tabela 5: Palavras-chave 2 regimes	110
Tabela 6: Transição	111
Figura 1: Total de conceitos divididos por contexto	61
Figura 2: Quantificação de conceitos por ano	107
Figura 3: Quantificação de conceitos por ano sem ultramar(ino)	108
Figura 4: Divisão Conceitos sem Ultramar(ino)	109

Lista de Anexos

Anexo 1: Análise dos diários das sessões parlamentares

Região	Estado/UF	Município	Distrito	Censo 2000																Total	Densidade	Cidade	Cidade	Cidade	Cidade																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
				População	População	População	População	População	População	População	População	População	População	População	População	População	População	População	População							População	População																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Transição	Constituinte	1978	1	10	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500	501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	524	525	526	527	528	529	530	531	532	533	534	535	536	537	538	539	540	541	542	543	544	545	546	547	548	549	550	551	552	553	554	555	556	557	558	559	560	561	562	563	564	565	566	567	568	569	570	571	572	573	574	575	576	577	578	579	580	581	582	583	584	585	586	587	588	589	590	591	592	593	594	595	596	597	598	599	600	601	602	603	604	605	606	607	608	609	610	611	612	613	614	615	616	617	618	619	620	621	622	623	624	625	626	627	628	629	630	631	632	633	634	635	636	637	638	639	640	641	642	643	644	645	646	647	648	649	650	651	652	653	654	655	656	657	658	659	660	661	662	663	664	665	666	667	668	669	670	671	672	673	674	675	676	677	678	679	680	681	682	683	684	685	686	687	688	689	690	691	692	693	694	695	696	697	698	699	700	701	702	703	704	705	706	707	708	709	710	711	712	713	714	715	716	717	718	719	720	721	722	723	724	725	726	727	728	729	730	731	732	733	734	735	736	737	738	739	740	741	742	743	744	745	746	747	748	749	750	751	752	753	754	755	756	757	758	759	760	761	762	763	764	765	766	767	768	769	770	771	772	773	774	775	776	777	778	779	780	781	782	783	784	785	786	787	788	789	790	791	792	793	794	795	796	797	798	799	800	801	802	803	804	805	806	807	808	809	810	811	812	813	814	815	816	817	818	819	820	821	822	823	824	825	826	827	828	829	830	831	832	833	834	835	836	837	838	839	840	841	842	843	844	845	846	847	848	849	850	851	852	853	854	855	856	857	858	859	860	861	862	863	864	865	866	867	868	869	870	871	872	873	874	875	876	877	878	879	880	881	882	883	884	885	886	887	888	889	890	891	892	893	894	895	896	897	898	899	900	901	902	903	904	905	906	907	908	909	910	911	912	913	914	915	916	917	918	919	920	921	922	923	924	925	926	927	928	929	930	931	932	933	934	935	936	937	938	939	940	941	942	943	944	945	946	947	948	949	950	951	952	953	954	955	956	957	958	959	960	961	962	963	964	965	966	967	968	969	970	971	972	973	974	975	976	977	978	979	980	981	982	983	984	985	986	987	988	989	990	991	992	993	994	995	996	997	998	999	1000

